



**CAMPUS DE CIÊNCIAS SOCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS**

**O PROCESSO DE EDUCAÇÃO POPULAR: A DIOCESE DE GOIÁS E
AS PRÁTICAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS DE
ITAPURANGA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Claudio Tavares Pinheiro

Anápolis-GO

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
PROCESSOS EDUCATIVOS, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

**O PROCESSO DE EDUCAÇÃO POPULAR: A DIOCESE DE GOIÁS E
AS PRÁTICAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS DE
ITAPURANGA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Claudio Tavares Pinheiro

Anápolis-GO
2015

CLAUDIO TAVARES PINHEIRO

**O PROCESSO DE EDUCAÇÃO POPULAR: A DIOCESE DE GOIÁS E
AS PRÁTICAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS DE
ITAPURANGA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias. Área de concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias.

Linha de pesquisa: Linguagem e Práticas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Lopes Pereira

Anápolis-GO

2015

**O PROCESSO DE EDUCAÇÃO POPULAR: A DIOCESE DE GOIÁS E
AS PRÁTICAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS DE
ITAPURANGA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 27 de fevereiro de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ariovaldo Lopes Pereira (Universidade Estadual de Goiás – UEG)
Orientador / Presidente

Profa. Dra. Sandra Elaine Aries de Abreu (Universidade Estadual de Goiás – UEG)
Membro interno

Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa (Universidade Federal de Goiás – UFG)
Membro externo

Anápolis-GO, 27 de fevereiro de 2015.

Dedico este trabalho aos religiosos, educadores, leigos e aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Itapuranga que me permitiram (re)construir parte de suas histórias.

Dedico também à memória de Dom Tomás Balduino, pelo trabalho realizado frente à Diocese de Goiás, o que trouxe inspiração e vida ao meu objeto de estudo.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à Universidade Estadual de Goiás, onde trabalho desde 2000, por oportunizar essa formação continuada de tamanha qualidade, bem como pela bolsa de estudos cedida no último ano, que me proporcionou uma investigação mais tranquila. Agradeço, também, aos colegas mestrandos, professores e professoras do MIELT, pelas ricas contribuições em minha formação ao longo das disciplinas, seminários e atividades realizadas. Vocês foram imprescindíveis na minha jornada acadêmica.

Agradeço, ainda, à minha família (Luzia Tavares Pinheiro, José Elias, Emília, Lilian, Luísa, Mariana, Francisco, Marília, Sula e Reinaldo), por compreender minha ausência, dando-me o suporte necessário para prosseguir no *stricto sensu*.

Agradeço imensamente aos meus entrevistados: Prof^a. Perpétua Maria de Camargos Gontijo, Eliete Lopes, Pe. Arcângelo Scolaro e Dona Augusta.

Aos colegas mestres 'mieltianos' da minha turma, vocês têm uma grande parcela de contribuição em tudo isto.

Agradeço ao prof. Dr. Valtuir Moreira da Silva, pela inspiração e por me contagiar pelos movimentos sociais desde a minha graduação. Também estendo meus agradecimentos aos meus companheiros de longa jornada acadêmica e pessoal: Hélia Simões, Lucas Pires, Damiana Antônia, Mayra Rubia, Antônio Oliveira, Daúde, Erinaldo e Kélgia Betânia, Kássia Toscano, Theo Borba, Isaura Coelho, Welton e Neide Arataque, Cida, Patrícia e Neto Mota, Kássia Toscano, Abadia Cunha e demais amigos da UEG/EVV.

Meus agradecimentos especiais ao professor Jadir de Moraes Pessoa, à professora Sandra Elaine Aires de Abreu e à professora Veralúcia Pinheiro, por aceitarem participar da minha banca e contribuírem com o trabalho, enriquecendo e direcionando para os caminhos da produção científica.

Meus sinceros agradecimentos ao professor Dr. Ariovaldo Lopes Pereira, meu orientador, por ter sido meu esteio, amigo, conselheiro e por preparar o solo, plantar a semente, regar, cuidar e acreditar, para que hoje pudéssemos colher este fruto no meu campo do conhecimento.

Registro e reconheço que as fragilidades, de forma e conteúdo, detectadas nesta dissertação, se devem única e exclusivamente às minhas limitações.

Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico.

Maria da Glória Gohn

RESUMO

PINHEIRO, Claudio Tavares. **O processo de educação popular: A Diocese de Goiás e as práticas sociais dos trabalhadores rurais de Itapuranga nas décadas de 1970 e 1980.** 2015. 157 p.

Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis-GO., 2015.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Lopes Pereira

Defesa: 27 de fevereiro de 2015.

O presente trabalho é o relato de pesquisa desenvolvida na investigação do processo da mediação pedagógica que se deu por meio das intervenções da Diocese de Goiás junto aos trabalhadores rurais do município de Itapuranga, nas décadas de 1970 e 1980. Procuramos identificar a relevância dessa mediação em um despertar para as realidades vividas pelo homem do campo, na luta por uma vida mais justa e humana, indagando que elementos contribuíram para a educação do campo no contexto de vida dos trabalhadores rurais de Itapuranga-GO, por meio da mediação pedagógica da Diocese de Goiás, e como esse processo educativo contribuiu para o reconhecimento da cultura de resistência desses trabalhadores. Este estudo foi conduzido por meio de pesquisa qualitativa, de caráter histórico e social. Fizemos o levantamento bibliográfico e documental, utilizando os seguintes instrumentos de pesquisa: análise de documentos, questionários, entrevistas e narrativas orais gravadas em áudio e vídeo. Em seguida, partimos para o trato dos dados coletados empiricamente e por meio da leitura documental, procedendo à análise dos resultados obtidos na aplicação dos instrumentos, sob a luz da teoria constante da fundamentação teórica. Nesse sentido, fez-se necessária a leitura das entrelinhas das falas dos sujeitos, ao expressar sua visão e expor suas experiências referentes aos momentos que se solidificaram em suas memórias, trabalhando com a Análise do Discurso Crítica. Percebemos que, no período estudado, houve um processo educacional em formação, chegando, assim, à conclusão de que as práticas sociais também ensinam. Não ensinam o que está estabelecido pelo poder hegemônico, mas de acordo com a lógica da história da ação política dos marginalizados e excluídos da sociedade. Percebemos, também, por meio deste estudo, que o trabalho de mediação pedagógica desenvolvido pela Diocese de Goiás trouxe mudanças significativas para a consolidação de uma cultura de resistência junto aos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Educação. Práticas Sociais. Diocese de Goiás. Trabalhadores rurais. Itapuranga.

ABSTRACT

PINHEIRO, Claudio Tavares. **The process of popular education: The Diocese of Goiás and the social practices of the rural workers from Itapuranga in the decades of 1970 and 1980.** 2015. 157 p.

Dissertation of Master's Degree in Education, Language and Technology, State University of Goiás – UEG, Anápolis-GO, 2015.

Supervisor: Dr. Ariovaldo Lopes Pereira

Public presentation: February 27th, 2015.

The study is the report of research developed in the investigation of the process of the pedagogical mediation that took place by means of the interventions of the Diocese of Goiás together with the rural workers of the city of Itapuranga, in the decades of 1970 and 1980. We try to identify the relevance of this mediation to wake up to the realities experienced by the country man, in the struggle for a more just and humane life, by questioning which elements contributed to the education of the country side in the context of life of the rural workers from Itapuranga, through the pedagogical mediation of the Diocese of Goiás, and how this educational process has contributed to the recognition of the culture of resistance of these workers. The study was conducted by means of a qualitative research, of historical and social character. A bibliographical and documentary research was conducted through the following research instruments: analysis of documents, questionnaires, interviews and oral narratives recorded on audio and video. Then, we went on to the tract of the collected data empirically and through the documentary reading, proceeding from the analysis of the results obtained in the application of the instruments, according to the theoretical support. In this sense, it is necessary to read between the lines of the subjects' speech, when expressing their vision and exposing their experiences referring to the moments that have solidified in their memories, working with the Analysis of Critical Discourse. We have found out that, in the period studied, there was an educational process going on, coming to the conclusion that the social practices also teach. It does not teach what is established by the hegemonic power, but according to the logic of the history of the political action by those who are marginalized and excluded from the society. We have noticed, also, through this study, that the work of pedagogical mediation developed by the Diocese of Goiás has brought significant changes to the consolidation of a culture of resistance to the rural workers.

Keywords: Education. Social Practices. Diocese of Goiás. Rural Workers. Itapuranga.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – LINGUAGEM ESCRITA E EDUCAÇÃO POPULAR	28
1.1 A importância da aquisição da linguagem escrita	28
1.2 Educação: propósitos e intencionalidades	29
1.3 Educação sob perspectivas produtivas e libertadoras	31
1.4 Princípios norteadores da educação popular	35
1.5 A experiência de educação popular da Escola da Fazenda Laranjal I.....	45
1.5.1 Um breve histórico sobre alfabetização e educação.....	46
CAPÍTULO II – A DIOCESE DE GOIÁS E SUAS PRÁTICAS SOCIAIS.....	55
2.1 A Teologia da Libertação	55
2.2 A Diocese de Goiás	62
2.2.1 O modelo de Igreja que havia na Diocese	65
2.2.2 A Igreja do Evangelho ou Igreja da Caminhada	69
2.2.3 Os Grupos de Evangelho ou CEBs.....	72
2.3 Itapuranga-GO	75
2.3.1 Um pouco de nossa história	75
2.3.2 Criação do vilarejo e a dinâmica de mobilidade	77
2.3.3 Elevação à categoria de Distrito e suas influências	78
2.3.4 Itapuranga: conjunto de ações políticas importantes	79
2.3.5 A vida religiosa e a história do Xixá	80
2.3.6 A história da cidade e a saúde pública	80
2.3.7 As manifestações culturais	81
2.3.8 Educação no Xixá	82
2.4 Alguns movimentos sociais em Itapuranga configurados como resistência dos trabalhadores rurais ao sistema dominante	83
2.4.1 Resistência da Fazenda Maria Alves.....	89
2.4.2 A Sociedade do Adubo.....	91
2.4.3 Associação da Vaca	92
2.4.4 Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga.....	93
2.4.5 Associação das Comunidades de Baixa Renda de Itapuranga	96
CAPÍTULO III - HISTÓRIAS E SEUS SUJEITOS.....	98

3.1	Documentos da Diocese de Goiás - Boletins Diocesanos.....	98
3.2	Entrevistas e questionários com testemunhas da história.....	104
3.3	Identificação dos atores participantes de nossa pesquisa.....	104
3.4	Estrutura dos questionários e da entrevista	107
3.5	Saúde em Itapuranga.....	109
3.6	Sindicato.....	112
3.7	Política.....	113
3.8	Perseguição, fé e trabalho da Igreja	115
3.9	Comunicação da Igreja com o povo.....	119
3.10	Educação popular	123
3.11	Mobilizações e enfrentamentos (práticas sociais)	130
3.11.1	Destilaria PITE/SA	132
3.11.2	Fazenda Córrego da Onça.....	133
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
	REFERÊNCIAS.....	142

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Material didático de alfabetização – Escola Fazenda Laranjal.....	48
Figura 2 Mapa da Diocese de Goiás	64
Figura 3 Imagem – Mosaico de Itapuranga.....	75
Figura 4 Boletim da Diocese de Goiás, N.º 110, 08/1980.	100
Figura 5 Documento da Diocese de Goiás: Boletim Caminhada, ano 1984.....	101

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ADC	Análise do Discurso Crítica
AD	Análise do Discurso
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
RCC	Renovação Carismática Católica
CAUSA	Confederação de Associações para a Unidade das Sociedades Americanas
UEG	Universidade Estadual de Goiás
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UNB	Universidade de Brasília
UFG	Universidade Federal de Goiás
UCG	Universidade Católica de Goiás
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
CNE	Conselho Nacional de Educação
TC	Trabalho de Curso
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
STRI	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga
ASPI	Associação Popular de Saúde de Itapuranga
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
EP	Educação Popular
JOC	Juventude Operária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
CUT	Central Única dos Trabalhadores
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

INTRODUÇÃO

Ao decidirmos ingressar em um programa de pós-graduação *stricto sensu*, optamos por trabalhar um tema indissociável de nossa formação. A pesquisa intitulada O processo de educação popular: A Diocese de Goiás e as práticas sociais dos trabalhadores rurais de Itapuranga nas décadas de 1970 e 1980 surgiu como forma de abordarmos o tema que nos oportunizaria externalizar anseios, dúvidas, pensamentos, problemas e busca de respostas para os questionamentos de toda uma vida de acompanhamento da luta dos trabalhadores rurais em nossa terra mãe, somadas às experiências da Igreja Católica na formação educacional e social desses sujeitos.

Em nossa pesquisa, partimos da necessidade de problematizar o processo de mediação pedagógica que se deu por meio das intervenções da Diocese de Goiás junto aos trabalhadores rurais do município de Itapuranga, nas décadas de 1970 e 1980, como ações de produção de conhecimentos, bem como os resultados dessa mediação em um despertar para as realidades vividas pelo homem do campo, na luta por uma vida mais justa e humana. Esse processo incluiu não apenas o trabalho de evangelização, mas também ações educativas de caráter social e historicamente associadas à Diocese de Goiás, que apresenta práticas bem próximas aos princípios básicos norteadores da corrente filosófica e teológica da Igreja Católica denominada Teologia da Libertação.

Segundo o teólogo brasileiro Leonardo Boff (1986, p. 40), um dos proponentes dessa teologia e expoente máximo dessa corrente no Brasil, “libertação é libertação do oprimido. Por isso, a teologia da libertação deve começar por se debruçar sobre as condições reais em que se encontra o oprimido de qualquer ordem que ele seja”. Nesse sentido, os teólogos ligados à Teologia da Libertação e à Diocese de Goiás que comungaram da mesma visão do modelo de Igreja assumido por D. Tomás Balduino, bispo daquela Diocese no período de 1967 a 1998, entendem que os discursos em nome de Deus devem ir além dos princípios de libertação espiritual; devem ser voltados também para a libertação de qualquer tipo de sistema que aprisiona o indivíduo, inclusive nos âmbitos político e ideológico. Nossa compreensão é de que todo esse processo exerceu forte influência e ajudou os sujeitos nele envolvidos a reconhecer as possibilidades de se organizarem na luta

por uma vida mais digna por meio de mobilizações, enfrentamentos, fundação de sindicatos, entre outras ações.

Assim, o problema central aqui proposto é: Que elementos foram determinantes na educação popular no contexto de vida dos trabalhadores rurais de Itapuranga-GO, por meio da mediação pedagógica da Diocese de Goiás, e como esse processo educativo foi decisivo para o reconhecimento da cultura de resistência desses trabalhadores nas décadas de 1970 e 1980? Nossa investigação se deu a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores pesquisados. Justificamos o recorte temporal por nós escolhido porque, segundo Gohn (2012, p. 60), “os anos de 1970 foram de lutas e resistências coletivas, em busca do resgate de direitos da cidadania cassada e contra o autoritarismo vigente”.

Diante do aqui exposto, as seguintes perguntas nortearam a investigação: Como se estruturou uma cultura de resistência ao sistema vigente na relação Igreja e trabalhadores rurais em Itapuranga? E, qual seria o resultado dessa trajetória histórica resultante da educação popular quando ensinada na educação formal do município, estado e país? Aqui se encontram algumas das nossas inquietações, enquanto pesquisador.

Nessa perspectiva, Vieira, Peixoto e Khoury (2010, p. 23) afirmam que “o pesquisador tem que estar atento ao modo como a linguagem foi produzida tentando responder por que as coisas estão representadas de uma determinada maneira, antes de se perguntar o que está representado”.

Partindo da premissa de que a análise dos discursos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, documentos da Igreja Católica e referenciais lidos para este estudo seria feita com base nos princípios da Análise do Discurso Crítica – ADC, trabalhamos apoiados em algumas questões acerca do discurso, a interação com as práticas discursivas sociais para a manutenção ou conquista do poder e a diferença interposta pela ADC.

A análise do discurso pode ser compreendida e utilizada de diversas maneiras distintas, dentre elas, como a relação entre texto e contexto, como estudo do discurso, como estudo da conversação, como ponto de vista específico do discurso, situada no cruzamento das ciências humanas, entre outros domínios ligados às práticas discursivas (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012). Nas práticas discursivas, por intermédio da comunicação, são suscitadas relações conflituosas que determinam hierarquias em que há, de um lado, dominadores e, de

outro, dominados, resistências de ambas as partes, sendo a língua o instrumento de sedimentação e reforço do ponto de referência da autoridade (BAKHTIN, 2006). Nessa relação de contradições na estrutura social, segundo Bakhtin (2006, p. 7), “a ideologia é um reflexo das estruturas sociais, assim, toda modificação ideológica encadeia uma modificação da língua”.

É preciso levar em conta que a língua é dinâmica, ela não é estática, sendo considerada, segundo Petter (2003), com base em Saussure, um ato individual que possibilita a fala. Para Bakhtin (2000, p. 282), “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”. A língua, oral ou escrita, ao longo do processo de construção, recebe influências dos gêneros discursivos. Vale lembrar que o discurso, do ponto de vista da ADC, é permeado de intenções por parte de quem fala ou escreve as palavras que formam as orações (BAKHTIN, 2000). O significado das palavras não é suficiente para se compreender o contexto do enunciado, pois este depende de uma série de fatores extralinguísticos e, principalmente, das formações discursivas de quem as usa. Como exemplo, podemos ilustrar o não dito na materialidade discursiva. Diante disso, torna-se pertinente analisar o discurso não só pelo que está expresso, mas também por aquilo que não aparece claro no texto. As ausências linguísticas precisam ser questionadas.

Na análise discursiva, o sentido do que é materializado, seja na forma oral ou na forma escrita, traz implícita a carga ideológica do usuário da língua. Nesse caso, a compreensão do conceito de ideologia, devido à sua complexidade e variedade de significados, pode possibilitar diversas interpretações. Enquanto para Marx a ideologia é uma inversão da realidade, Lenin a concebe de forma simplista como qualquer doutrina sobre a realidade social relacionada a posição de classe (FARACO, 2003). E, na busca pela ‘verdade’, ressalta-se a inexistência de princípios eternos ou verdades absolutas, bem como a possibilidade de consenso total relativo à ideologia de/em uma determinada sociedade. Para que a ideologia se consagre em padrão moral vigente da sociedade, utiliza-se do discurso (RESENDE; RAMALHO, 2011) que, por sua vez, se manifesta e se materializa por meio da língua. Assim, não se pode ignorar, em nossas interpretações, a riqueza que possibilitam as contradições.

Nesse contexto, ainda discutindo questões que envolvem a análise discursiva, ressaltamos o cuidado que é preciso ter para não falar tudo o que se quer, em qualquer lugar ou com qualquer pessoa. Vale lembrar que é por intermédio das palavras que são identificadas as pessoas, seus posicionamentos, suas loucuras e sanidades. Segundo Foucault (1998, p. 2), “o discurso é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorar-nos”. Assim, o discurso pode ser entendido como o reflexo de uma verdade ou como “a palavra em movimento” (ORLANDI, 2005, p. 15), portanto, como elemento construtor de significados. Afinal, “analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições [...] é emprestar-lhes uma fugidia aparência”. (FOUCAULT, 2005. p. 171).

Para Resende e Ramalho (2011, p. 113), “uma análise discursiva crítica não se confunde com simples leitura e interpretação”. Em suma, a ADC faz uma análise conjuntural da realidade, depois ilumina-a com a teoria para perceber os mecanismos de dominação e desigualdade para, em seguida, propor intervenções e/ou apontar caminhos para a superação dos problemas detectados.

Nosso interesse pelo tema da presente pesquisa surgiu a partir da graduação e da especialização em História Regional. Embora seja senso comum a crença de que somente os trabalhadores aprendem, ou ‘são educados’ no processo organizacional e político dos movimentos e práticas sociais, nosso entendimento, resultante de longo período trabalhando junto a esses sujeitos, é de que há um processo educacional em formação, ou seja, os movimentos também ensinam. Não ensinam o que está estabelecido, mas de acordo com a história da ação política dos marginalizados e excluídos da sociedade. Seguindo a vertente para análise da história de luta dos trabalhadores rurais, muitas vezes silenciada, é que Bosi (2003, p. 16) afirma que “quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto pelo medo”.

Tratando do nosso estudo, Severino (1994) propõe uma definição de educação que nos servirá para justificar e compreender melhor o nosso objeto. Segundo o autor, a educação

é vista por nós como uma prática social que se desenvolve como atividade de trabalho, utilizando ferramentas simbólicas. Como veremos, ela se constitui em mediação das próprias mediações existenciais dos homens e só pode se efetivar servindo-se de outras mediações. Assim, a instituição escolar, o currículo, as atividades pedagógicas, os conteúdos programáticos compõem outras tantas mediações que viabilizam o processo intencionalizado da educação. (SEVERINO, 1994, p. 11)

Nesse sentido, é que visualizamos essa relação dos movimentos sociais e a Diocese de Goiás como um processo pedagógico que veio se consolidando com o passar do tempo. Ainda que exista um sistema educacional oficial que negue esse processo, há uma apropriação do conhecimento que se formou na relação anteriormente citada, que vai sendo inserida nos debates educacionais. Em meio aos vários embates e por meio da vivência de situações conflituosas e desafiantes, na busca de reconhecimento e acreditando na legitimidade de suas lutas e reivindicações, os trabalhadores rurais vão aprendendo e ensinando.

A presente pesquisa torna-se relevante, uma vez que poderá dar suporte para a compreensão de que educação não é somente aquilo que está definido nos currículos e na educação formal, mas pressupõe também o reconhecimento das ausências de determinados conteúdos no cotidiano da sociedade. Como lembra Brandão (2001, p. 47), “a educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo meio sociocultural sobre os seus participantes”.

Nossa abordagem acerca da educação popular vai ao encontro das práticas sociais vividas pelos sujeitos de nossa pesquisa junto aos agentes religiosos da Diocese de Goiás. Não se pode negar a presença/resultado dessa educação como de fundamental relevância para a quantidade e a qualidade de mobilizações e enfrentamentos acontecidos em Itapuranga nos décadas de 1970 e 1980. Nesse sentido, não lidamos com a educação formal, mas com o processo de educação informal que acontece nas mais diversas organizações e mobilizações como na luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ocupação de espaços públicos, passeatas, sindicatos, entre outros (GOHN, 2012). Não obstante, a educação popular torna-se indissociável das práticas e movimentos sociais. A intenção com que trabalhamos a educação pode levar as pessoas a permanecerem na opressão ou terem uma visão de que realmente há possibilidades de um outro modo de se viver, rompendo com as amarras opressoras às quais se encontram

submetidos (BRANDÃO, 2006). Nesse sentido é que a educação popular irá ser um divisor de águas em relação à educação das camadas populares em Itapuranga, antes e depois das práticas sociais incentivadas pelos agentes pastorais e educadores vinculados à Diocese de Goiás.

Com base nas leituras para esta pesquisa, acreditamos que os resultados da educação popular proporcionam o despertar da consciência crítica dos que dela participam para os direitos que esses cidadãos têm e que, na maioria das vezes, não são usufruídos por não serem reivindicados, sejam eles políticos ou sociais. É interessante observar que, assim como acontecia nos Grupos de Evangelho da Igreja Católica da Diocese de Goiás, onde cada comunidade explicitava suas dificuldades e ali, em conjunto, eram apontadas possíveis soluções, a educação popular pode ser vista como mentora de possibilidades. Dificilmente uma pessoa que vivencia o processo de educação popular continuará na mesma passividade, visto que, uma vez consciente, torna-se sujeito de sua própria história e a reescreve de forma diferente.

O Brasil passou por períodos conflituosos em relação aos movimentos sociais. Na década de 1960, por exemplo, durante a ditadura militar, que durou 21 anos, surgiram diversos movimentos como a tropicália, liberdade de expressão e outras formas de resistência às perseguições a quem se posicionasse contra o regime, culminando em torturas, autoritarismos e silenciamentos. Enquanto isso, o índice de analfabetismo no país continuava alarmante, mesmo com as investidas do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), criado em 1967. Já nos anos 1980, em relação à política no Brasil, as manifestações por eleições diretas povoaram as ruas de pequenas e grandes cidades. Uma disputa política em que se sonhava com o direito ao exercício da democracia pelos brasileiros, contra a exclusão propiciada por nosso modelo econômico, entre outras.

Em 1990, ocorre o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, quando os brasileiros saem às ruas com as caras pintadas. Acompanhamos as greves dos metalúrgicos, professores, movimento dos sem terra, das mulheres feministas, sem teto, indígenas, negros, LGBT. Mais recentemente, o país vai às ruas e não se pode mensurar a quantidade de organizações e protestos mediados pelas redes sociais. Temos, no país, um histórico de enfrentamentos por parte dos mais variados tipos de segmentos. A maioria desses movimentos se realizava com o respaldo de partidos políticos e/ou sindicatos e em todos eles, há que se destacar o

caráter educativo como espaço de educação não formal. Nesse sentido, Maria da Glória Gohn pondera:

De pronto, esclareço: para nós, a educação não se resume à educação escolar, realizada na escola propriamente dita. Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos. (GOHN, 2011, p. 01)

Na linha de tempo histórica, acreditamos que os movimentos sociais nunca deixaram de existir, porém estiveram por um período de “média duração” na concepção braudeliana, em estado apenas de aquecimento, não chegando às explosões. Algumas décadas depois, mais precisamente em 2013, como há tempos não se via, a mídia em geral, os veículos de comunicação e a internet em especial, atuaram como propulsores de manifestações públicas, levando milhões de pessoas às ruas e possibilitando uma nova erupção de movimentos sociais no Brasil. Podemos afirmar, então, que os atos de contestação ocupam significativos espaços no campo das enfrentamentos sociais. Nesse contexto, segundo Mendonça (2007, p. 115), “as teorias que se voltam para a compreensão de movimentos sociais mostram-se um campo especialmente rico, fazendo dialogar conceitos e iluminando uma multiplicidade de questões”.

Acreditamos que os movimentos sociais educam, não somente para o trabalho, mas para a vida, na cultura, na memória coletiva. A partir deste estudo, a ação histórica dessas famílias poderá ser evidenciada, tornando-se parte integrante da história dos homens e mulheres que vivem em nossa sociedade. Neste sentido é que ninguém escapa da educação, em casa, na rua, na igreja ou na escola; de um modo ou de outro todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar (BRANDÃO, 2001).

Outra questão relevante que justifica esta pesquisa é, segundo Chizzoti (2011, p. 103), a possibilidade de uma “escuta sensível de vidas silenciadas, ou vozes inaudíveis em contextos sociais opressivos, tendendo à democratização maior desta forma literária, sem o viés narcisístico de figuras ilustres”.

Na tentativa de leitura das entrelinhas de alguns acontecimentos, acreditando que os silêncios têm muito a dizer, procuramos analisar além do que nos sugerem os documentos materializados. Segundo Bosi (2003, p. 15), “a história que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”. Daí a necessidade de apropriação de instrumentos de coleta de dados como aplicação de questionários e entrevistas com os atores que vivenciaram os movimentos sociais que nos propomos a discutir.

Pesquisas sobre a relação entre Igreja Católica, movimentos sociais e educação, desenvolvidas nas últimas décadas por estudiosos e estudiosas como Bosi (2003), Brandão (2001, 2006), Caldart (2000), Ianni (1988), Costa (2012) Gohn (2010), Pessoa (1994; 1999), Paiva (1987), Severino (1999), Silva (2008), Sclaro (2001), Tompson (1998), Williams (1989) e outros serviram de base para a análise e interpretação de documentos oficiais e institucionais tais como: Avaliações, Boletins, Caminhada, bem como de entrevistas e questionários.

Os documentos analisados foram selecionados de acordo com a relevância que têm para a compreensão do universo de nossa pesquisa. Para a coleta desses boletins, procuramos diversas pessoas e entidades envolvidas com a Diocese de Goiás, e quando encontramos, solicitamos autorização para xerocopiar. Dentre essas pessoas, professores, pesquisadores e religiosos, destacamos o professor Dr. Valtuir Moreira da Silva, por ser pesquisador da temática em Itapuranga, que cedeu parte do seu acervo documental para nossa pesquisa; a professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo, que também tem um conhecimento considerável nessas causas, bem como diversos documentos da época em seus guardados; padre Nelo Bononi que, embora não esteja de posse dos documentos, contribuiu com muitas informações que nos ajudaram a elucidar muitas questões. Além desses sujeitos, tivemos, ainda, colaboração de órgãos e entidades como a Secretaria da Igreja Católica de Itapuranga, que gentilmente abriu as portas do arquivo para que nós pudéssemos selecionar o que consideramos de maior relevância, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, que também nos cedeu total liberdade em consultar seus arquivos, colaborando de forma significativa com todo o acervo disponível.

De posse de uma gama de documentos tais como atas, fotografias, cartilhas, estatutos, ofícios, convites, textos diversos, termos de declarações

policiais, formulários, enfim, que levaríamos um tempo bem maior do que temos no mestrado para análise, escolhemos trabalhar com os seguintes: a Avaliação da Diocese de 1979, cinco boletins da Diocese: Boletim 07/1976, Boletim 12/1979, Boletim 05/1980, Boletim 08/1980, Boletim 12/1980; e oito Boletins Caminhada - Diocese de Goiás: Caminhada 1982, Caminhada 1984, Caminhada 1985, Caminhada 1987, Caminhada 1987, Caminhada 02,03,04/1988, Caminhada 01,02/1989 e Caminhada 05/1989. Analisamos esses documentos em ordem cronológica dos registros que iremos discutir e nos apropriar, associando aos depoimentos escritos e orais dos sujeitos envolvidos nos processos em discussão. Quanto aos demais documentos que levantamos e que não serão utilizados em nossa dissertação de mestrado, esses serão utilizados para futuras produções científicas.

Procedimentos metodológicos

A investigação aqui proposta foi conduzida por meio de pesquisa qualitativa, de caráter histórico e social, cujo objetivo central foi compreender como se deu o processo de mediação pedagógica da Diocese de Goiás junto aos trabalhadores rurais de Itapuranga, e a influência desse processo na formação política, espiritual e humana desses sujeitos. Segundo Chizzotti (2011, 69), “os estudos qualitativos consolidaram-se como um tipo de pesquisa científica reconhecida fora do padrão hipotético-dedutivo das pesquisas experimentais”.

Para Burke (2011), após o Movimento dos *Annales*¹, o conceito de documento foi ampliado, considerando-se também como tal outras formas de registro que não apenas os escritos. Nesse sentido, Kalina e Vanderlei Silva ampliam a visão de fonte histórica ao afirmarem:

Fonte histórica, documento, registro, vestígio são todos termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. O termo mais clássico para conceituar a fonte histórica é

¹ Os idealizadores da Revista dos *Annales* “pretendiam exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante da difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história” BURKE, (1997, p. 33).

documento. Palavra, no entanto, que, devido às concepções da escola metódica, ou positivista, está atrelada a uma gama de ideias preconcebidas, significando não apenas o registro escrito, mas principalmente o registro oficial. Vestígio é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que a fonte histórica é mais do que o documento oficial: que os mitos, a fala, o cinema, a literatura, tudo isso, como produtos humanos, torna-se fonte para o conhecimento da história. (SILVA, K.; SILVA, V., 2009, p. 158)

Chizzotti (2011, p. 114) propõe a ampliação do conceito de documento, ao considerar que “um documento pode ser, deste modo, toda e qualquer informação visual, oral, sonora, eletrônica que esteja gravada ou transcrita em um suporte material: papel, filme, pedra ou quaisquer outros materiais”.

Nossa investigação foi conduzida por meio dos seguintes instrumentos de pesquisa: análise de documentos, questionários, entrevistas e narrativas orais gravadas em áudio e vídeo.

Os dados obtidos com a aplicação dos instrumentos de pesquisa foram analisados em relação a outras fontes como os materiais impressos e documentos diversos, tendo como referência o arcabouço teórico da pesquisa, para interpretar os comportamentos dos sujeitos pesquisados.

Abordando a importância dos estudos da memória por meio de narrativas, Chizzoti (2011, p. 132) afirma que “as pesquisas que utilizam a análise do conteúdo, do discurso ou de narrativas para estudo de um texto têm tido um desenvolvimento expressivo com técnicas inovadoras que enriquecem as possibilidades de pesquisa nessa modalidade de investigação”.

Assim, na busca de uma estratégia viável para alcançarmos a escuta silenciosa de vozes inaudíveis, dentro da reconstrução de uma história social, nos baseamos na seguinte concepção:

É desse modo que entendemos história social. Neste sentido, interessam ao investigador as lutas reais; não só aquelas que se expressam sob formas organizadas (sindicatos, partidos, associações várias) como também as “forças mudas” de resistência, estratégias ocultas de subordinação e controle. Isso significa incorporar grandes áreas da experiência humana sem as quais a compreensão do social se torna precária. (KHOURY; PEIXOTO; VIEIRA, 2010, p. 18)

Nesse sentido, nossa proposta envolve a leitura das entrelinhas das falas dos sujeitos, ao expor suas experiências pessoais referentes aos momentos que se solidificaram em suas memórias, seguindo as orientações de Chizzoti:

Ademais, é possível, também, não se restringir ao que está expresso nas parcelas do texto, mas fazer uma leitura do contexto e das circunstâncias em que a mensagem foi feita, e autorizar uma leitura subjacente ao texto, aquilo que está além do que é manifesto e, deliberada ou inconscientemente, é preterido: as omissões, as ignorâncias consentidas, as preferências seletivas por palavras, os termos ambíguos, enfim, os indefinidos significados subjacentes que o texto contém. (CHIZZOTI, 2011, p. 117)

Nessa mesma linha de pensamento, Carr (1961, p. 18) considera que em uma pesquisa acadêmica “nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar”.

A presente pesquisa foi desenvolvida em três etapas distintas, porém complementares, levando-se em conta critérios previamente estabelecidos e os objetivos a serem alcançados.

Na etapa inicial, a investigação se deu predominantemente de leituras e levantamento bibliográfico. Com a finalidade de estabelecer e limitar o universo a ser pesquisado, foi feito, inicialmente, um levantamento das obras recentes que discutem a educação popular, a aquisição da linguagem escrita, princípios libertadores como resultados da educação das camadas populares. Em seguida, apresentamos um exemplo das ações educativas desenvolvidas por professores ligados à Diocese de Goiás, no meio rural da cidade de Itapuranga, no Estado de Goiás, região Centro-Oeste, onde a pesquisa foi conduzida. Esta foi a experiência dos trabalhadores rurais e a educação popular da Escola Fazenda Laranjal, sendo nosso recorte temporal, as décadas de 1970/80. Com essas discussões compilamos o primeiro capítulo de nossa dissertação.

Em um segundo momento, analisamos documentos referentes ao objeto da pesquisa. Fizemos também uma seleção de pessoas que responderiam ao questionário e/ou a serem entrevistadas, segundo os seguintes critérios:

- Uma trabalhadora rural que participou dos movimentos sociais no período que compreende o recorte temporal da pesquisa.

- Um religioso, um educador e um leigo, que conhecem e vivenciaram o processo de enfrentamento junto dos trabalhadores rurais itapuranguenses.

Dentre os entrevistados, destacamos a professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo, que atuou na docência da Escola da Fazenda Laranjal, na alfabetização de adultos por meio da educação popular e era membro de uma Comunidade Eclesial de Base, no período que compreende nossa pesquisa. Também respondeu o questionário a professora universitária Eliete Aparecida Lopes, que estudou em colégio de freiras e, no contexto em questão, atuou como leiga na Diocese de Goiás, especificamente na cidade de Itapuranga, e ainda atua como catequizadora na Igreja Católica Cristo Redentor. Também na categoria dos religiosos, respondeu o questionário o padre Arcângelo Scolaro, pároco na década de 1980 e um forte incentivador dos movimentos sociais na região. Embora tenha chegado a Itapuranga já passada a efervescência das mobilizações, possui pesquisas e publicação na área apresentando grande conhecimento de todo esse contexto. Realizamos entrevista gravada em áudio e vídeo, com a senhora Maria Pereira dos Santos, mais conhecida como Dona Augusta. Ela é produtora rural até os dias atuais e tem uma grande representatividade no cenário da política local. Além de ter sido a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), foi candidata a prefeita de Itapuranga e atuou como secretária de agricultura municipal, entre outros cargos de destaque. Formou sua consciência política nas Comunidades Eclesiais de Base e junto aos líderes religiosos da Diocese de Goiás.

Utilizamos, ainda, outros instrumentos que consideramos adequados e necessários para a obtenção de informações relevantes e para o alcance dos objetivos propostos para a pesquisa, tais como: participação em reuniões do STRI e da Comissão Pastoral da Terra (CPT); conversas informais com produtores rurais e líderes religiosos; frequência a grupo de estudo no Câmpus; visita à feira do produtor rural em Itapuranga, entre outros. Vale ressaltar que não aparecem de forma sistematizada na pesquisa, porém nos serviram para a compreensão do fenômeno estudado.

No segundo capítulo, buscamos abordar o histórico da Diocese de Goiás para compreender suas experiências de mediação pedagógica junto aos trabalhadores rurais. Com esse viés, analisamos o modelo de Igreja que havia na

Diocese quando da chegada do bispo Dom Tomás Balduino que, como pastor, comungou com os ideais da Teologia da Libertação e vivenciou juntamente com a Igreja Católica em parte do Estado de Goiás e do município de Itapuranga as práticas do modelo de Igreja que se convencionou chamar de Igreja o Evangelho ou Igreja da Caminhada. Também, reconstruímos uma abordagem histórica do município de Itapuranga compreendendo aspectos de religiosidade, saúde, economia e educação local para, posteriormente, apresentarmos alguns movimentos e práticas sociais que aconteceram no município e que fazem parte da história dessa população. Dentre eles, destacamos a resistência da Fazenda Maria Alves ou Córrego da Onça em relação à posse das terras, à formação da Sociedade do Adubo, Associação da Vaca, Associação dos Pequenos Produtores Agricultores de Itapuranga e Associação das Comunidades de Baixa Renda de Itapuranga.

O terceiro capítulo constituiu-se do trato dos dados coletados empiricamente, análise e associação com os documentos da Diocese de Goiás e relação com as falas dos entrevistados e posterior apresentação/divulgação dos resultados alcançados. Faz-se necessário salientar que a análise dos dados teve início já ao longo do processo de coleta desses dados, uma vez que esse processo é acompanhado naturalmente por reflexões, anotações e outras formas de registro das descobertas e constatações resultantes do trabalho de campo.

Para análise dos dados, seguimos as orientações constantes dos trabalhos dos autores estudados ao longo do desenvolvimento da pesquisa e das disciplinas cursadas no programa do mestrado, bem como das indicações de leituras nos seminários, em eventos e na qualificação. Assim, buscamos a relação entre as falas dos depoentes, os documentos, a história e os resultados, relacionando-os com o problema de nossa pesquisa. Também fizemos um abordagem acerca do tempo, da história e da manutenção dos traços rurais em Itapuranga no ano de 2014.

Uma experiência relevante que não podemos deixar de relatar foi que no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa algumas questões que acreditávamos terem sido decisivas no processo de mediação pedagógica, na história de luta e resistência dos trabalhadores rurais de Itapuranga e no processo de educação popular, foram sendo reconstruídas, modificaram-se à medida que nos aprofundamos nas leituras e diálogos estabelecidos nos diversos momentos oferecidos pelo programa do mestrado. Acreditamos que outras análises mais

adequadas nos levaram a tais compreensões e mesmo a forma de nos posicionarmos diante de determinadas fontes, leituras e situações foram trazendo novos rumos à história que nos dedicamos a (re)construir. Entretanto, é importante ressaltar que desde o ingresso no programa de mestrado, não deixamos de acreditar que realmente existiu um processo educacional em movimento com a experiência de vida dos trabalhadores rurais, a Diocese de Goiás e a educação popular nas décadas de 1970 e 1980.

CAPÍTULO I – LINGUAGEM ESCRITA E EDUCAÇÃO POPULAR

1.1 A importância da aquisição da linguagem escrita

Em cada época de seu desenvolvimento, a língua escrita é marcada pelos gêneros do discurso e não só pelos gêneros secundários (literários, científicos, ideológicos), mas também pelos gêneros primários (os tipos do diálogo oral: linguagem das reuniões sociais, dos círculos, linguagem familiar, cotidiana, linguagem sociopolítica, filosófica, etc.).

(Bakhtin, 2000, p. 285)

A partir da epígrafe acima, percebemos que a língua exerce, de certo modo, controle sobre as relações humanas, sendo o divisor de águas no processo de comunicação e, conseqüentemente, na vida em sociedade, embora saibamos que a língua não é estática, inerte ou imóvel, uma vez que com o passar do tempo, passa por modificações consideráveis que comumente independem da vontade dos que a utilizam (PETTER, 2003). Do mesmo modo que a língua se desenvolve e evolui, as relações sociais também evoluem e, conseqüentemente, a comunicação e a interação verbal evoluem no quadro das relações sociais, acontecendo a mudança das formas da língua (BAKHTIN, 2009).

Corroboramos a relevância de estudar a aquisição da linguagem e suas complexidades, ao ponto de se fazer necessário recorrer ao auxílio de estudos que permeiam fatores culturais, psicológicos e sociais, sendo que não existe limite para o conteúdo da linguagem humana. Ressaltamos que no sistema capitalista, na contemporaneidade, o modo como o indivíduo se posiciona em relação à fala pode servir como indicador da classe social à qual pertence, dependendo de fatores como esse para ser excluído ou aceito no convívio social. Ainda segundo Petter (2002, p. 20), “não há língua ‘mais lógica’, melhor ou pior, rica ou pobre” e, conseqüentemente, “muitas vezes o errado de uma época passa a ser consagrado como a forma correta da época seguinte”.

Ressaltamos a relevância em se discutir a utilização da linguagem escrita, abordando sua aquisição por meio de diferentes processos de letramento, compreendendo o poder que exerce sobre a sociedade. Os que detêm o domínio da linguagem escrita mantêm, de certa forma, por meio dos discursos, a prerrogativa de credibilizar verdades e/ou inverdades.

Quando nos debruçamos nas leituras de história da educação, detectamos a indissociabilidade das relações dialéticas entre as classes sociais desprovidas de recursos financeiros contra a classe detentora do poder, no sentido de que se cumpra o que reza a Constituição Federal do Brasil, no Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse quadro, os adultos que não usufruíram desse direito na infância vivenciam o processo de luta para a conquista de se educarem (PONCE, 2003). Para a professora Roseli Caldart (2010, p. 12), “já que a educação é um direito, o acesso a ela dever ser facilitado de todos os modos”.

A partir das questões levantadas, pretendemos compreender a relação dialética que se dá no âmbito do processo de aquisição da linguagem escrita pelo homem do campo, no qual os sujeitos envolvidos são, ao mesmo tempo, educadores e educandos (FREIRE, 1987). Acreditamos que merecem destaque esses atores que, a partir da promoção de movimentos sociais mediados pelo processo educacional, se reconhecem como sujeitos de sua própria história. Assim, há a compreensão da possibilidade de uma melhor qualidade de vida ao exercerem o direito a uma educação que respeite suas particularidades e especificidades. Para Caldart (2000, p.10), “existe uma pedagogia que se constitui no movimento de uma luta social e uma luta social é mais educativa, ou tem peso maior, à medida que seus sujeitos conseguem entranhá-la no movimento da história”.

1.2 Educação: propósitos e intencionalidades

Perpassando a história da educação, desde como acontecia na comunidade primitiva, do homem antigo, feudal, burguês, veremos que a educação popular, de cidadãos oriundos de classes dominadas, bem como a educação do homem do campo, não foram tratadas como prioridade. Ora os conhecimentos não eram socializados no intuito de prolongar a incompetência das massas, ora para difundir e dar reforço a uma pequena minoria privilegiada, ora para aniquilar tradições inimigas, autoafirmar a posição de dominação, ora para conter a pressão dos dominados (PONCE, 2003). Assim, nós observamos que a educação popular fica à margem do sistema educacional, de forma anexa, não recebendo o devido

reconhecimento. Acreditamos também, segundo (PONCE, 2003), que o estudo da história da educação e da educação popular é indissociável do estudo da luta de classes. E, a cada mudança nas teorias educacionais, alteravam-se os procedimentos metodológicos, posturas, projetos pedagógicos, porém é perceptível uma similaridade nas práticas e políticas de como é visto o papel do professor e sustenta-se a função da educação a serviço do discurso dominante.

Na percepção sobre os objetivos da educação, entendemos que a cada período, alteram-se as motivações maiores. Por exemplo, ao discutir em específico a educação do homem burguês, acentuando-se a luta de classes, entra em cena a necessidade de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho. Nesse contexto, Pestalozzi (apud PONCE, 2003) se interessou pelo homem do campo, porém com uma proposta de educação mais mansa, inculcando a aceitação da pobreza, reproduzindo o discurso educativo imposto pela burguesia. Evidencia-se que o ideal pedagógico não era o mesmo para as classes sociais diferentes.

Nesse viés, são vários os teóricos da educação que se propuseram a pesquisar e a discutir a relação dialética que se desenvolve no âmbito educacional, destacando o papel do professor, a forma como se dão as relações humanas, os objetivos da educação em determinados momentos e contextos históricos, entre outras questões nos meandros da prática pedagógica. Cientes de que a escola poderá servir como espaço de dualidades, que educa, segrega, promove, exclui, conforma, desperta, o que definirá o resultado da educação oferecida é a intencionalidade de sua oferta.

Não se configura em uma novidade que um enunciado puro, cristalino, neutro é impossível e os discursos são permeados de intencionalidades (BAKHTIN, 2000). Assim, faz-se necessária uma análise acurada da motivação e dos objetivos propostos por quem promove a educação e a utiliza enquanto instrumento de dominação e manutenção do poder. Nessa perspectiva, Vieira, Peixoto e Khoury (2010, p. 23) afirmam que “o pesquisador tem que estar atento ao modo como a linguagem foi produzida tentando responder por que as coisas estão representadas de uma determinada maneira, antes de se perguntar o que está representado”.

Ninguém pode se furtar do processo de educação, uma vez que este não acontece apenas dentro das quatro paredes do ambiente escolar, mas está em todos os lugares e instituições sociais. Soma-se a isso o resultado de nossas ações enquanto pessoas que, em sociedade, constroem suas relações (BRANDÃO, 2001),

independentemente se a discussão trazida à baila seja referente à educação formal ou não-formal. Corroborando a discussão acima, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, determina, em seu art., 1º: “a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

1.3 Educação sob perspectivas produtivas e libertadoras

Propomos, neste texto, refletir acerca de uma educação que esteja nos moldes de uma prática libertadora. E, de início, em nossas escolas, precisamos rever a prática da aprendizagem antes de aprender estruturas diversas da língua ou das ciências. Os fatores qualitativos precisam sobrepor-se aos quantitativos, e além de caminhar em sentido oposto às pretensões de acelerar o ensino, os professores precisam estar a caminho de práticas e políticas educacionais que acompanhem e deem conta das necessidades atuais no que se refere à educação. Aqui, não tem como fugir do compromisso político que a escola exerce como fator determinante da qualidade do ensino e, conseqüentemente, de vida da população.

Nesse sentido é que o caderno de textos pedagógicos intitulado “Educação do campo - semeando sonhos... cultivando direitos”, produzido pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – traz a seguinte definição:

Educação Formal – são aquelas iniciativas dirigidas à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, médio, profissional e superior), organizadas pelo sistema de ensino público, privado ou comunitário; Educação Não-Formal – são aquelas iniciativas dirigidas pela organização comunitária, produtiva, sindical, política, cultural, religiosa, geralmente organizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, ONG’s, pastorais e outras entidades da sociedade civil. (BRASIL, 2006, p. 09)

Precisamos considerar, ainda, segundo as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, que a educação informal “compreende todo o processo formativo que ocorre na família, nos grupos de amigos, através de meios de comunicação, atividades recreativas”, bem como o que preceitua a Resolução CNE/CEB, de 03 de abril de 2002:

Art. 15. No cumprimento do disposto no § 2º, do art. 2º, da Lei 9.424, de 1996, que determina a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento da educação escolar nas escolas do campo, o Poder Público levará em consideração: I - as responsabilidades próprias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o atendimento escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, contemplada a variação na densidade demográfica e na relação professor/aluno; II - as especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais; III - remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada para os profissionais da educação que propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 da LDB.

Assim, não se pode atribuir somente à instituição escola a responsabilidade da educação; faz-se necessário entender que ela é apenas uma das responsáveis pelo cumprimento do art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil, que traz em seu teor a divisão das responsabilidades pela educação brasileira. Nesse sentido, Leite (2002) nos leva ao entendimento de que

Nem educação formal, nem informal, mas a partir da práxis dos grupos de periferias urbanas e/ou da zona rural, Freire revolucionou a prática educativa, criando os métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico-ideológico os valores e o universo sociolinguístico desses mesmos grupos. (LEITE, 2002, p. 43)

Além da função de transformação da realidade na qual a comunidade se encontra inserida, chamamos a atenção para o que reza a Resolução CNE/CEB, de 03 de abril de 2002, que institui as diretrizes operacionais da educação do campo, em seu art. 5º: as ações da escola do campo “contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia”. Não basta trabalhar com palavras geradoras que permeiam a vida no campo; é preciso, também, um trabalho contínuo e ininterrupto por parte dos docentes. Uma vez que o educando foi “levado” aos anos subsequentes sem, às vezes, não estar com as estruturas mínimas da alfabetização, leitura, interpretação, entre outras atividades que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem, o professor não pode se furtar da responsabilidade de instruí-lo, independentemente

do ano em que esteja trabalhando com o educando. Nesse sentido, Cafiero (2010, p. 98) entende que “se o aluno ainda não tem fluência na decodificação, não adianta ficar buscando culpados. O professor, em qualquer série que o aluno manifeste essa dificuldade, tem de tomar para si a tarefa de desenvolver esta capacidade”.

Para dar um peso ainda maior, que nos permite visualizar a essência da educação popular, a partir de expressões que fazem parte da vida do produtor rural, segue abaixo a transcrição de parte do Boletim da Diocese de Goiás, ano XIII, agosto de 1980, n.º 10:

Encontro de Educação – Tivemos no Centro de Treinamento, o 1º encontro sobre Educação Popular com a ajuda de Carlos Brandão e de mais dois amigos de São Paulo. Alguns grupos de base sentem a necessidade de utilizar essa ferramenta de um jeito mais organizado para entender melhor o que acontece e poder atuar com mais segurança nessa procura dos caminhos da libertação. O encontro nos deu a possibilidade de ficar mais por dentro do assunto pelas informações, pelo treinamento num método de pós-alfabetização, pela troca de experiências: Tentamos “juntar saberzinho de uns com o saberzinho de outros para aprender a ensinar o nome das coisas que é preciso pronunciar para mudar os poderes”.

A utilização de termos que configuram a formação “regional” do público alcançado no processo educacional, que muito se aproxima das orientações de Paulo Freire, coloca em evidência e reafirma a identidade, persistência, organização, modo de vida e as lutas do homem do campo. Assim, acredita-se que essa cultura pode ser mantida e repassada, na alfabetização e em outros processos, que vão além da educação formal.

Não se pode negar o uso da educação por grande parte dos atores educacionais como instrumento de sedimentação da hegemonia dominante. Assim, fica explícita a dualidade de interesses no ensino oferecido em escolas públicas/particulares, entre outras categorias.

Essa leitura vem ao encontro de uma reviravolta, no século XX, com a chamada Teologia da Libertação e, em nossa região, com a efetiva atuação da Diocese de Goiás, quando religiosos, em especial da Igreja Católica, se veem partícipes no processo de evolução do pensamento social, movidos por ideais libertadoras, com o cuidado de adequação dos discursos de acordo com o público alvo. Dessa forma, a leitura que esses cristãos faziam era, segundo Paiva (1987, p. 34), da “educação como um instrumento de fundamental importância para a

transformação social [...] era preciso que os homens fossem conscientes de sua ação e capazes de uma interpretação objetiva das condições às quais estavam submetidos na sociedade”.

Paulo Freire, com seu método de ensino que objetiva a prática libertadora, é o teórico que mais se aproxima desse tipo de ensino preconizado pelos educadores associados à Teologia da Libertação. Trilhando esse caminho, o indivíduo deixa a condição de expectador ou objeto para ser sujeito ativo de sua própria história. A partir do momento em que o cidadão toma consciência de sua real situação, vislumbra possibilidades de mudanças ideológicas e sociais. Por meio de situações concretas vividas pelos trabalhadores rurais, linguagens adequadas às ações do cotidiano e suas realidades, palavras geradoras selecionadas por investigação prévia levando-se em consideração aspectos da cultura e política local, observadas as características da riqueza fonética das palavras elencadas, os materiais didáticos, para auxiliar a comunidade do meio rural na aquisição da linguagem escrita, eram preparados por meio de cartazes e slides (PAIVA, 1987).

Sobre a criação, desenvolvimento e aplicação desse método, Soares assevera que

Na proposta de Paulo Freire, trata-se, sim, de selecionar palavras que atendam a uma sequência adequada de aprendizagem das relações fonema-grafema, mas não se selecionam quaisquer palavras: selecionam-se aquelas carregadas de significado social, cultural, político, vivencial. (SOARES, 2003, p. 120)

O entendimento de Soares segue apoiado por Leite (2002), em levar-nos à compreensão de que independentemente de se tratar do espaço onde acontecem as relações didáticas, é inconteste a participação de Paulo Freire no sentido da propositura de uma educação que efetivamente contempla as massas, que comumente foram alijadas do processo de educação e não tiveram seus registros na história oficial. Assim, Leite (2002, p. 43), ao abordar esse método de ensino, afirma que “Freire revolucionou a prática educativa, criando os métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico-ideológico os valores e o universo sociolinguístico desses mesmos grupos”.

1.4 Princípios norteadores da educação popular

Não existiu primeiro um saber científico, tecnológico, artístico ou religioso “sábio e erudito” que, levado a escravos, servos, camponeses e pequenos artesãos, tornou-se, empobrecido, um “saber do povo”. Houve primeiro um saber de todos que, separado e interdito, tornou-se “sábio e erudito”; o saber legítimo que pronuncia a verdade e que, por oposição, estabelece como “popular” o saber do consenso de onde se originou. (BRANDÃO, 2006, p. 30-31)

Quando nos propomos a levantar uma discussão acerca da educação, em princípio, a relação que se faz é direcionada ao sistema formal de ensino compreendendo desde a creche, primeira fase do ensino fundamental, ensino médio, ensino superior até chegar à pós-graduação. Dificilmente se relaciona educação ao ensino não formal ou à educação popular, que acontece extra-muros das instituições escolares, abarcando realidades sociais das mais distintas, incluindo moradores das periferias, trabalhadores rurais, comunidades excluídas socialmente, entre outras. Assim, acerca dessa educação não formal, segundo Gohn

falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico. (GOHN, 2012, p. 21)

Há particularidades que irão nos auxiliar a distinguir educação popular em relação à educação de adultos. É preciso fazer uma análise do projeto político, bem como das práticas que se propõem com o foco específico para as classes sociais para que a educação seja caracterizada como educação popular. Para Brandão,

Ao contrário do que tipologias costumam apontar aqui e ali, a educação popular não é uma variante ou um desdobramento da educação de adultos. Frente a um modelo de origem europeia, internacionalizado como paradigma legítimo de trabalho com as classes populares através da educação e, finalmente, rotinizado como instituição de trabalho pedagógico consagrado, a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação. (BRANDÃO, 2006, p. 75)

A partir dessa reflexão inicial de Brandão (2006), buscamos densidade teórica em Paiva (1987), Pessoa (1999) e Gohn (2012) para compreender, em um contexto histórico, os usos e desusos da educação, podendo ser um instrumento de opressão, manutenção do poder, ou de libertação. Nessa perspectiva é que Paiva (1987, p. 23), salienta que “a importância da educação como instrumento ideológico poderoso é muito clara tanto para os que detêm o poder quanto para aqueles que pretendem disputá-lo”. Confirmando as ideias expostas por ambos os autores acima citados, no campo religioso a situação não se difere nesse jogo de interesses. Segundo Pessoa (1999, p. 66), “a educação, ao lado da assistência social, sempre foi um campo privilegiado do controle político-ideológico da sociedade por parte da Igreja”.

É nesse último campo das relações humanas que iremos nos dedicar um pouco mais para compreender em que medida a educação popular trabalhada por pessoas ligadas à Igreja Católica no município de Itapuranga se tornou uma fonte de formação política e libertação das amarras das estruturas sociais opressoras em uma sociedade tipicamente rural. Estamos cientes que os resultados dependem da intencionalidade e da forma como o processo de educação é planejado e a quais interesses busca atender. Nesse sentido é que Brandão (2006, p. 14) diz que “pensar sobre a educação popular obriga a uma revisão do sentido da própria educação”. E reafirmando a dualidade existente nos propósitos da educação popular, no sentido de disputa pelo poder, Paiva (1987, p. 36) explicita que “reconhece-se que a educação pode ser um instrumento importante para a conservação ou para a mudança social: os que detêm o poder tentam fazer dela um instrumento de conservação, enquanto seus opositores tentam utilizá-la como instrumento de mudança”.

Uma questão relevante, no âmbito da história da educação popular no Brasil, é que a ideia embrionária desse tipo de educação nos remete ao período da colonização, quando Fernando de Azevedo, em sua obra “A Cultura Brasileira”, segundo a interpretação de Brandão, traz o seguinte enunciado:

Assim, ao descrever o trabalho pedagógico dos primeiros missionários no Brasil, Fernando de Azevedo associa o ensino escolar que os jesuítas deram a crianças indígenas, mestiças e brancas como o embrião de uma educação popular no país. “Atraindo os meninos índios às suas casas ou indo-lhes ao encontro nas aldeias; associando numa mesma comunidade escolar, filhos de

nativos e de reinóis – brancos, índios e mestiços – e procurando na educação dos filhos conquistar e reeducar os pais, os jesuítas não estavam servindo apenas à obra da catequese, mas lançavam as bases da educação popular. (AZEVEDO, p. 15, apud BRANDÃO, 2006, p. 33-34)

Porém, o que acontecia na colônia em relação ao processo de educação não deve ser confundido com educação popular de forma efetiva. Segundo Paiva (1987, 53), “a educação popular colonial é praticamente inexistente”. Essa realidade se arrastou até o início do século XIX quando, segundo a autora, o sistema educacional era quase inexistente.

Ainda, na tentativa de seguir cronologicamente o surgimento da educação popular no Brasil e identificar uma das primeiras mobilizações favoráveis, segundo Brandão (2006, p.38-39), “apenas após a Primeira Guerra Mundial, a partir de 1920, é que acontece entre nós o que se poderia chamar de uma ampla luta em favor de uma primeira educação popular”. Confirmando essa informação, Paiva (1987, p. 55) assevera que “até a Primeira Guerra, a maior parte das discussões sobre o problema da educação popular trava-se no Parlamento (...) e seus debatedores são políticos interessados no problema. Não existem ainda profissionais ou técnicos da educação”. Mesmo não se tratando de educação popular em seu sentido completo, segundo Brandão (2006, p. 82), “uma primeira experiência de educação com as classes populares a que se deu sucessivamente o nome de educação de base (no MEB, por exemplo), de educação libertadora, ou mais tarde de educação popular surge no Brasil no começo da década de 60”.

Nesse contexto é que entra em cena a participação efetiva da Igreja na tentativa de mudar esse quadro, assumindo uma parcela de contribuição enquanto instituição social, direcionando seus olhares para as camadas populares. Segundo Paiva (1987, p. 93), da década de 1920 “datam os primeiros apelos para que o clero participe da solução do problema da educação popular, através de criação de escolas paroquiais, assumindo sua quota de responsabilidade pela situação da instrução popular no país”. Nesse embate de ideias, percebemos que o discurso que sustenta a grande preocupação para resolver a questão do analfabetismo no país está diretamente relacionado ao fato de apenas pessoas alfabetizadas terem o direito ao voto. Assim, a educação era vista como instrumento de manutenção do poder, assegurado pelas eleições e como uma estratégia de apagar a vergonha do alto índice de analfabetismo do país. Vale ressaltar que a partir de 1937 é que o

governo tem a pretensão de alfabetizar o maior número possível de pessoas (PAIVA, 1987).

Em relação à educação popular, a pouca preocupação com a qualidade não é recente. Ainda segundo Paiva (1987, p. 150-151), “nas zonas rurais ou na periferia dos grandes centros é comum a existência de professores semi-alfabetizados que, hoje, vinculam-se principalmente às redes municipais de ensino”. Assim, a preocupação com questões específicas da educação popular não era tida como prioridade do governo nesse período. É sabido que a educação do homem do campo precisa ser adequada às suas particularidades em relação aos períodos de trabalho mais intenso. Nesse contexto, ficam nítidos currículos inadequados para uma educação de qualidade quando o foco se volta para a educação dessa categoria. Paiva (1986, p. 152) considera que “no que concerne aos problemas gerais (pobreza do aluno) a administração do sistema escolar pouco pode fazer: se o aluno se evade porque é época de colheita e ele precisa ganhar o seu sustento, este é um problema que concerne à forma de organização social e ao nível de desenvolvimento da sociedade”. Dentre os diversos grupos que se preocuparam na busca de métodos eficazes para a educação de adultos, damos destaque significativo aos grupos cristãos. Inclusive, segundo Paiva (1987, p. 251), “o pensamento de Paulo Freire partia de uma visão cristã de mundo”.

Já no período que elegemos para recorte temporal de nossa pesquisa – décadas de 1970 a 1980 –, a educação popular no Brasil se acentua, manifestando-se em práticas sociais. Nesse sentido, Gohn afirma que

A educação popular foi uma demanda presente em vários movimentos sociais organizados. Ela se manifestava em reivindicações pelo ensino noturno, por escolas profissionalizantes etc. Entretanto, a maior fonte de expressão deste tipo de demanda não foi o sistema escolar formal mas as chamadas organizações não formais de educação: a participação nos clubes de mães da periferia, em lutas e movimentos sociais organizados em torno de bens, equipamentos e serviços públicos e pela moradia e acesso à terra (GOHN, 2012, p. 71).

Com essa fala de Gohn fica inegável a crença de que não se pode dissociar a educação popular das práticas sociais. Educação essa que se realiza nas mais diversas situações que envolvem as camadas populares, em que, segundo Paulo Freire, as pessoas aprendem e ensinam ao mesmo tempo, configurando as trocas de experiências como de fundamental importância na materialização da

educação popular. Nesse sentido, Gohn (2012, p. 71) assevera que “as respostas à educação popular foram organizadas em sua quase maioria, associando o sistema não formal a instituições como: Igrejas, partidos políticos, sindicatos, associações de moradores etc”. Assim, a educação popular envolve grupo de pessoas que se preocupam com as categorias que são marginalizadas, tais como instituições religiosas, mais especificamente a Igreja Católica, sindicatos, e trabalhos de extensão de algumas universidades, como foi o caso da Universidade Federal de Goiás. Segundo Brandão,

O lugar estratégico que funda a educação popular é o dos movimentos e centros de cultura popular: movimentos de cultura popular, centros populares de cultura, movimentos de educação de base, ação popular. Mesmo quando realizado em serviços de extensão de universidades federais (como a de Pernambuco, onde Paulo Freire começou a descobrir-se em seu método de alfabetização), em setores do Ministério da Educação (desde onde seria desencadeada a Campanha Nacional de Alfabetização), ou em agências criadas por convênios entre a Igreja Católica e o Governo Federal (como o Movimento de Educação de Base), o que tornou historicamente possível a emergência da educação popular foi a conjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante, e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares. (BRANDÃO, 2006, p. 82-83)

Dessas discussões, entende-se que a educação popular pouco ou quase nada se associa à educação tradicional em que os aprendizes se dedicam durante alguns anos consecutivos ao estudo e aprofundamento do aporte teórico das ciências, carregam na bagagem livros e materiais para anotação, são submetidos a avaliações individuais de cunho quantitativo, correm o risco de serem aprovados ou reprovados, podendo, nesse último caso, recomeçar como se nada tivesse acontecido. Também, na educação popular as pompas são dispensadas como as solenidades que mais servem para promoção de políticos e nomes de instituições mantendo o *status quo* de classes sociais que não se integram às camadas populares. Brandão ainda continua sua reflexão nos auxiliando a identificar a educação popular, bem como compreender os seus objetivos que se resumem no fortalecimento das organizações e/ou práticas sociais no interior das comunidades assistidas por esse modelo de educação.

O poder de cooptar pessoas e grupos e reorganizá-los segundo os padrões da agência de educação é um dos principais indicadores da diferença entre uma ação pedagógica hegemônica e um trabalho de educação popular. Enquanto a intenção de uma é criar as suas próprias unidades locais de “organização”, segundo os moldes do seu “programa de educação”, o que servia basicamente a assegurar a sua legitimidade “nas bases populares”, o objetivo da educação popular deve ser o de fortalecer as próprias organizações locais e populares de poder de classe na comunidade. (BRANDÃO, 2006, p. 99)

Oposto a essas práticas da educação formal, a educação popular se justifica por não se dar nesse sistema formal de ensino, mas sim no interior das práticas sociais e políticas. A educação popular assim se justifica, segundo a obra *La Educación Popular Hoy em Chile: Elementos para Definirla, ECO, Educación y Solidariedade* – sem indicação de autor (Brandão, 2006, p. 85):

O que justifica a Educação Popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar o seu próprio saber [...] Estamos em presença de atividades de educação popular quando, independentemente do nome que levem, se está vinculando a aquisição de um saber (que pode ser muito particular ou específico) com um projeto social transformador. A educação popular quando, enfrentando a distribuição desigual de saberes, incorpora um saber como ferramenta da libertação nas mãos do povo. Pelo que foi exposto antes, o fato é que se a educação popular pode ser entendida como uma atividade específica (não é toda ação assistencial, de trabalho social ou de política educativa) ela, por outro lado, não requer ser realizada no interior do sistema educativo formal, separada do conjunto de práticas sociais dos indivíduos. Muito ao contrário, a educação popular vem sendo desenvolvida no interior de práticas sociais e políticas e é aí precisamente onde podem residir a sua força e a sua incidência.

Não se diferindo do seu real significado durante todo o percurso por nós percorrido, ainda segundo Brandão,

A educação popular é, hoje, a possibilidade da prática regida pela diferença, desde que a sua razão tenha uma mesma direção: o fortalecimento do poder popular, através da construção de um saber de classe. Portanto, mais importante do que pretender defini-la, fixar a verdade de seu ser, é descobrir onde ele se realiza e apontar as tendências através das quais ela transforma a educação na vivência da educação popular. (BRANDÃO, 2006, p. 92)

Em suma, Brandão explicita três tendências da educação popular que podem trazer clareza e apagar as sombras de dúvidas em relação à área de atuação

e sua abordagem pedagógica, com vistas à construção do conhecimento a partir da realidade vivida por aqueles que foram margeados ao longo da história da nação brasileira. Ela deixa de ser o centro das atenções no processo ensino-aprendizagem e atribui a relevância necessária da mudança para um modelo educacional que atenda às reais necessidades dos grupos populares. Nessa perspectiva, Brandão esclarece que

Três tendências sucessivas podem ser reconhecidas: 1) a educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização etc.; 2) a educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo estes últimos a razão da prática e, os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma; 3) a educação popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político – em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta – e constrói o seu próprio conhecimento. (BRANDÃO, 2006, p. 92)

Associando esse tipo de ‘educação popular’ com as propostas e ações desenvolvidas pela Diocese de Goiás, podemos confirmar que com a chegada de Dom Tomás Balduino, em 1967, e o início de seu trabalho à frente da Diocese, em 1968, tem início o processo de educação popular junto às categorias que ficaram à margem da história, ou seja, as camadas populares. Com base nos estudos aqui abordados, podemos resumir que a educação popular tem sua essência na educação das classes populares, no despertar, no dar voz e politizar. A educação popular é um trabalho de suma importância, voltado para a elevação da consciência política das camadas populares.

Entendemos, a partir dessas leituras, que educação popular constitui-se de experiências de formação política dos trabalhadores dentro ou fora da escola. Esse fora da escola abarca associações de bairros, grupos de mulheres, grupos de índios, entre outros, nas mais diferentes possibilidades de trabalhos religiosos, estudantis e culturais de consciência de formação política do trabalhador. Nesse sentido, Brandão (2006, p. 91) considera que “esta é razão pela qual se pode pensar a educação popular como um trabalho coletivo e organizado do próprio povo, a que o educador é chamado a participar para contribuir, como aporte de seu conhecimento ‘a serviço’ de um trabalho político que atua especificamente no domínio do conhecimento popular”.

A Diocese de Goiás não teve como prioridade o investimento em escola no sentido formal de sistema regular de ensino. Porém, o trabalho que realizou com sua opção pelos empobrecidos pelas camadas populares, em especial pelo trabalhador rural, configura-se em educação popular por meio das mais variadas trocas de experiências nas práticas sociais. Mesmo que essa educação popular proposta não se efetive em sua plenitude, ainda assim, deve-se reconhecer que o modelo centralizado de educação passa a dar lugar às práticas nas quais as camadas populares se tornam centro da educação (BRANDÃO, 2006). Nesse sentido, Ianni (1988, p. 103), ao tratar das práticas sociais dos camponeses de um modo geral, assinala que “a sua prática social como um todo, compreendendo a luta pela preservação, conquista ou reconquista de suas condições de vida e trabalho, acaba por tornar-se um componente das lutas sociais que se desenvolvem no âmbito da sociedade como um todo”.

Assim, faz-se necessário ressaltar a relevância do trabalho desenvolvido pela Diocese de Goiás junto à população itapuranguense na década de 1970. Fazendo a análise de documento da Diocese de Goiás, que traz o título de “Avaliação Diocese de Goiás – 1979” em reunião acontecida no dia 30 de junho de 1979, com participação de 54 pessoas, compreendemos de forma mais clara a atuação da Igreja Católica tanto na educação popular quanto no apoio aos movimentos sociais locais. O professor Carlos Brandão, em seu discurso transcrito no relatório diocesano do documento acima citado, explicita que

Existe uma história de compromisso entre o povo oprimido e a Diocese de Goiás. É preciso avaliar como estamos e para onde vamos com esse trabalho de libertação, não perdendo de vista que estamos avaliando a história desse compromisso. Esse compromisso nasceu de uma opção da Igreja de uma maneira evangélica, mas também nasceu da opção do povo que aceitou caminhar assim. Esta dupla opção evangélica deve ser avaliada dos dois lados: Igreja e povo. Tudo o que se tem feito até aqui são lutas que mexem com a vida do povo e da Igreja. Nessa história houve fases, etapas, anos que foram marcos; ferramentas e trabalhos mais importantes no momento, foram em certos casos, deixadas de lado por já terem cumprido sua tarefa. Isso é normal, às vezes temos que trocar a enxada velha por uma nova ou por um trator. Agora estamos numa fase de novas energias para avançarmos. Olhar como se vai caminhar com o jeito que a gente tem, naquilo que é próprio da Igreja, naquilo que ela apoia e naquilo que ela ajuda. (RELATÓRIO DIOCESANO – 1979, p. 04)

Corroborando o relevante papel da Igreja no trabalho de conscientização e libertação, Brandão, no mesmo Relatório Diocesano (p. 08) afirma que “a Igreja está ligada e comprometida com todos esses movimentos. A evangelização tem uma tarefa de conscientização”. Um documento comprobatório desse movimento educacional, acontecido na década de 1970, com a participação efetiva dos agentes pastorais da Diocese de Goiás, é um texto em formato de poesia compilado para compor os anais e registros históricos do Encontro da Avaliação da Diocese de Goiás, no ano de 1979, com o seguinte teor:

AVALIAÇÃO DIOCESANA – 1979

(Autor: Orlando)

A Igreja de Goiás
na sua firme opção
de lutar pelo Evangelho
na defesa dos irmãos
pra luta ficar mais forte
precisa avaliação
preparar os caminhos
que leva a libertação

Chegamos na encruzilhada
sem saber onde passar
pra encontrar o rumo certo
e a viagem continuar
precisou olhar os pontos
conhecer pra onde entrar
o Carlos traçou as linhas
tentando nos explicar.

o bispo e assessoria
que procura construir
uma Igreja de verdade
para Cristo residir
convidou as região
pra esses dias reunir
pra avaliar o trabalho
e encontrar pra onde ir.

Tomamos um cafezinho
o trabalhou continuou
o povo cantava alegre
quando Dom Tomás chegou
Dario pediu o Carlos
relembrar o que passou
dividiu o trabalho em grupo
a coisa se embananou.

Recebemos uma proposta
que trouxe a coordenação
causou grande dificuldade
na nossa imaginação
na hora dos relatórios
foi tirando a conclusão
os amigos convidados
mostrou pra nós o clarão.

Todos grupos em mesmo pé
as horas se terminava
Francisco tocou o sino
o povo se acompanhava
sairam trocando idéias
para ver como que estava
a crise rondou os grupos
que o trabalho avaliava.

Quando venceu o horário
descemos lá pro salão
todo o povo foi jantar
com muita satisfação

As 15 horas da tarde
fizemos a celebração
cantando canção amável
as cordas do violão

uns canta outros sorri
trocando opinião
tem gente lavando louça
e outros na televisão.

Na manhã do dia primeiro
pra o trabalho continuar
o padre tocou o sino
pra o povo levantar
para subir lá pro salão
e no trabalho pensar
se tem pedra ou se tem serra
ou mata pra atravessar.

Depois veio o painel
pra falar da região
os membros falava lento
fazendo observação
mas quando chega o plenário
querendo ver a razão
a culpa não é só da base
mas de toda coordenação

Recebemos uma tarefa
que mexeu com o pensamento
mandaram nós estudar
o tal do planejamento
para ver se usa certo
os diversos movimentos
Se está servindo a base
ou gira como vento.

O trabalho foi caminhando
pra chegar a conclusão
ouvimos os relatórios
ouvindo com atenção
foi respeitado um momento
de ter as completação
deu a palavra ao professor
amigo Carlos Brandão

Voltamos para o trabalho
logo após o jantar
ouvindo a voz dos cantos
que vem pra nos animar
todo o povo atencioso
ouvindo o Carlos explicar
os alunos curiosos
na arte de avaliar

o nosso bispo Tomás
consagrou o vinho e o pão
com as palavras do Evangelho
que nos une como irmãos

No outro dia bem cedo
conseguiu organizar
a equipe do relatório
para mais tempo ganhá
depois deu o plenário
pra ideias disputar
o povo falou bem forte
querendo desabafá.

Na manhã do dia 03
chegamos lá no salão
prá falar das ferramentas
em fase de avaliação
saúde e custo de vida
periferia em ação
escola e trabalhadores
e chapas de oposição

A equipe da secretaria
ficou firme na parada
enfrentando o relatório
até perto da madrugada
trabalhando sem descanso
mas sempre bem animada
e vocês muito obrigado
amigas de caminhada.

Pras irmãs lá da cozinha
o nosso agradecimento
que lutou de sol a sol
pra ajudar o movimento
lutam prá não faltar nada
com todo o equipamento
peço a Deus que lhe ajude
Nos mais difícil momento

O encontro terminou
com amor no coração
a saudade continua
na vida de cada irmão
voltamos pra nossa base
aplicar a nossa ação
a Deus até outro encontro
nessa casa de irmão
trocando abraço apertado

Meus amigos assembleístas
 chegou o penúltimo dia
 lá na área da cozinha
 na mais completa harmonia
 é um baile de amigo
 brincadeira e poesia
 com o discurso do D. Tomás
 na mais completa alegria.

buscando a libertação.

Goiás, 03 de julho de 1979.

(Documento da Avaliação da Diocese de Goiás – 1979, p. 19-20).

Com esse poema, podemos confirmar que mesmo não sendo explícitas algumas ações voltadas para o processo de educação popular, aquisição da linguagem escrita ou conscientização política, a Igreja Católica e a Diocese de Goiás fizeram parte da vida de muitos trabalhadores rurais, auxiliando-os a vislumbrar rumos de libertação, resistência e superação de desigualdades e injustiças sociais.

1.5 A experiência de educação popular da Escola da Fazenda Laranjal I

Neste texto, nos propomos a levantar uma discussão acerca de questões relacionadas à alfabetização de adultos acontecida na Fazenda Laranjal, principalmente de trabalhadores rurais, abordando alguns programas da educação de adultos ao longo do processo histórico. Também, apresentamos uma experiência de educação popular no município de Itapuranga chamada de Escola de Educação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Laranjal. Torna-se relevante adentrarmos essa temática porque, ao fazermos o levantamento de dados acerca dessa experiência, encontramos apenas a tese de doutorado do prof. Valtuir Moreira da Silva (2008), sendo um objeto de estudo ainda pouco explorado, constituindo-se, portanto, em novidade para muitos estudiosos da área.

Não poderíamos deixar de mencionar a reflexão levantada por Matencio (1995, p. 249), ao afirmar que “dado o alto número de analfabetos existente no Brasil, a imagem de que o país é um ‘celeiro’ de analfabetos aparece também”. É justamente nesse cenário que nos propomos a pensar algumas questões relacionadas a este índice de analfabetismo, em suas diversas modalidades, as quais vêm sendo discutidas por pesquisadores e pesquisadoras como Roxane Rojo (2009), Magda Soares (2003), Maria de Lourdes Meirelles Matencio (1995), Carlos

Rodrigues Brandão (2001), entre outros. Esses estudiosos, além de diagnósticos das fragilidades nos processos de alfabetização e letramento, somam com as teorias de Caldart (2000), Leite (2002), Gohn (2000), Silva (2008) entre outros estudiosos que direcionam as reflexões para as escolas do campo, uma realidade educacional bastante diferente das vivências das escolas do meio urbano.

1.5.1 Um breve histórico sobre alfabetização e educação

Continuando nas trilhas da alfabetização, seguindo os diversos conceitos cristalizados, segundo Rojo (2009, p. 24), “na primeira metade do século passado, para ser considerado alfabetizado e viver na cidade, bastava saber assinar o próprio nome [...] após os anos 50 isso passou a ser insuficiente”. Assim, temos uma série de definições que foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO para categorizar e distinguir os alfabetizados dos analfabetos, pelo menos em tese, ou seja, estatisticamente falando. A princípio, bastava saber assinar o próprio nome, como dito acima; logo, já se fazia necessário ler e escrever com compreensão um enunciado curto de sua vida cotidiana; e, com o passar do tempo, foi inserida a exigência das habilidades da escrita e do cálculo.

Em nosso entendimento, são diversas as causas dos fracassos da grande maioria desses projetos experimentados na educação, ao longo dos anos. Fica explícito o direcionamento para o atendimento das necessidades de preenchimento de dados estatísticos, com resultados indicando a diminuição do alto índice de analfabetismo no país e, principalmente, nas escolas do campo.

Outros fatores negativos para a educação das camadas populares com resultados sociais, além da ausência de infraestrutura adequada, salários defasados e localização geográfica, que em parte dificultava o acesso, foram a falta de profissionais docentes que conhecessem ou estivessem dispostos a adequações à realidade dos grupos que não estavam inseridos nas escolas da rede pública de ensino no meio urbano, flexão de currículos de acordo com as necessidades e calendário do homem do campo, redirecionamento de propostas pedagógicas específicas para uma formação que atendesse aos reais anseios daqueles que rasgam o seio da terra e, principalmente, a falta de qualificação docente por não

contarem com formação específica para lidarem com as particularidades da população rural. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB em seu Artigo 28, assegura que

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (LDB 9394/96, Art. 28)

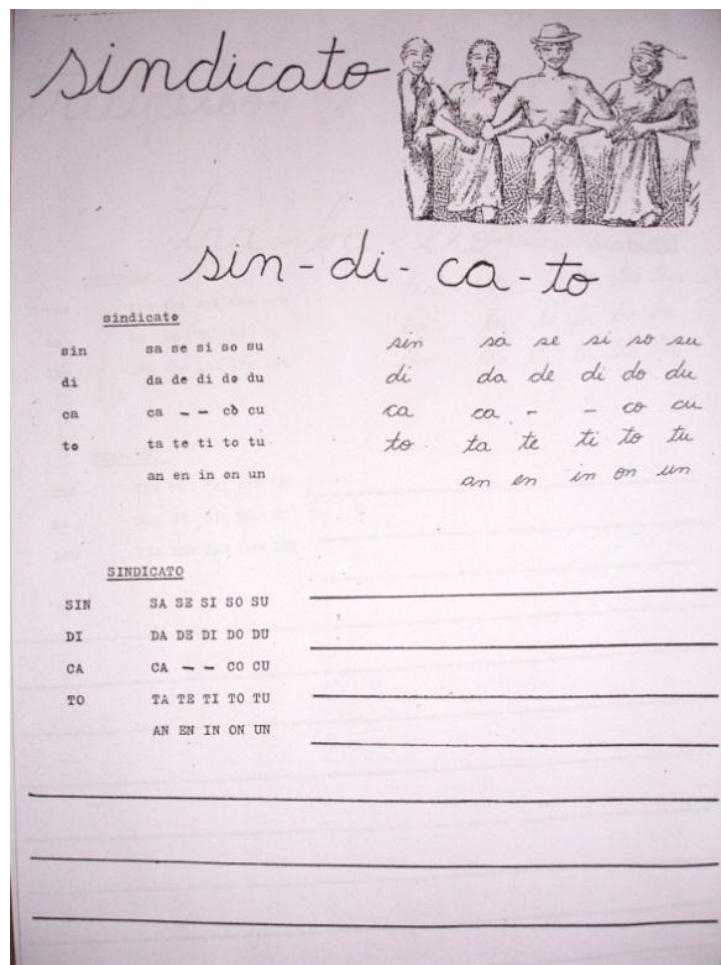
A cidade de Itapuranga, no estado de Goiás, merece destaque no aspecto da experiência vivida pelos produtores rurais de uma região conhecida como Laranjal, que se organizaram em torno da necessidade de construir uma escola que atendesse à população dessa região, em meados de 1981. O desejo desses mentores, que eram trabalhadores rurais da própria região, era que essa escola tivesse o perfil do homem do campo e trabalhasse o processo de ensino-aprendizagem, alfabetização, leitura e escrita, com expressões que fizessem parte do dia a dia dessa comunidade.

Os conteúdos discutidos e ensinados na Escola da Fazenda Laranjal tinham ressonância com os trabalhos projetados nos ensinamentos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Nascido em dezembro de 1967, o Mobral tinha como função somente ensinar a ler, escrever e contar. Já no caso da Escola Laranjal, isso foi além, por ter permitido também fazer uma reflexão sobre as imensas contradições existentes naquele local [...] as atividades em geral propunham situações e questões que tinham relação com o universo das famílias envolvidas. (SILVA, 2008, p. 162)

Com base na citação acima, foram selecionadas algumas palavras geradoras utilizadas pelas docentes dessa escola, segundo Silva (2008, p. 163): “Dentre as palavras geradoras empregadas pelas professoras podem-se citar: laranjal, enxada, bicicleta, chuva, sindicato, trabalho, gente, governo e guerra”. Além dessas palavras geradoras, entre as atividades propostas pela equipe docente para que os alunos executassem, estavam exercícios que envolviam o cotidiano daqueles trabalhadores e que aumentavam ainda mais o acervo de palavras corriqueiras para a realidade dos trabalhadores rurais como: “ovos, arroz, feijão, carne, meia e terça

parte, balaios de milho, quarta de farinha de mandioca, financiamento rural e muito mais” (p. 163), sendo que era com essas e outras palavras que as pessoas começavam a aprender a ler e a escrever. A seguir a imagem de uma dessas palavras utilizadas em forma de cartilha para a alfabetização de adultos no âmbito da educação popular:

Figura 1 Material didático de alfabetização – Escola Fazenda Laranjal
Fonte: Arquivo pessoal Dr. Valtuir M. Silva



O sucesso alcançado com os resultados desse processo de educação popular realizado pelas professoras com esse procedimento metodológico, que muito se assemelha ao método de Paulo Freire, foi bastante notório e o programa se estendeu a Guaraíta, município vizinho, e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga – STRI. A eficácia desse método de ensino e dessa escola de educação popular é evidenciada por Silva (2008, p. 169) ao informar que “em 1984, com a primeira turma de educação popular montada na sede do STRI na cidade de

Itapuranga, muitos dirigentes das comunidades de base e do sindicato tiveram a oportunidade de estudar”. Vale ressaltar que no fazer pedagógico, as palavras geradoras reforçam valores essenciais para a manutenção da cultura da comunidade, bem como propiciam o despertar para as realidades que são vividas, levando-os, aos poucos, a continuarem a se organizar em busca de melhor qualidade de vida.

Quando a escola foi trazida para Itapuranga funcionou em apenas uma sala, no prédio da escola municipal. Porém, depois de muitas investidas, os professores e alunos ocuparam literalmente o espaço. Depois que finalizaram tal turma, o Sindicato procurou apropriar-se da ideia e a levou para Guaraíta. Mas continuaram se formando outras turmas em Itapuranga. Em relação às séries, não havia essa diferenciação, pois as professoras fizeram um teste e a partir dos conhecimentos que os alunos já tinham, procuraram aprofundar seus estudos. Todos apreendiam juntos, sem essa divisão formal de séries, que atualmente utiliza-se a nomenclatura ‘anos’. Sendo assim, a sala era multisseriada, assim como funcionava na Fazenda Laranjal. Segundo Silva,

As professoras convidadas já vinham com certa experiência, pois elas participavam dos trabalhos na Igreja Católica e no STRI. Perpétua Maria de Camargos Gontijo, Maria Teixeira, Sonia, Lúcia Tomazini, Dominique, Marina e Zezé responsabilizaram-se pela organização do material didático-pedagógico e, posteriormente, em uma reunião, marcaram a data das primeiras aulas naquela Fazenda. (SILVA, 2008, p. 160)

É preciso considerar que essas professoras, atendendo ao convite dos produtores rurais da região da Fazenda Laranjal, traziam em suas bagagens uma vasta experiência em educação popular, movimentos sociais, movimento sindical além da participação explícita em diversas mobilizações que aconteceram em Itapuranga. Além de professoras, algumas eram esposas de médicos ligados ao Hospital Santa Casa do Povo, fundado por intermédio da Diocese de Goiás, esposas de bancários e militantes do Partido dos Trabalhadores. Vale ressaltar, ainda segundo Silva (2008, p. 166), que “além de não contar com a ajuda da prefeitura [...] toda a produção do material didático e os deslocamentos dos professores ficaram a cargo dos monitores, sendo um trabalho voluntário, sem salário nem ajuda de custo”.

Reafirmando a influência da educação proposta pela Escola da Fazenda Laranjal sobre a mudança de postura e hábitos da comunidade por ela assistida, Silva (2008, p. 167) afirma que “como um instrumento de mobilização, ajudando os homens e as mulheres no esclarecimento de direitos, a escola valorizou a história de não-acomodação do trabalhador rural, de seus enfrentamentos contra o latifúndio e sua participação no STRI”. Em comum acordo com esse ideal, Carneiro (1987, p. 57) considera que “politizar os problemas locais é, portanto, a primeira tarefa da educação comunitária. A segunda, extensão da primeira, é que, através da formação desta consciência política, os indivíduos descobrem as condições reais de solução de seus problemas, e, portanto, da libertação de sua comunidade”.

Um homem simples, do meio rural, que teve o privilégio de estudar na Escola da Fazenda Laranjal, expressou seu contentamento e demonstrou os conhecimentos adquiridos por meio de seus estudos. Em um poema, ao qual não atribuiu título, expressa a visão que trouxe do trabalho desenvolvido nessa escola popular. A obra de Silva (1998, p.170-172) traz o poema na íntegra, o qual tivemos o cuidado de transcrever neste texto, por vir ao encontro das muitas discussões levantadas e problematizadas no decorrer de nossas reflexões acerca dessa escola popular. O poema é de autoria do senhor Zé Lemes, produtor rural do município de Itapuranga. Ele é natural de Bambuí-MG e desde que veio para Itapuranga se instalou na região da Fazenda Laranjal II onde estudou, participou de forma ativa das ações da Igreja e sindicato, movimentos e práticas sociais evidenciando as grandes contribuições do processo de educação popular dessa escola junto aos trabalhadores rurais de Itapuranga e região.

O dia 15 de outubro
 É o dia do professor
 Eu tenho muita estima
 É um profissional lutador
 A quem eu devo o que sei
 Por isso sempre respeitei
 E reconheço seu valor.

Professores da cidade
 Também da zona rural
 Faz um esforço danado
 Às vezes ganham muito mal
 Seja mulher, ou seja homem

Estão engrandecendo o nome
De nosso país geral.

Mas vou deixar tudo de lado
Pra falar da nossa escola
No dia 20 de abril
Lá pelas 19 horas
No ano de 1981
Se não me falha a memória
Os alunos muitos animados
Tudo estava preparado
Português, matemática, ciência e história.

Era um sonho antigo
Tornando-se realidade
O povo da roça estudar
Sem precisar ir pra cidade
Este foi um pequeno exemplo
Era falado a muito tempo
Pois tínhamos necessidade.

Eram cinco professores
Dotados de capacidade
Ensinava ler, escrever e contar
E enxergar a realidade
Até lições foram feitas
Aqui da nossa comunidade
Professores eficientes
Fizeram um trabalho excelente
E com muito boa vontade.

Todo caminho tem espinho
Quem quiser ver pisa no chão
Aqui logo apareceu problema de condução
Mais tudo aqui funcionou
Na base da cooperação
Carros, carroças e bicicletas
Tudo foi posto em ação
Ais veja as coisas como é
Andaram até a pé
Mas as aulas não parou não.

Esta festa ia ser feita
Depois de tudo encerrado
Mas hoje foi antecipada
Vamos ainda ver um filme
O dia já está marcado
Aos meus colegas de classe
Dou um abraço apertado
Aprendemos coisas novas

Vamos terminar nossas provas
E aguardar os resultados.

Mais uma vez, faz-se necessário endossar a compreensão de Gohn (2000, p. 80), quando esta pontua que “a educação é um processo que requer a integração de conhecimentos com habilidades, valores e atitudes e como tal está associada ao desenvolvimento da cultura política. Juntas, educação e cultura política têm a finalidade de ser instrumento e meio para se compreender a realidade e lutar para transformá-la”.

A educação, principalmente a educação popular, precisa assumir e desempenhar seu papel na transformação da sociedade na qual está inserida. Assim como se almeja uma formação dos cidadãos e cidadãs que atendam às necessidades sociais, também se espera que a educação popular, por meio de suas práticas educacionais, leve seus educandos a se sentirem partícipes dos processos de mudança de suas realidades. Nessa perspectiva, Domingues assevera que

para transformar a escola e para colocá-la a serviço da transformação social não basta alterar os conteúdos de organização nela ensinados. É preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos objetivos da formação de cidadãos, capazes de participar ativamente do processo de construção da nova sociedade. (DOMINGUES, 2010, p. 103)

Nesse contexto, faz-se necessário levantar uma discussão que aborda a participação significativa de professores no sentido da produção de novas pesquisas que contribuam com a temática do trabalho aqui proposto. Assim, no que se refere às questões voltadas para a educação popular, vale uma reflexão sobre a fala de Dom Tomás Balduino, relatada por Caldart:

no dizer de Dom Tomás Balduino, a propósito das discussões que temos feito sobre o movimento da *educação básica do campo*, estamos diante de um verdadeiro *tesouro* que é preciso cultivar: uma educação que nasce vinculada a duas matrizes pedagógicas muito significativas, a *terra* e o *movimento social*. Há certamente muita coisa a compreender e a fazer sobre isto, com isto. Educadores e pesquisadores precisamos estar atentos (CALDART, 2000, p. 01, grifos no original).

Ressaltamos o resultado de pesquisa realizada por Borges (2012), que traz o título de “Educação do Campo: aplicabilidade das diretrizes operacionais da Educação Básica do Campo nas escolas polos do município de Goiás”. Segundo a pesquisadora, foi inserida na matriz curricular da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Goiás, em 2011, a temática da Educação do Campo no âmbito dos Temas Transversais, de acordo com a proposta das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo. Também, na construção, reformulação e atualização do Projeto Político Pedagógico, a comunidade foi convidada a participar para que, no sentido de valorização dos muitos filhos de homens e mulheres do campo que são atendidos nas escolas da comunidade, tivessem a oportunidade de discutir e trazer suas realidades para o contexto educacional.

Vale lembrar que além das mudanças nos regimentos, documentos, estatutos, entre outros, é preciso que haja mudança na prática da sala de aula. Só então, poderemos discutir maiores transformações culturais para e na educação dos trabalhadores rurais e seus filhos. É interessante a análise de Silva (2008, p. 161), ao afirmar que “a aprendizagem adquirida na escola foi fundamental para o entendimento de alguns temas abordados nas reuniões sindicais e religiosas. Também auxiliou na compreensão de termos que tornavam corriqueiros, como conscientização, militância, reforma agrária, direitos trabalhistas, intermediário, dentre outros”.

Deve-se reconhecer a participação da Diocese de Goiás, mesmo que de forma não explícita, quando Silva afirma que “a escola aproveitava-se dos temas debatidos tanto nas comunidades de base e nas assembleias do sindicato quanto nas cantorias dos mutirões, nas festas e na lida com o serviço rural”. É justamente nesse sentido que podem ser detectadas as influências da Diocese de Goiás, quando nas reuniões das Comunidades de Base se configuravam como extensão da escola da Fazenda Laranjal em se tratando de temas de conteúdos. Outro fator importante de se ressaltar é que o grupo de professoras, como Perpétua Maria de Camargos Gontijo, que ministravam as aulas, era composto por pessoas ligadas diretamente aos preceitos e ações da Igreja Católica, conseqüentemente à Diocese de Goiás, sendo religiosas praticantes que trabalhavam a educação popular, o evangelho e o trabalho de politização desses trabalhadores rurais que ali estudaram.

Dessa forma, entendemos esse processo de educação popular acontecido em Itapuranga como um rico espaço de formação política auxiliando os

trabalhadores rurais na compreensão de seus direitos, adotando a postura de não aceitação e não acomodação a determinadas realidades vividas por eles. Não fugindo à perspectiva de Paulo Freire, ao dizer que ensinando também se aprende, os trabalhadores rurais que se organizaram e lutaram por escola deixaram um legado de que é preciso se organizar e ir à luta pela conquista de melhores condições de vida.

CAPÍTULO II – A DIOCESE DE GOIÁS E SUAS PRÁTICAS SOCIAIS

2.1 A Teologia da Libertação

Durante os anos de 1970 a 1990, os sujeitos católicos do município de Itapuranga, no interior do Estado de Goiás, vivenciaram algumas ações e transformações propostas pelo projeto diocesano, capitaneadas por Dom Tomás Balduino, Bispo da Diocese de Goiás, assentadas nas premissas de uma Igreja Católica Progressista que, dentre outras questões, encorajava uma parcela significativa dos sujeitos católicos a pensar a fé a partir de uma inserção político-social. Era a Opção Preferencial pelos Pobres, da Teologia da Libertação. (COSTA, 2012, p. 15)

Ao se propor uma leitura acerca da ala progressista da Igreja Católica, alicerçada na Teologia da Libertação, faz-se necessário estabelecermos alguns marcos temporais. Essa cronologia, segundo Catão (1986, p. 13), é refletida no sentido de se perceber que “a América Latina estará comemorando os quinhentos anos de sua descoberta quando a Igreja estiver completando dois mil anos”. É importante ressaltar que esse paralelo foi traçado há quase três décadas, justificando o tempo verbal do texto. Sendo assim, a história da Igreja Católica soma em três vezes a atual idade da América Latina, quando o Brasil entrou em cena.

Para nos situarmos no tempo histórico do contexto em questão, apropriamo-nos da perspectiva braudeliana ao classificar, em suas análises, acontecimentos históricos que se estendem por um século ou mais, como um período de ‘longa duração’. Nesse sentido, ainda na mesma linha de pensamento, Catão (1986, p. 13) assevera que “a fundação da Igreja foi tão imperceptível como a nossa descoberta. Deu-se num território insignificante, na periferia oriental do Império Romano, durante o reinado do imperador Augusto. Mil e quinhentos anos mais tarde Colombo aportava em Cuba e Cabral, no Brasil”.

Sem a preocupação de mudanças, atualizações ou a necessidade de romper com a tradição, e também por conter, de certa forma, o poder e autoridade sobre os fiéis, atrelada ao apoio ao Estado num processo histórico, a Igreja se acomoda em um envelhecimento gradativo, passando a ter o caráter de uma velha organização oriunda do Império Romano, embora sem perder sua centralidade.

Com o papado de Leão XIII (1878), a Igreja dá um grande passo nas questões diretamente ligadas à sociedade. Podemos dizer que o papa Leão XIII tinha uma visão bastante ampliada em relação ao seu tempo. Ele, mesmo naquele

contexto eclesiástico fechado, já direcionava seus olhares para uma relação do seu papado com fatores ligados à economia, política e até aos direitos humanos. E, objetivando disseminar parte de seus ideais, como estratégia metodológica, procedeu à ordenação de novos bispos e padres que comungavam de visões semelhantes. Nesse intento, também enviara cartas com orientações aos cristãos, que extrapolavam os muros papais, chegando às mãos de cidadãos simples, do povo. Vale ressaltar que a cada dia essas cartas ou ‘encíclicas’ se tornavam mais importantes na vida da sociedade.

Uma destas encíclicas de Leão XIII, a *Rerum novarum*, pode ser considerada o germe da Teologia da Libertação. (...) Em primeiro lugar ele tocou num assunto chave: a posição da Igreja em face da massa dos trabalhadores oprimida pelo capitalismo. A *Rerum novarum* data de 15 de maio de 1891. Cinquenta anos depois do Manifesto Comunista de Marx e Engels, que é de 1848 (CATÃO, 1986, p. 18).

A partir dessas reflexões, não há como negar o caráter libertador que foi sendo desenvolvido pelos demais padres e leigos que comungavam com as ‘doutrinas’ da Teologia da Libertação, no sentido de estarem cumprindo a essência do Evangelho de Cristo, que se resume no amor ao próximo, na partilha do pão e na igualdade. Assim, seria difícil conceber uma ideologia cristã que não estivesse com os olhares voltados para os oprimidos e para as minorias sitiadas à margem da sociedade.

Aqui, podemos visualizar o início de um abalo nas estruturas da Igreja Católica, que perdurará por algumas décadas, com um trabalho de libertação do Evangelho, pelo Evangelho, com o Evangelho e para aqueles que se encontravam ‘cansados e sobrecarregados’, necessitando de uma mudança de vida. Ainda, nesse início de pulverização das questões do cristianismo ‘espiritualizado’ voltadas para as coisas ‘desse mundo’, assimilamos o discurso das encíclicas papais ao compreendê-las, segundo Catão (1986, p. 20), dando destaque à *Rerum novarum*, que “é antes de tudo um apelo concreto, dirigido aos cristãos, para se empenharem efetivamente na solução da questão social. Os cristãos eram chamados a lutar contra as injustiças que oprimiam os trabalhadores, resultado do sistema econômico capitalista”.

Torna-se um tanto quanto complexo estabelecer qualquer inferência ou avaliação das mudanças ocorridas na forma como a Igreja Católica alterou significativamente a maneira de se fazer teologia, sem antes proceder a uma leitura referente às contribuições do veneziano Angelo Roncalli, o Papa João XXIII, e do Concílio Vaticano II, acontecido de outubro de 1962 a dezembro de 1965. Este pode ser considerado um marco histórico para a Igreja Católica, bem como para as demais igrejas cristãs.

Acreditamos ser nesse sentido que Libanio (2005, p. 14) assevera que

O Concílio Vaticano II significou real ruptura em relação à mentalidade predominante na Igreja católica até o final do pontificado de Pio XII. Essa ruptura caracterizou-se pela passagem de uma visão pré-moderna do mundo para uma visão moderna. E o Concílio foi esse divisor de águas, ao confeccionar os textos e ao dirigi-los precipuamente ao sujeito social moderno.

A Igreja, que até então se encontrava extremamente fechada em seu reduto italiano, abre as portas, portões e janelas para congregar outros países com direito a voz. Também, rompe tabus e preconceitos referentes às igrejas oriundas da Reforma Protestante, conseguindo representantes diversos no Concílio Vaticano II. Segundo Pessoa (1999, p. 101), “o Concílio Vaticano II (1962-1965) passou a ser imediatamente referência obrigatória para todas as falas e ações da Igreja no Brasil”. Mudou-se, nesse contexto, a organização política interna da Igreja, com novas aberturas não esperadas pela grande maioria dos clérigos. Assim, Dick (1999) tece a análise de que

A Ação Católica geral tinha suas raízes numa concepção Italiana, mas estendeu-se para muitos países do mundo. O modelo de organização, como não podia deixar de ser, carregava em si uma visão política. Olhava o universo das pessoas formado por homens, mulheres, moços e moças. Era a sua forma política e ordenada de organizar o universo dos fiéis. (DICK, 1999, p. 08)

Assim, a Ação Católica, no sentido de ‘lideranças eclesiais leigas’, em meados do século XX, de forma geral, se configurou em uma estratégia de garantir os cristãos na Igreja, a Igreja na sociedade, dando a eles o protagonismo para ir além da Igreja, tornando o católico ativo em qualquer ambiente em que ele esteja, na tentativa de se afirmar a identidade cristã católica da população. Além da liderança da Igreja Católica no Rio de Janeiro assumir a ‘Ação Católica’, é

interessante observar que houve a tentativa de difusão de tais práticas às demais dioceses do Brasil.

Os leigos passam a exercer suas atividades no espaço da Igreja, na sociedade e, sobretudo, em seu espaço familiar. Com Medellín/Colômbia (1968), a Igreja Católica Romana adota a perspectiva de 'Igreja no mundo' onde os bispos chegam ao entendimento de que o que Deus projetou para os seus filhos não era a situação vivenciada pela maioria da população. Nesse sentido, segundo Catão (1986, p. 57),

Medellín estabelece com vigor que os cristãos precisam se empenhar na luta contra as estruturas injustas da sociedade latino-americana e que este empenho é fundamental e básico para toda ação pastoral. Foi nesse sentido que Medellín fundou a teologia da libertação: enquanto adotou, na base da orientação pastoral, a necessidade de uma reflexão teológica sobre o sentido da luta contra a injustiça.

Depois de decorrida uma década, em Puebla/México (1979), que segue uma perspectiva de 'Igreja para o mundo', o amor, que é considerado o maior dos dons, tem primazia nas liturgias, somado à justiça, que direcionará as ações da Igreja e do Evangelho no sentido da transformação das condições injustas no modo de vida da comunidade oprimida pela hegemonia dominante. A ideia da Teologia da Libertação não nasce agora. E isto pode ser percebido nas passagens bíblicas quando o próprio Jesus, em sua encarnação, nasce em uma estrebaria, aprende a profissão de carpinteiro e assim, desde o nascimento, deixa bem clara sua opção preferencial pelos menos favorecidos. Entretanto, precisamos ter cuidado para não cometermos anacronismo, bem como não limitarmos as várias interpretações que a Bíblia possibilita.

Nos contextos bíblicos, a leitura que fazemos da imagem de Deus não é apenas de um ser supremo, celeste, assentado em um trono rodeado por anjos, mas temos no imaginário popular cristão contemporâneo a figura de um ser que atua na terra, agindo e possibilitando intervenções na história da humanidade. Assim, confirmando a teoria da credibilidade das intervenções de Deus na vida dos homens, Catão (1986, p. 67) diz que "Deus intervém na história, mudando a condição do homem e da sociedade. Libertando-nos".

No bojo de todo essa contextualização, a Teologia da Libertação ganha destaque em aceitação e também em rejeição, por questionar as realidades sociais vivenciadas pelos pobres e oprimidos, bem como por sua nova maneira de relacionar fé e vida, de maneira indissociável. O Evangelho passa a ser adaptado à realidade e não imposto ou pressionado e a ideologia que perpassava era a de que Deus está do lado dos marginalizados.

Por ter como fundamentação a opção pelos pobres, fazendo a unificação do discurso da fé com a pobreza e a injustiça, com o discurso afirmativo de que o pobre pode ser construtor da sociedade contemporânea e de uma nova Igreja, esta nova maneira de compreender e viver o Evangelho levou um grupo considerável de conservadores eclesiais a condenar a Teologia da Libertação e suas práticas, uma vez que mexiam nas estruturas econômicas, políticas, religiosas e culturais da própria Igreja na relação com os fiéis. Confirmando o descontentamento com a Teologia da Libertação, Lima nos apresenta a fala de um sacerdote que tece uma análise da semelhança das práticas religiosas dessa linha teológica com posicionamentos marxistas. Segundo Lima (1987),

O padre Caetano Tillesse, teólogo carismático de Fortaleza, vai mais longe, afirmando que “a Teologia da Libertação é uma opção política pelos pobres como classe e não pelos pobres como tais”, e acusa: “A Teologia da Libertação mostra que se deve libertar de um sistema opressivo para outro sistema também opressivo. Na verdade, quase todos os teólogos da Libertação vêm de Louvaine, na Bélgica, e são de influência marxista. (LIMA, 1987, p. 102-103)

Aqui, abrimos um parêntese para problematizar questões relacionadas à oposição e resistência, por parte de alguns líderes religiosos, à chamada Teologia da Libertação, para não romantizarmos uma busca histórica sem apresentarmos também a outra face da moeda. E, mesmo os opositores a esse tipo diferente de se fazer teologia, de certa forma, concordam com a acusação das influências marxistas, uma vez que Catão (1986, p. 10) diz que “a teologia da libertação, que se formulou nesse contexto, pode ser considerada, hoje, uma resposta cristã madura à interpretação marxista”. Para esse autor, as doutrinas de Marx foram fundamentais para auxiliar a abrir a visão para a quantidade de injustiças, desigualdade e exploração sociais presentes no seio da sociedade e a postura da velha Igreja era de se apropriar da miséria do povo para amenizá-la. A resistência por parte de

alguns religiosos é compreendida, uma vez que, segundo Betto (1985, p. 74), “a linguagem religiosa, manipulada ideologicamente pela classe dominante, tenciona dar ao oprimido a visão de que tanto a ordem natural quanto a social decorrem da vontade divina e só por ela podem ser modificadas”, postura essa contrária ao discurso defendido pelos teólogos ‘libertários’.

Assim, relacionando a Teologia da Libertação às práticas sociais de contestação, posicionamentos contrários à hegemonia dominante e olhares voltados às minorias estereotipadas e marginalizadas, ‘não libertas’, essa teologia se adequa perfeitamente ao contexto da América Latina, onde índios, sem terras, sem tetos, dentre tantas outras categorias que vivem o processo de exclusão social, veem nesse tipo de reflexão e vivência do Evangelho a possibilidade de uma vida mais justa, humana e possível.

No Brasil, a ‘ala progressista’ da Igreja Católica soma ainda mais força ao se envolver com a questão agrária quando é, então, criada, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, por meio das análises dos dados que expõem questões específicas relacionadas às tribos indígenas, cria-se em 1972 o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Os principais nomes que receberam maior destaque e que representaram essas organizações ligadas à Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) são Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, e Dom Tomás Balduino, bispo da Diocese de Goiás – foco de nossas discussões ao longo desta pesquisa, em decorrência de suas intervenções junto à comunidade itapuranguense no que se refere à estruturação do processo educacional nas décadas de 1970/80 e na consolidação de uma cultura de resistência às estruturas hegemônicas dominantes em Itapuranga-GO.

Poletto (2012, p. 16) escreve, por ocasião da comemoração aos 90 anos de vida de Dom Tomás, em sua obra *Solidário Mestre da Vida*: “em todos os campos das reivindicações sociais Dom Tomás está presente e eficiente, mas cabe destacar sua ação pioneira na causa indígena, com o CIMI, e na mobilização camponesa, com a CPT”.

Porém, como era previsível, não demorou muito para que acontecessem as retaliações por parte da ala tradicional da Igreja. Uma prova contundente das estratégias da ala tradicional da Igreja Católica em minar as forças e o trabalho dos agentes pastorais vinculados à Igreja da Libertação foi registrada no Boletim das Comunidades da Igreja de Goiás (2º semestre/82 – Nº 117 – Ano XV, p. 8), na

matéria que diz: “alguns bispos estão favorecendo também a entrada de movimentos tipo carismáticos, neo-catecumenato [...] Movimentos alienantes que enfraquecem as comunidades de base e alienam”. Corroborando as afirmações feitas no Boletim da Diocese, em se tratando do movimento da Renovação Carismática Católica (RCC), segundo Lima (1987, 102), “os teólogos da Libertação, particularmente, acham que ela representa um anacronismo, verdadeiro retrocesso na trajetória histórica da Igreja Católica. Chamam-na de alienante”. E, vindo ao encontro dessa filosofia e estratégia para minar a Teologia da Libertação, em sua obra intitulada *Os demônios descem do norte*, Lima faz uma leitura, ao se referir à seita fundada pelo reverendo Moon, conhecida como Confederação de Associações para a Unidade das Sociedades Americanas (CAUSA), instalada, já na década de 1980, em 21 países, que, dentre outras estratégias, “faz, ainda, com o engajamento de igrejas pentecostais, uma campanha sistemática de panfletagem anticomunista na periferia das grandes cidades, para contrabalançar as influências das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica naquelas áreas” (LIMA, 1987, p. 130).

Na busca por informações acerca da Teologia da Libertação na atualidade, comparecemos a uma palestra ministrada por Frei Betto, com o tema “Movimento estudantil e Igrejas na resistência à Ditadura”, realizada no Câmpus da UEG da cidade de Goiás no dia 23 de setembro de 2014. Ao ensejo, após a explanação, no momento de debate, no sentido de uma provocação, interpelamos Frei Betto, com o seguinte questionamento: Com tamanha atuação das Comunidades Eclesiais de Base, até um livro seu me ajudou um pouco nesse sentido, em todo esse contexto e nos movimentos sociais, atualmente a Teologia da Libertação morreu? E, confirmando o que temos investigado, a resposta foi uma abordagem histórica, em que, com muita propriedade, ajudou-nos a compreender que

A Teologia da Libertação não morreu, e se morreu, não me convidaram para o enterro, o que é uma injustiça. Ela continua viva, mas ela hoje não merece mais a atenção da mídia como mereceu nos anos 70 e 80, quando ela estava atrelada aos processos revolucionários. Os processos revolucionários, felizmente não existem hoje, por quê? Porque fazer revolução armada hoje no Brasil, só interessa a dois setores: a extrema direita e os fabricantes de armas. Eu devo dizer, a opção pela luta armada nunca é do oprimido, é sempre do opressor que vai lá, fecha o Congresso,

derruba o presidente e não aceita manifestação pacífica e começa a reprimir e reprimir, aí você não tem alternativa. O próprio meu confrade Dom Tomaz de Aquino dizia isso: “o povo diante de um tirano tem direito à legítima defesa”, mas isso não é bom. Vamos tentar conquistar as coisas pela via pacífica, pela via da mobilização, da organização popular, porque a via bélica é uma via crucial, é uma via muito danosa, demasiada a perda de vida, demasiada ao sofrimento. Então, a Teologia da Libertação tá viva. E com o papa Francisco ela agora revive, uma excelente notícia. O Papa Francisco, pela primeira vez na história da Igreja, convocou uma reunião de movimentos populares em Roma durante 3 dias: 27 a 29 de outubro. O Brasil, com 20 movimentos populares representados, entre eles o MST, Movimento Indígena, a Central de Movimentos Populares, Movimentos de Moradia, Movimento Negro, Movimento das Mulheres, enfim são 20 movimentos. Eu me reuni com eles antes de ontem, em São Paulo. Isso é uma grande novidade que tá irritando os setores conservadores da Igreja. (FREI BETTO, 23/09/2014 – TRECHO DE UMA PALESTRA)

Também, Nancy Pereira em sua participação na obra *Solidário Mestre da Vida* (2012, p. 146), diz que “a opção preferencial pelos pobres coloca a teologia no meio do lixo, das sobras e dos restos. Entre os vencidos, já nem sabem mais se a Teologia da Libertação está viva ou morta! Vivíssima..., como vivem e lutam os pobres”. Talvez seja justamente nesse sentido que Catão (1986, p. 95) sugere que “precisamos de uma teologia em continuidade com a nossa cultura, a nossa mentalidade, nossas angústias e nossos problemas, nossas esperanças e nossas vitórias”. E o fato dessa temática ser provocativa ao ponto de estarmos organizando a pastoral universitária, agora em 2014, sinaliza que a chama da Teologia da Libertação ainda arde em muitos corações que sonham e lutam pela libertação dos oprimidos, independentemente do tipo de opressão em que estejam submetidos.

2.2 A Diocese de Goiás

A Diocese de Goiás está localizada na região Oeste do estado de Goiás, limitando-se com a Arquidiocese de Goiânia e com as Dioceses de Rubiataba, Mozarlândia, Anápolis, Uruaçu, São Luiz de Montes Belos, no estado de Goiás, e Barra do Garças, já no estado do Mato Grosso.

Ao contrário do que se pensa, pela atualidade das lutas e ações contemporâneas, desenvolvidas pela Diocese de Goiás, voltadas para as causas

das minorias (negros, pobres, sem terra, incapazes e outros), sua criação, segundo o sítio oficial da Diocese de Goiás, se deu “pela bula papal *Candor Lucis Aeternae*, do papa Bento XIV, em 06 de dezembro de mil setecentos e quarenta e cinco”.

Depois da passagem no bispado de diversos freis, padres, bispos, temos a posse dos bispos da Diocese de Goiás no formato que hoje a conhecemos, nesse contexto, compreendendo que cada bispo estabelecia a forma de conduzir seu bispado. Na sequência dos bispados, segundo o sítio oficial da Diocese de Goiás, temos: “1º bispo: Dom Cândido Bento Maria Penso, op (1956-1959); 2º bispo: Dom Abel Ribeiro Camelo (1960-1966); 3º bispo: Dom Tomás Balduino, op. (1967-1998); 4º bispo: Dom Eugênio Rixen (1999 aos dias atuais)”.

Nosso trabalho contempla o período em que Dom Tomás Balduino foi líder espiritual da Diocese, alterando significativamente a estrutura e a forma de se fazer Igreja em relação aos seus antecessores, ao voltar os olhares da Igreja para as causas das minorias ‘sem vez e voz’ no processo de construção histórica de toda a Diocese. Segundo Pessoa (1999, p. 104), “o fato marcante para dizer da existência desse novo ‘modo de produção do sagrado’ foi a chegada de um novo bispo à diocese em dezembro de 1967. Trata-se do dominicano Dom Tomás Balduino”.

Segundo o Censo do IBGE, 23 municípios fazem parte da Diocese de Goiás, somando um total de 224.631 habitantes, são eles:

Quadro dos municípios pertencentes a Diocese de Goiás

Fonte: IBGE, CENSO 2010.

Buriti de Goiás	2.561	Itapirapuã	7.851
Britânia	5.509	Jussara	19.086
Carmo do Rio Verde	8.939	Itapuranga	26.085
Ceres	20.686	Mossâmedes	5.005
Fazenda Nova	6.318	Nova Glória	8.514
Goiás	24.745	Novo Brasil	3.516
Guaraíta	2.372	São Patrício	1.991
Heitoraiá	3.568	Sanclerlândia	7.563
Ipiranga	2.844	Santa Fé	4.768
Itaguaru	5.429	Taquaral	3.540
Itaberaí	35.412	Uruana	13.821
Itaguari	4.508		

Também, vale lembrar que esse quantitativo de municípios está dividido por regiões: Região do Rio Vermelho, Região Serra Dourada, Região Uru, da qual Itapuranga faz parte, Região São Patrício e a Sede² Diocesana na cidade de Goiás.

Figura 2 Mapa da Diocese de Goiás

Fonte: www.diocesedegoias.com.br



Uma vez que Dom Tomás Balduino se torna um ponto de referência de nossa discussão e recorte temporal, pensamos ser importante traçarmos um breve histórico de sua vida. Com base em alguns informes retirados do sítio da Sociedade Editora Brasil de Fato, reproduzimos aqui uma biografia sucinta de D. Tomás. Ele é natural de Posse-GO, nascido em 31 de dezembro de 1922, e tem como nome de batismo Paulo Balduino de Sousa Décio. Seu pai foi promotor e juiz.

Dom Tomás cursou Teologia e mestrado na França, fez mestrado em Antropologia e Linguística, na UnB em 1965 e teve uma importância significativa por ser conhecido como o bispo que deu grande apoio aos movimentos sociais, indígenas e populares, dando destaque à reforma agrária.

Em 1967, foi nomeado bispo diocesano da Cidade de Goiás e assumiu o pastoreio da Diocese, onde permaneceu durante 31 anos, até 1999, quando, ao

² Situada a Rua Dr. Joaquim Rodrigues s/n - Caixa Postal 05 - CEP: 76.600-000 - Goiás-GO. Telefone: (62) 3371-1206 (Cúria) / Fax: (62) 3371 2380, com o endereço eletrônico: diocesedegoias@bol.com.br.

completar 75 anos, apresentou sua renúncia e mudou-se para Goiânia. Dentre muitos de seus feitos, ressaltamos a fundação do CIMI e da CPT, na década de 1970. Segundo Canuto (2012, p. 91),

eram tempos da ditadura militar. Os gritos do povo ecoavam em todo lugar. Dom Tomás, mesmo estando em Goiás, continuava fortemente ligado à causa indígena. Em 1972, participou da criação do CIMI, para articular os missionários que atuavam junto aos povos indígenas e para fazer ecoar o grito desses povos que tinham seus territórios invadidos, foi seu presidente de 1975 a 1979 e vice-presidente entre 1979 e 1983.

Prestou apoio incondicional, dando proteção, a vários perseguidos pela ditadura militar e recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UCG (2006) e UFG (2012). Faleceu em 02 de maio de 2014, sendo sepultado na Catedral da Cidade de Goiás.

Dom Tomás, junto à Diocese de Goiás, procurou adequar a Diocese ao novo espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) e da Conferência de Medellín (1968). Por isso sua atuação ao lado dos oprimidos, no espírito da opção pelos pobres, marcou profundamente a Diocese e seu povo. Após o bispado do Dom Tomás, assume a Diocese de Goiás Dom Eugênio Rixen, em 1999, permanecendo até os dias atuais.

2.2.1 O modelo de Igreja que havia na Diocese

Ao chegar à Diocese de Goiás, D. Tomás Balduino se defronta com uma Igreja comprometida, até então, com o jogo de manutenção de poder de uma elite agrária local (COSTA, 2012, p. 69).

O modelo de Igreja que havia na Diocese de Goiás até a chegada de Dom Tomás era tradicional, mesmo porque, era comum para aquele período. Havia um grupo que sustentava uma posição de Igreja mais hierárquica e principalmente uma Igreja que não queria indisposição com os fazendeiros, que se utilizavam das festas para se promover e, de certa forma, preservar a posição de mandatários. Nessa perspectiva, Pessoa (1999, p. 151) nos leva a compreender que

A dupla ruptura apregoada pelos agentes especializados da Igreja do Evangelho significa uma redefinição de classe no seu sistema de

alianças (o trabalhador rural, pobre, em vez do rico, especialmente o fazendeiro). Ou seja, no interior do mesmo sistema de interesses econômicos, lavradores e fazendeiros operam em condições desiguais: os primeiros participam do modo de produção com a força de trabalho e os segundos com o capital. E a Igreja do Evangelho se anunciou aliada aos lavradores, excluindo os fazendeiros.

É preciso reconhecer que ao chegar à Goiás Dom Tomás não estava com o seu projeto de trabalho finalizado à frente da coordenação das ações religiosas das paróquias que faziam parte da Diocese. Isso ainda não estava formatado e pronto para ser colocado em prática. Porém, Dom Tomás trazia consigo a convicção de que os leigos deveriam participar de forma mais ativa nas decisões da Igreja. Podemos afirmar que o fato de convidar os leigos para participarem das assembleias foi a grande novidade que Dom Tomás trouxe em sua visão de gestão eclesial.

A exemplo dessa nova maneira de ser e de fazer Igreja, ao chegar à Diocese, em 1968, de início, aconteceu na cidade de Itaberaí-GO, a cerca de 60 quilômetros de Itapuranga, a primeira assembleia diocesana. Dom Tomás apresentou ao clero a proposta de seguir o Vaticano II, podendo ser esse considerado o ponto de partida. Nessa assembleia, os leigos foram convidados e participaram. Assim, os momentos da Igreja em que somente os padres tinham voz e voto, passaram a ser democráticos, tendo os leigos da Igreja os mesmos direitos dos padres. Brandão (2012, p. 43), acerca da participação dos leigos nas assembleias, relata: “quantas vezes numa Assembleia Diocesana, a palavra de um lavrador nos silenciava. E a opinião de uma ‘mulher do povo’ teve mais peso em uma reunião do que a minha!”.

Vale lembrar que havia padres novos e também padres bem mais vividos, formando na Diocese um grupo bastante heterogêneo. Porém, nem mesmo Dom Tomás tinha ideia de onde essas mudanças radicais no seio da Igreja iriam chegar e quais as consequências que tais práticas acarretariam na ‘caminhada’ desse novo modelo de Igreja. De forma geral, podemos caracterizar essas ações como um processo de educação popular no seu sentido pleno. Segundo Pessoa (1999, p. 102), “a partir dos anos 70 já se verificavam em várias regiões do país padres, religiosos e leigos dizendo-se membros de um ‘novo modo de ser Igreja’ uma Igreja Popular”.

Não podemos deixar de mencionar que essa mudança radical na Diocese de Goiás aconteceu em decorrência da V Assembleia, em que por meio de votação venceu a opção da Igreja pelos pobres. Assim, essa Assembleia pode ser considerada o divisor de águas em relação ao trabalho da Diocese de Goiás. Segundo Pessoa (1999, p. 169 apud Documento da 5ª Assembleia Diocesana, junho de 1972),

A 5ª Assembleia Diocesana, em 1972: [...],

“1. A diocese, em toda sua atividade pastoral, decide dar uma atenção preferencial aos marginalizados pela sociedade e pela Igreja.

2. A diocese encaminhará o seu trabalho na linha de uma eficiente evangelização a fim de chegar a comunidades formadas por cristãos conscientes e comprometidos na transformação da sociedade.

3. Os cristãos da nossa diocese empenhar-se-ão num testemunho pessoal e comunitário a favor da verdade e da justiça. Esta opção se traduzirá em atitudes de conscientização, promoção e denúncia.

Porém, nas assembleias os leigos acabaram por tomar conta dos microfones e há certa dificuldade para sintetizar tudo o que estava sendo proposto, somando-se a isso o descontentamento por parte de alguns padres que não se sentiam pertencentes a esse novo modelo de Igreja. Inclusive, chegou-se ao ponto de alguns padres deixarem a Diocese, como aconteceu na cidade de Ceres. Na tentativa de resolver essa questão, Dom Tomás descobriu, em Caxias do Sul, uma instituição que, naquele momento, representava para a América Latina inteira uma metodologia de trabalho interessantíssima, mas foi desativada em 2012, chamada Centro de Orientação Missionária, o COM. Aqui ele visualiza uma boa oportunidade de sistematização do que o povo está falando nas assembleias. E contando também com a ajuda do COM, Dom Tomás vai direcionando os trabalhos da Diocese.

Dom Tomás é uma pessoa muito querida, inclusive por comunistas, por ateus, por gente que não tem nada a ver com religião, entre outros. Também, é preciso ressaltar que ele contou com o decisivo apoio de lideranças como Carlos Rodrigues Brandão, que foi o assessor da Diocese de Goiás. Esse antropólogo viveu intensamente a vida da Diocese durante quase três décadas assessorando tudo na Diocese de Goiás e em diversos documentos da Diocese, como os boletins. Encontramos registros de sua intensa participação e colaboração auxiliando as pessoas a pensar, a refletir e a se posicionar diante de determinadas situações.

Também, foi entendido pela equipe que estava à frente da Diocese, por meio da realização de uma pesquisa, que seus membros eram, em sua grande maioria, do meio rural. Segundo Pessoa (1999, p. 106), “a pesquisa mostrou uma realidade rural conflitiva em toda a diocese. Por isso a Equipe Diocesana orientou o trabalho pastoral na direção de um ‘trabalho direto com as bases’ tendo a criação de sindicatos rurais (ou a tomada dos que já existiam) como ação prioritária”.

A prioridade da Igreja não era mais os fazendeiros ou latifundiários, mas trabalhadores rurais, meeiros, entre outros. Nesse sentido, a Diocese redirecionou grande parte das suas ações voltadas para o trabalhador rural. Aqui, comungamos da mesma ideia de Pessoa (1999, p. 111), ao afirmar que “a ‘Igreja do Evangelho’ não significou, na verdade, uma mudança da Igreja como instituição, mas uma troca de alianças: de Igreja associada à ‘classe dominante’ passou a uma Igreja associada à ‘classe dominada’”. Outra questão que deve ser ressaltada é que nas primeiras assembleias, o bispo tinha a figura central. Entretanto, se analisarmos os relatórios, veremos que aos poucos essa figura central vai deixando espaço para o colegiado, que era o que realmente estava acontecendo. Pessoa (1999, p. 105) diz que “as assembleias diocesanas se tornaram, então, a instância superior de decisões em termos pastorais”.

A ala tradicional da Igreja Católica se sentiu confrontada pelo fato de algumas mudanças ocorrerem em âmbito dos sacramentos. Por exemplo, às vezes o padre aparecia para fazer a celebração usando chinelo. Para a elite da época a não utilização dos símbolos em sua originalidade e tradição caracterizava uma afronta, mas para os pobres isso era visto com naturalidade, uma vez que se identificava com as suas realidades de vida. Nesse sentido, Pessoa (1999, p. 183) afirma:

Ora, a multiplicidade de sentidos é uma das principais características das formações simbólicas. Uma mesma forma simbólica pode ter vários significados: para pessoas diferentes ou para as mesmas pessoas em circunstâncias diferentes. A questão, então, não era extinguir as formas simbólicas preexistentes para se ter um novo sujeito religioso. O novo sujeito religioso, sim, é que poderia ir reinterpretando as suas formas simbólicas.

Em se tratando de sacramentos, o bispo às vezes se mostrava um tanto radical para com as pessoas que não aderiram ao modelo de Igreja do Evangelho. Segundo Pessoa (1999, p. 111), na Carta Pastoral ao Povo de

Itapuranga, já citada, o bispo não faz rodeios quanto a essa questão: “quem não aceita o Evangelho [...] é melhor que não venha pedir sacramento”. Entendemos essa postura relacionada a uma tentativa de rompimento com algumas tradições da Igreja, em que a justiça não era priorizada em decorrência da preferência pelos fazendeiros e abastados da época.

Porém, mesmo com as questões levantadas podemos afirmar que uma das grandes conquistas da Diocese de Goiás foi justamente a valorização dos pobres. Outra conquista foi o Evangelho passar a ser vivido e pregado em sua plenitude.

2.2.2 A Igreja do Evangelho ou Igreja da Caminhada

É impossível falarmos de Igreja do Evangelho ou Igreja da Caminhada sem uma crítica à exploração das classes sociais populares pelo poder econômico estabelecido. Da mesma forma, não se pode falar das diferentes práticas propostas e desenvolvidas pela Igreja Católica pós Concílio Vaticano II e Diocese de Goiás com D. Tomás à frente, sem abordar conflitos entre as duas correntes de pensamento da Igreja – o catolicismo tradicional versus o catolicismo popular –, a quebra de paradigmas dentro da própria instituição que gerou dissidências e novas formas de se fazer a leitura do Evangelho, bem como a adequação da linguagem para se comunicar com uma parcela significativa da população para a sua real compreensão. Sobre o projeto de Igreja do Evangelho, Pessoa (1999, p. 18, nota de rodapé) afirma que

A partir da Assembleia Diocesana de 1975, as expressões “Igreja do Evangelho” e “Caminhada” passaram a definir a nova identidade social e religiosa de todos os sujeitos católicos que aderissem “profeticamente” ao processo de mudanças por que passava a Diocese. Essas mudanças incluíam, principalmente, uma ruptura com os hábitos religiosos tradicionais em torno do “consumo” de sacramentos e a corajosa denúncia das situações de injustiças, especialmente as cometidas pelos fazendeiros contra os trabalhadores rurais.

As parábolas se constituíram em um recurso linguístico muito utilizado no contexto da Diocese de Goiás, relacionadas ao trabalho pedagógico realizado pelos padres, religiosos e professores que, nas décadas de 1970 e 1980, participaram do

processo de educação popular dos trabalhadores rurais em Itapuranga. Nessa perspectiva, Pessoa (1999, p. 23) assevera que se faz necessário “destacarmos a importância pedagógica das metáforas. O que fizemos aí foi identificar estruturas submersas no ‘texto’ Igreja do Evangelho, que contribuem significativamente para a sua interpretação”. Elas podem ser reconhecidas, pelo uso frequente nas celebrações das missas, nos sermões, na educação popular, reuniões dos trabalhadores e em outros momentos distintos, que fazem parte do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e que resultaram em práticas sociais de cunho ideológico e político.

Ainda hoje, nas reuniões em que a bíblia comumente é estudada, um dos grandes recursos linguísticos utilizados por religiosos e leigos dos mais diversos segmentos do cristianismo é o uso das metáforas. Mesmo porque a própria bíblia é redigida com um quantitativo considerável de metáforas e parábolas. Para Pessoa (1999, p. 115), acontece o “emprego de metáforas, sempre abundantes nas reuniões dos grupos, em assembleias e em todas as falas e rezas das pessoas que ‘se converteram’ à Igreja do Evangelho. Uma delas, a palavra Caminhada, tornou-se por si só, a representação mais completa da Igreja de Goiás, desde 1971”.

Segundo Marcelo Barros, monge beneditino que participou ativamente como assessor da Igreja Católica, citado por Scolari (2001, p. 74), em se tratando da expressão Igreja da Caminhada, “essa denominação tem uma origem bíblica. Primeiro porque lembra a caminhada da libertação que foi realizada pelo povo de Deus do Egito para a terra prometida, no êxodo. Nesse sentido, as comunidades querem realizar esta mesma caminhada de libertação de todas as escravidões de hoje. Em segundo lugar, esta expressão lembra os primeiros cristãos, as primeiras comunidades. A Igreja primitiva era reconhecida como a Igreja do caminho. Era uma Igreja viva, sem templo, e que procurava seguir a Jesus Cristo. Seguir a Jesus é seguir o caminho”.

Arriscamo-nos a dizer que essa forma radical de mudança nos sacramentos e a opção pelos pobres podem ser consideradas o que mexeu nas estruturas da Diocese de Goiás, uma vez que levou muitos líderes e fiéis descontentes a migrarem para outras igrejas, principalmente as protestantes. Para Pessoa (1999, p. 73), “nas bandeiras dos descontentes estão sempre estampados: o apoio direto da Igreja aos sindicatos rurais e a denúncia, feita pelos agentes religiosos, dos casos de ‘injustiças’ ou de ‘violência’ dos ricos contra os pobres”.

Isso pode também ter colaborado para o fortalecimento da Renovação Carismática Católica (RCC), em que parte da elite da Igreja encontrou refúgio em função da não aceitação da opção pelos pobres. Em se tratando do movimento carismático, segundo Pessoa (1999, p. 158), “os carismáticos, não só não concordam com a Igreja do Evangelho, como se apartam dela, mesmo permanecendo católicos”.

Também é preciso considerar que os carismáticos do início da Renovação Carismática Católica fazem parte do grupo de pessoas que eram contra a Igreja da Caminhada. As práticas e devocionais da RCC muito se assemelham às práticas protestantes, principalmente as pentecostais. Com a visão de que as coisas ‘deste mundo’ ficarão neste mundo, acabam por priorizar o lado espiritual, não dando prioridade às questões sociais como a opção pelos pobres da Igreja do Evangelho. Pregam a libertação da alma e do corpo, mas deixam de lado a libertação das estruturas injustas a que muitos estão submetidos. Nesse sentido, Pessoa (1999, p. 157) diz que “[...] os carismáticos [são] um segmento de resistência à Igreja do Evangelho. Como são pentecostais, os carismáticos vivenciam uma afiliação religiosa do tipo ‘fiel’. E como tal, diferenciam com maior radicalidade as ‘coisas de Deus’ das ‘coisas do mundo’”.

Tratando da diferença entre a ‘Igreja da Tradição’ e a ‘Igreja do Evangelho’, Pessoa (1999, p. 109) diz que

“A ‘Igreja da Tradição’, que se queria a todo custo erradicar, na visão oficial diocesana significava a existência de católicos que sempre reivindicavam os sacramentos e missas, permanecendo ainda no egoísmo, dominação, ganância e falsas caridades. ‘Igreja do Evangelho’ era o compromisso com a evangelização, dando especial atenção aos pobres e oprimidos”.

Segundo o mesmo autor, “esta explicação aparece na ‘Carta Pastoral ao Povo de Itapuranga’, que o bispo escreveu a 2 de junho de 1975, oito meses depois da expulsão dos padres. Durante esse tempo o bispo deixou a paróquia de Itapuranga em ‘jejum sacramental’. Houve somente ‘evangelização’.

Por mais que se possa tentar olhar de outra maneira acerca da essência da Igreja do Evangelho, certamente se chegará ao entendimento de que as camadas populares da sociedade local receberam o apoio da Igreja, enquanto os ricos e fazendeiras tiveram suas alianças, de longas datas, quebradas por essa nova forma de fazer Igreja. Pessoa (1999, p. 20) diz que “a Igreja do Evangelho assumiu uma postura nitidamente monoclássista nas suas relações com a sociedade local.

Declarou-se rompida com o que ela chamou de ‘classe dominante’, ‘os ricos’ que eram, enfim, os fazendeiros) e em aliança com os trabalhadores rurais”. Complementando a ideia de Pessoa, Sebastião Donizete de Carvalho, em artigo publicado em *Solitário mestre da vida* (2012, p. 151), acerca dessa nova postura da Igreja, afirma que

“a bem da verdade, essa não era e não foi uma invenção da Diocese de Goiás; esse novo jeito de ser da Igreja decorria do Concílio Vaticano II, que, no dizer do Papa João XXIII, era ‘uma flor de uma inesperada primavera’. O Concílio reconheceu e proclamou todos os batizados como partícipes do sacerdócio de Jesus Cristo e todos os cristãos, independente de sua posição na hierarquia, como Povo de Deus”.

2.2.3 Os Grupos de Evangelho ou CEBs

A gênese de uma CEB pode estar ligada a uma luta popular ou na dinamização de uma Paróquia, podendo ter início a partir de uma novena, organização de reivindicações, ou simplesmente de uma reunião pra reflexão do Evangelho. (COSTA, 2012, p. 27)

A Igreja do Evangelho contava com a organização dos Grupos de Evangelho que praticavam a educação popular a partir da leitura da bíblia sagrada nas reuniões. O que os Grupos de Evangelho faziam pode ser sintetizado como ler a realidade da comunidade na qual estavam inseridos a partir da bíblia. Nesse sentido, Pessoa (1999, p. 111), ao tratar da mobilização dos católicos em torno dos Grupos de Evangelho, suas práticas sociais e o trabalho de conscientizações por meio dos mais diversos procedimentos metodológicos, diz que

Estava posta, portanto, uma terceira dimensão da afiliação católica: o “participar” (Brandão, 1988, p. 38). Tratava-se de uma mobilização dos católicos em torno dos “Grupos de Evangelho” ou qualquer outra forma de “conscientização” (como teatro popular) e de atuação concreta nos movimentos populares, como: Movimento Popular de Saúde, formação de sindicatos de trabalhadores rurais, roças comunitárias, e, mais tarde, a criação do Partido dos Trabalhadores.

Os agentes pastorais eram vinculados aos Grupos de Evangelho da Diocese de Goiás, que foram chamados de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

pelo Brasil inteiro, mas na Diocese de Goiás chamaram-se Grupos de Evangelho. Esses agentes são vinculados às práticas de libertação, às experiências da Igreja do Evangelho e toda essa experiência foi o norte da prática da Igreja do Evangelho no Estado de Goiás e em Itapuranga. Segundo Frei Betto, em artigo publicado na obra *Solidário Mestre da Vida* (2012, p. 26), organizado por Ivo Poletto, “é bom lembrar que a opção da Igreja na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência dos Bispos Latino-Americanos em Medellín, foi promover as Comunidades Eclesiais de Base que tiveram seu alicerce nesses grupos de Evangelho”. Vemos que isto está na essência do que seria todo o investimento da Diocese de Goiás na educação popular, na formação política, na conscientização das pessoas com vistas à participação política e emancipação ideológica. Carvalho (2012, p. 155) reforça a afirmação de que “o Grupo de Evangelho sempre foi a base de todo o trabalho da diocese. Ali se rezava, estudava-se a Bíblia, começavam-se lutas para melhorar a cidade, se organizavam grupos para lutar pela terra e, ao mesmo tempo, era uma rede de solidariedade para apoiar aqueles que precisavam”.

Neste sentido, Paiva (1987, p. 288), afirma que

Numa sociedade que se moderniza (que oferece maiores oportunidades de emprego e de ascensão social) a educação teria um valor funcional como agente de mobilidade social; a ela caberia possibilitar aos componentes da sociedade a reinterpretação dos padrões culturais vigentes e a formação de uma mentalidade consciente e responsável, com vistas à participação política e ao uso dos benefícios econômicos da modernização.

Os Grupos de Evangelho procuram conhecer bem as sagradas escrituras (Evangelho) e concomitantemente estabelecer ligação com a realidade do dia a dia da vida dos membros que deles participavam, um aspecto importante que pode ser notado no interior da Igreja que, por meio das intervenções desses Grupos, cresceu relativamente no que se refere ao estudo bíblico no meio do povo, levando os cristãos católicos a um posicionamento mais crítico das questões que envolviam suas vidas de forma direta e indireta. Nos Grupos de Evangelho, além de procurar a libertação no sentido espiritual e ideológico, procuravam também soluções para os problemas sociais.

Na tentativa de uma compreensão mais clara e/ou uma possível mentalização do que vem a ser a CEB ou Grupo de Evangelho, em Goiás, segundo

Mainwaring (1989 apud COSTA, 2012, p. 24), “uma CEB é um grupo pequeno (com uma média de 15 a 25 participantes) que geralmente se reúne uma vez por semana usualmente para discutir a Bíblia e sua relevância face às questões contemporâneas. Seus membros são responsáveis pelas cerimônias religiosas do grupo, assim como por muitas decisões”.

São vários os frutos oriundos dos Grupos de Evangelho ou CEBs. Exemplo disto é a formação de muitos agentes que atuaram à frente de movimentos sociais e políticos, como aconteceu em Itapuranga. O que aqui afirmamos encontra respaldo em uma entrevista que realizamos nesta pesquisa. A senhora Maria Pereira dos Santos (Dona Augusta), da qual falaremos mais adiante, chegou a pleitear as eleições para a prefeitura municipal de Itapuranga. Podemos nos arriscar a dizer que do incentivo ao trabalho desenvolvido nos Grupos de Evangelho resultou uma luta significativa pela terra por meio de enfrentamentos sociais, assentamentos, associações, sindicatos, entre outros.

Há um aspecto que não podemos deixar de mencionar. Enquanto os Grupos de Evangelhos estavam ‘militando’, muitas vezes o templo da Igreja Católica serviu como local para assembleias do STRI e para reuniões nos quais se discutiam política, mazelas sociais, estratégias de educação popular, entre outros temas. Atualmente, com um novo templo suntuoso, percebe-se que a Igreja se volta para o caminho de uma espiritualidade abstrata e distante da vida cotidiana dos fiéis, com a instalação do ‘santíssimo’ no altar, ao qual durante todo o dia os fiéis têm livre acesso para fazer suas preces. Assim, as práticas sociais politizadas e politizantes vão deixando aos poucos de existir ou de serem priorizadas no seio da Igreja.

2.3 Itapuranga-GO

Figura 3 Imagem – Mosaico de Itapuranga

1. Cristo Redentor
2. Serra Dourada – O gigante adormecido
3. Chichazeiro/ Xixazeiro
4. Igreja Nossa Senhora de Fátima
5. Antiga Pensão da Maria Camilo – abrigará o museu da cidade
6. Feira do Produtor Rural de Itapuranga



Fonte: Arquivo pessoal de Theo Borba Albuquerque (2014)

2.3.1 Um pouco de nossa história

Itapuranga está localizada no Estado de Goiás, limitando-se com os municípios de Heitorai, Goiás, Guaraíta, Morro Agudo de Goiás, Uruana e Carmo do Rio Verde. O solo é pouco acidentado, com regiões de cerrado, característica da região Centro-Oeste. Destaque para um braço da Serra Dourada formando a imagem de um gigante adormecido, como se tivesse protegendo a cidade. O acesso se dá pelas rodovias GO-230, GO-156 e GO-429. Itapuranga está localizada a 155 km da capital goiana e a 351 km da capital federal.

A formação da cidade de Itapuranga foi acentuada com o surto migratório para Goiás, a partir da década de 1940, principalmente de mineiros, advindos de várias regiões daquele Estado. Mas podemos encontrar, também, descendentes de nordestinos e pessoas vindas dos estados da região Sul. Percebe-se que havia, desde o povoado do antigo Xixá, uma série de propriedades rurais, nas quais os trabalhadores procuravam viver com os poucos recursos e buscavam os produtos industrializados na cidade de Vila Boa, sendo transportados em lombos de animais, com as buacas, ou seja, malas de couro cru que são colocadas sobre o lombo de animais, penduradas nas cangalhas um de cada um dos lados, surgindo os nossos tropeiros.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo aumento da população, surgindo a premência de se criar um vilarejo que pudesse dar uma resposta às necessidades dos homens e mulheres daquele tempo, principalmente para atender aos gêneros industrializados consumidos no meio rural. Como em quase todas as cidades do Estado, o vilarejo inicia-se ligado à religiosidade de seus habitantes, que procuraram se organizar e construíram um local fixo de encontros religiosos, fincando assim, a construção da primeira capela católica na região, tudo sendo fruto da fé e dedicação de várias famílias que já vivam na região.

A capela que se instalara no Xixá veio do antigo arraial de Ouro Fino, que se localizava em uma região próxima à cidade Goiás. Este arraial sofreu os reveses da mineração, com o esgotamento das veias auríferas da região, diminuindo-se a população e a importância religiosa desta capela, a qual perdia-se no tempo, daí surgindo a ideia de transferi-la para o recém formado vilarejo do Xixá.

É importante observar, também, que essa afetividade religiosa já era uma forma de expansão do catolicismo que, de certa forma, estava pretendendo fazer frente aos preceitos do protestantismo que rondava a região, dando resposta aos desejos espirituais dos habitantes. As celebrações eram feitas nas fazendas e com grandes dificuldades, e muitas vezes os moradores tinham que ir a Ouro Fino para fazer os casamentos e outras celebrações. Daí o aspecto religioso e cultural desses homens e mulheres motivaram a ideia de edificação de uma igreja, conseqüentemente, trazendo consigo várias famílias, que passaram a se fixar no local, dando início à vila do Xixá.

2.3.2 Criação do vilarejo e a dinâmica de mobilidade

Por volta de 1912, é criado o vilarejo, que tinha uma vida bem modesta e contava com poucas casas. As primeiras moradias foram estabelecidas nas redondezas da capela, uma vez que as terras eram da própria Igreja, e os primeiros moradores edificaram suas casas nessas terras, apropriando-se da ‘bondade do Santo’, São Sebastião, eleito pela Igreja o padroeiro da cidade.

A região sofreu um impacto maior de povoamento com a tomada de decisões pelo governo varguista de 1930, impulsionando a denominada “marcha para o oeste”, procurando elaborar um discurso e propaganda a respeito destas regiões de fronteiras, atraindo os mineiros que, imbuídos neste espírito de *rush*, migraram para Goiás e passaram a cultivar e comprar terras nas redondezas do vilarejo. O vilarejo teve seu início no que se convencionou chamar de Xixazão, em referência à primeira missa que fora celebrada debaixo de um chichazeiro³.

A vida cotidiana dos moradores era marcada por festas nas fazendas, tanto de cunho religioso como de ações dos leigos. Lembremos, aqui, dos mutirões e traições para ajudar os vizinhos. No entanto, esta relação de vizinhos não tirava o ar de violência que assolava a região. Era muito comum, nessas festas, acontecerem brigas e mortes, razão pela qual a cidade passa a ser conhecida como uma terra de matadores. Embora, nesse contexto histórico, isso não fosse uma particularidade do Xixá, mas uma marca de todo o sertão brasileiro.

A justiça era marca indelével desses pioneiros, pois os itapuranguenses foram conhecidos como violentos por essa região. Com o crescimento do vilarejo, surgem as ações policiais esporádicas. Para se ter uma ideia, a forma de prisão, quando isso acontecia, era colocar o indivíduo amarrado em um pé de bacuri até levá-lo para um lugar ao qual pudesse cumprir a pena pelo delito.

A forma de transporte era feita no lombo de animais: cavalos e burros cargueiros, bem como de carros de bois que serviam como meio para carregar maior quantidade de mercadorias ou alimentos. As estradas eram abertas com foices, machados, facões e enxadões, fazendo-se as trilhas nas matas virgens do cerrado. Os rios eram todos abundantes de água, considerando os rios Uru e Canastra, sendo que o último serviu de abastecimento de água para as primeiras famílias do povoado, bem como de Itapuranga, na atualidade.

³ Árvore frondosa que produz uma castanha com agradável sabor e com bastante oleosidade.

2.3.3 Elevação à categoria de Distrito e suas influências

Com o aumento populacional, houve a necessidade de uma maior representatividade junto à sede do município ao qual o vilarejo estava jurisdicionado – Goiás. Pensando assim, pessoas se organizaram e notaram a necessidade de ter mais respaldo nas decisões políticas junto à cidade de Goiás, principalmente em relação às decisões tomadas para o vilarejo. Reivindicaram a elevação do povoado à categoria de Distrito, fato este acontecido em 1944.

A ideia de poder começa a se desenvolver junto às suas necessidades, e houve disputas políticas entre as famílias da região. Itapuranga torna-se sonho de homens e mulheres dessa região, transformando-se uma realidade inserida no contexto nacional a partir de 1953, com uma maior possibilidade de representação no Estado. Assim, em termos políticos, as decisões eram tomadas observando a conjuntura nacional, pois em poucos anos de emancipação política da cidade, o Brasil entrou no período de repressão militar.

As influências foram sentidas em Itapuranga, tanto nos aspectos sociais quanto culturais, econômicos e políticos. Tais aspectos podiam ser visualizados nos desfiles de estudantes, que passaram a fazer alusões aos governos militares e à ideia de patriotismo que os militares se empenharam em formar nas escolas e na sociedade como um todo.

As primeiras atividades econômicas do antigo Xixá foram ligadas à agricultura de arroz, feijão e milho, que eram transportados pelos tropeiros e carros de bois nas estradas, levantando a poeira e atravessando os vários riachos da região. Os produtos industrializados eram comprados nas ‘vendas’, tais como: querosene, sal, tecidos, fumo, bebidas e outros produtos básicos que não podiam ser produzidos pelas pessoas da região.

Com o passar do tempo e o aumento da produção e da população do Xixá, surgiram os primeiros armazéns e cerealistas que compravam os produtos agrícolas e revendiam-nos em outras regiões. Com o desenvolvimento do povoado, chegaram ao Distrito outros ramos de comércio, como pensões (antigos dormitórios) e outros pequenos estabelecimentos de cunho econômico, que vinham ao encontro das necessidades da população da região.

2.3.4 Itapuranga: conjunto de ações políticas importantes

Após a emancipação política, em 1954, Itapuranga teve seu momento econômico mais próspero com as medidas tomadas pelo governo federal de incentivo à produção de álcool, em decorrência da crise do petróleo na década de 1970, momento em que o governo federal cria o Pró-álcool para suprir a falta de gasolina e para tentar baratear este combustível. Instala-se neste período a Destilaria Pite S/A, com toda a euforia do momento, da modernidade e desenvolvimento, empregando grande número de mão-de-obra, os chamados boias frias, nome recebido pelas pessoas que levavam suas marmitas de comidas para o trabalho, comendo-as frias, posteriormente.

No entanto, esta fase de euforia foi marcada por desajustes sociais, uma vez que a empresa operou poucos anos, deixando os proprietários e trabalhadores em situação caótica financeiramente, gerando greves e o fortalecimento da organização sindical. Atualmente, a usina se encontra em um processo de reativação, com o trabalho do Grupo Farias, que ora funciona, ora permanece fechada. É importante lembrar, também, que a paisagem da região foi mudada de forma significativa: onde havia cultivo de milho, feijão e outros alimentos, passou a ser de cana-de-açúcar, alterando de certa forma o desequilíbrio ambiental.

Outro aspecto importante da história dessa região são as várias mobilizações e movimentos sociais existentes, principalmente de trabalhadores rurais e professores. Os trabalhadores rurais de Itapuranga fizeram várias greves, principalmente na época da Destilaria Pite, reivindicando melhores salários e condições de trabalho. Os professores marcaram essa história com greves e passeatas pela cidade, chegando a fechar as portas do Banco do Estado de Goiás – BEG. Tiveram um importante núcleo do CPG, que tornou-se depois, o que hoje conhecemos como SINTEGO. A luta pela terra era expressa em eventos e ações como o grito da terra. Com intensa movimentação pelas ruas da cidade e um dos primeiros processos de desapropriação para fins de reforma agrária, acontecido na Fazenda Córrego da Onça, mostrando que os trabalhadores de Itapuranga sempre lutaram e se organizaram. Vele lembrar que a grande maioria dessas mobilizações contou com o apoio da Igreja Católica.

Atualmente, a cidade sobrevive do comércio local, mantido por pequenas propriedades familiares, emprego público estadual e municipal, com pequenas e

médias indústrias de diversos ramos. Podemos destacar, também, a produção de frutas cítricas em regime de monocultura, como o maracujá, que ganhou destaque em todo o Estado, momento em que Itapuranga ficou conhecida como a Capital do Maracujá. Contudo, faz-se necessário ressaltar que atualmente esse título está esquecido e a produção de maracujá é bem pequena. A pecuária leiteira tem sido outra fonte econômica do município que pode ser comprovada pela grande quantidade de laticínios existentes. Outra fonte de divisas é a feira do produtor rural, realizada no centro da cidade, onde os pequenos produtores trazem seus produtos *in natura* para serem comercializados.

2.3.5 A vida religiosa e a história do Xixá

Após algumas leituras e pesquisas, constatamos que a religiosidade teve grande influência no povoamento da região, pois o padroeiro da localidade foi São Sebastião, que supostamente sempre ajudava e protegia as colheitas e a vida no campo. Assim, se deu a implantação e construção de um templo da Igreja Católica para atender às necessidades espirituais e fixar o poder religioso na região, época em que os sacramentos da Igreja eram realizados nesse templo, como casamentos, batizados e as festas religiosas fortalecendo os vínculos dos fiéis com a Igreja.

2.3.6 A história da cidade e a saúde pública

No que tange à saúde pública, principalmente para os pobres e trabalhadores rurais, percebe-se que os primeiros anos do vilarejo foram muito difíceis, devido à falta de comunicação e transportes para os centros mais adiantados da região. Com o passar do tempo, foram surgindo as “vendas” que além de comercializarem cachaça, vendiam alguns produtos farmacêuticos. Foi implantado o primeiro hospital na cidade, no Xixazão, próximo à Praça Cunha Lima, local de grandes manifestações populares como festas religiosas, circos e outros eventos.

A questão da saúde em Itapuranga chega até nossos dias ainda não resolvida por completo, visto que a população teve que se organizar para conseguir tê-la, sendo necessário mobilizações por meio de passeatas e manifestações

populares. Um dos exemplos mais significativos vem com a história da Santa Casa do Povo de Itapuranga (STRI). Os trabalhadores rurais tiveram que ocupar a Prefeitura Municipal para conseguir os recursos destinados à sobrevivência daquela instituição, sendo expulsos com muita violência pela polícia militar, por ordem do prefeito municipal, João Batista da Trindade, em 1988. Esta questão será abordada no último capítulo de nosso estudo.

2.3.7 As manifestações culturais

Um exemplo dessas festas é a tradicional Folia de Reis que, ainda hoje, é destaque da cultura regional, tradicionalmente no distrito de Lages e na fazenda Santa Rosa, a primeira reconhecida no cenário nacional e ambas representando as características desse povo. Há várias publicações sobre essa manifestação cultural, como *Meu Senhor Dono da Casa* (Pessoa, 1993), *As Viagens dos Reis Magos* (Pessoa, 2007), entre outras publicações de Brandão (1981; 1983), diversas monografias da UEG e artigos científicos.

Outras festas que se destacaram foram os tradicionais pagodes (populares no meio rural), momentos em que as pessoas se deslocavam longas distâncias para participar desses bailes. São características a música regional (sertaneja), as danças e fartas comidas, que eram distribuídas aos participantes; estas festas eram realizadas quando aconteciam os casamentos, mutirões para limpar e colher as roças e roçar as pastagens ou mesmo as ‘traições’, acentuando, desta maneira, as formas de organizações entre homens e mulheres da região.

O progresso e o desenvolvimento trouxeram consigo mudanças nessas manifestações. Entretanto, existem manifestações que são reatualizadas através dos ‘costumes em comum’ daquela época, como as festividades organizadas por instituições católicas e evangélicas. Além das festividades católicas, encontramos também, no município, uma grande quantidade de festas produzidas pelas inúmeras igrejas evangélicas tradicionais, pentecostais e neopentecostais, dentre outras, que produzem representações festivas e atraem milhares de fiéis, demonstrando o papel de envolvimento da religiosidade como parte integrante da cultura festiva da comunidade. Dentre essas experiências podemos citar as festas organizadas pela

Assembleia de Deus, Igreja de Cristo, Batista, Congregação Cristã no Brasil, o Brasil para Cristo, Nova Aliança, Testemunhas de Jeová e outras.

Portanto, a vida religiosa e festiva de Itapuranga é uma marca registrada da tradição de seu povo, coadunando com um envolvimento e presença de muitos fiéis que procuram nestas devoções uma representação de seu passado, que tem no ato religioso a capacidade de expressão de uma sociedade, independente de qual espaço esteja.

2.3.8 Educação no Xixá

A educação foi um fator marcante no desenvolvimento da sociedade desde os primeiros momentos do povoado até os dias de hoje. No início, eram instaladas nas fazendas pelos próprios proprietários, sendo que a escola funcionava dentro da casa de um dos moradores. É evidente que se pode perceber, nestes primeiros anos, uma separação no que se ensinava para os meninos e para as meninas: as meninas aprendiam serviços domésticos e até artesanais, enquanto para os meninos ensinava-se a escrever e a ler, para sua formação.

As primeiras escolas que se desenvolveram na área urbana foram concomitante ao êxodo rural que foi percebido a partir de 1970. No entanto, as famílias mais ricas e abastadas enviavam seus filhos para estudar na cidade de Goiás, enquanto para as mais pobres restava construir um espaço. Após algumas lutas, foi inaugurada a primeira escola em Itapuranga para dar oportunidade aos filhos das famílias que ficaram na região e que não tinham condições de enviá-los para estudar fora.

Para atender à população do campo, foram construídas escolas nas zonas rurais com turmas conjugadas, sem infraestrutura, tudo dentro da perspectiva de fixar o homem na terra. Porém, com a consumação dos prefeitos biônicos do regime militar, com bipartidarismo ARENA X MDB, a democracia estava sendo cerceada. A situação da educação refletiu na prática as ações dos governos militares, pois os alunos eram obrigados a fazer desfiles como se fossem brigadas militares, dando a ideia de uma pátria sem problemas e com ordem nacional, buscando na educação a manutenção do regime militar.

Para termos uma ideia da complexidade da história de Itapuranga, não há um organismo que se preocupe em dar respaldo e procurar reconstituir o passado de seu povo, sendo que a UEG-Itapuranga, através do curso de História, está, na medida do possível, procurando escrever e dar voz aos homens e mulheres que viveram essa história.

Procuramos discutir a história das pessoas que não são vistas pela história oficial, mas que participaram e fizeram a história do município. Pretendemos colocar em evidência a história dos excluídos, isto é, o lavrador, o diarista, meeiro, o pedreiro, os leigos religiosos, os professores, o trabalhador braçal, trabalhadores rurais e muitos outros. Portanto, esta abordagem historiográfica se torna importante para que coloquemos os homens e mulheres na construção e consolidação de sua história que, por muito tempo, foi silenciada, sem criarmos os mitos e endeusamentos que marcaram a historiografia até ao final do regime militar.

2.4 Alguns movimentos sociais em Itapuranga configurados como resistência dos trabalhadores rurais ao sistema dominante

Alguns movimentos sociais, vividos pelos trabalhadores rurais em Itapuranga nas décadas de 1970 e 1980, merecem destaque. Para Silva (2008, p. 17), “A história dessas pessoas é intrigante porque o envolvimento não nasceu somente dos trabalhos coordenados pela Diocese de Goiás, a partir de 1967, ou com o bispado de D. Tomás Balduino, ou mesmo com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga em 1972 [...]”. Arriscamos dizer que toda essa trajetória provém, também, de aprendizados diversos resultantes do processo de educação popular vivenciado pelos sujeitos dessa história ao longo de suas vidas. Na leitura de Ianni (1988, p. 108), “aos poucos, no século vinte, descobrem-se as dimensões revolucionárias dos movimentos sociais que ocorrem no campo”.

As décadas de 1970 e 1980 se constituíram em um marco histórico, em decorrência da grande quantidade de ações de movimentos sociais que se constituíram em verdadeiros campos de batalha, em nosso país. Seguindo essa linha de pensamento, Gohn (2012, p. 41) assevera que uma forma de organização popular são “as associações e movimentos comunitários desenvolvidos no Brasil a

partir de 1970, impulsionadas inicialmente pelas práticas da Igreja Católica em sua ala denominada Teologia da Libertação”.

De modo geral, faz-se necessário reconhecer a indissociabilidade dos movimentos sociais com questões políticas, econômicas e sociais. E, nesse sentido, apelamos para análises que envolvem a memória coletiva da sociedade, no sentido de re-construirmos uma história pretérita das mobilizações dos trabalhadores rurais de Itapuranga. Também, acreditamos que a oralidade pode ser utilizada como ferramenta indispensável no entendimento das práticas de resistências e/ou enfrentamentos, na medida em que os próprios atores conflitantes se apropriam, no sentido usado por Hall (2003), de “uma tradição revolucionária”, o que optamos por chamar de cultura de resistência.

Sabemos que a história é dinâmica e a historiografia teve mudanças significativas pós movimentos dos *Annales*, um movimento surgido na França, em que alguns pensadores rearticularam a forma de se escrever a história. E, com essa revista francesa, chegamos ao que hoje chamamos de Nova História (BURKE, 1997). Por meio dessa Nova História, enquanto pesquisadores, podemos dar voz às minorias estereotipadas ao longo do processo de construção da história regional. Nesse contexto é que se torna relevante uma busca pelo aprendizado dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Itapuranga, seguindo a constatação de Bosi (2003, p. 15), ao afirmar que “os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola tomam a palavra”.

Dentro do nosso recorte temporal, a partir da década de 1970, quando os movimentos sociais ganham destaque e repercussão, as produções bibliográficas referentes a esses acontecimentos começam a desembocar em novas abordagens que envolvem fatores políticos e econômicos dentro de um embate no qual o ‘sem voz, sem terra, sem escola, sem teto, sem...’ soltam a voz e entram no campo dos movimentos sociais. Também, ainda sobre o recorte temporal, a partir da década de 1970,

nesse período foram introduzidas questões diferenciadas na análise da realidade social, como a ênfase na microestrutura e não somente na macro, a percepção de uma multiplicidade de fatores de análise, além do econômico, o deslocamento da atenção da sociedade política para a sociedade civil, e da luta de classe para os movimentos sociais. (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p. 77)

Não podemos nos furtar de clarearmos o embate constituído ao longo do processo histórico no sistema capitalista. Os movimentos sociais existiram, existem e acreditamos que continuarão existindo porque há os que dominam e os que são dominados. Nessas relações conflituosas por motivos diversos, ficam explicitadas contradições nas quais, de um lado, estão aqueles cujo compromisso nada mais é do que enriquecer e se manter no poder impondo-se sobre os mais fracos e oprimidos; e do outro, categorias de massa, deixadas à margem da sociedade, tanto pelo Estado, quanto pelo sistema educacional.

Os movimentos sociais podem ser entendidos a partir da noção de cultura política. Não podemos compreender esses movimentos fora da esfera das disputas de projetos políticos, nos quais a tentativa de imposição de uma lógica ou ideologia sedimenta os processos discursivos, proporcionando abertura às contestações, às rupturas e fraturas. Haja vista que o discurso hegemônico possui antagonismos, os quais possibilitam os protestos e embates, culminando na expectativa de mudança (RODRIGUES, 2011).

Gohn (1997) caracteriza os movimentos sociais como “ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil”. Nesse sentido, podemos inferir que os movimentos representam o descontentamento de membros da sociedade civil que se organizam e se posicionam diante de determinadas situações por meio de enfrentamentos.

Percebe-se que a busca por mais direitos, somada ao descaso das formas com que o Estado trata a questão do trabalho e, conseqüentemente, a situação dos trabalhadores, desencadearam uma série de movimentos sociais na contemporaneidade. Citamos, a título de exemplo, movimentos contra a ditadura militar, direito de livre expressão, reforma agrária, movimento estudantil por educação de qualidade, moradia, eleições diretas, greves de professores, transporte coletivo nos grandes centros urbanos, entre outros. A isto se sugere uma alteração do quadro político, uma vez que todo esse contexto acabou por impulsionar as categorias marginalizadas a irem à luta, unidos por uma causa maior, nobre e justa.

Mendonça (2007, p. 129), traz a informação de que “os movimentos sociais emergem no encontro quase que inexplicável e imprevisível entre um conjunto de sujeitos (dotados de certas emoções e razões) e uma conjuntura

sociopolítica, econômica e cultural”. Assim, com as atitudes de práticas reivindicatórias de seus direitos e por conquistarem outros direitos, os movimentos sociais vão se tornando instrumentos que educam e politizam, não no sentido formal trazem consciência da possibilidade de mudanças, mesmo que sob pressão, por parte das categorias que se veem desprovidas de quesitos básicos e primordiais a uma vida digna enquanto cidadãos brasileiros. Nesse caráter educacional dos movimentos sociais, Caldart (2000, p. 06) nos alerta a termos um olhar mais atento aos atores envolvidos nesses movimentos, pois “esses sujeitos e suas lutas nos ensinam algo mais sobre processos de transformação social e sobre práticas de educação a eles vinculadas. Os movimentos sociais têm sido espaços de organização dessas lutas e de formação desses sujeitos”.

Nesse sentido, precisamos estar atentos para não caracterizarmos as lutas e ações dos diversos movimentos sociais apenas como fatos isolados. Dessa forma, estaríamos desconstruindo todo o contexto histórico, político e social que está imbricado na ideologia dos mesmos. Nessa perspectiva, Mendonça assevera que

Interpretar um movimento social a partir do conceito de acontecimento é percebê-lo como descontinuidade que irrompe no tecido social, permitindo a reinterpretação de elementos que o precederam e dos campos de possibilidade que o sucederão. Ao reconfigurar, interpretativamente, fragmentos da realidade social, tais agências coletivas afetam o contexto em que se situam e os próprios sujeitos que as constituem, ao mesmo tempo em que são por eles edificadas. (MENDONÇA, 2007, p. 118)

Indubitavelmente, incorreríamos no equívoco de corroborar uma ruptura com o continuísmo do tecido social, em que uma gama de possíveis transformações e alterações seja acordada. Assim, essa noção de ‘acontecimento’ vai bem mais além do que a ideia simplista de um fato isolado pretérito, já que não se trata apenas do ocorrido, e sim de uma nova organização dos sujeitos sociais do presente, eliminando um acontecimento histórico com possibilidades de redirecionamentos vindouros. É fato que quando um grupo de pessoas com interesses semelhantes se une em uma ação de protesto frente à ordem vigente, buscam-se mudanças que sejam significativas. Por isso, segundo Mendonça,

A ação de movimentos sociais pode ser analisada, pois, como uma proposta de refundação. Trata-se de uma interrupção do curso automático da vida, por meio do surgimento de interpretações

inesperadas que propõem novos modos de convivência. [...] É só em interlocuções com a sociedade que os movimentos podem esperar ver realizado o nascimento de uma nova ordem, ou a refundação da sociedade. (MENDONÇA, 2007, p. 128)

Até então, problematizamos características, proposituras, motivações, exemplos e possíveis resultados referentes aos movimentos sociais. No decorrer de nosso trabalho, outras discussões serão levantadas na tentativa de chegarmos ao entendimento de quanto os movimentos sociais educam, partindo da experiência de trabalhadores rurais mediados pelas ações da ala progressista da Igreja Católica ligada à Diocese de Goiás. Porém, antes de darmos sequência às temáticas propostas para respondermos ao problema de nossa pesquisa, a fala de Romão, na obra *Movimentos sociais e educação de adultos na Ibero-América – lutas e desafios*, é fundamental na compreensão de movimentos sociais.

O que define um movimento social? Uma ação coletiva articulada? Não, isso não é suficiente para defini-lo, pois nem toda ação coletiva representa um movimento social. Sapelli (2008) e Domingues (2007) indicam que vários elementos contribuem para identificar um movimento social: a existência de um conflito; a consciência da situação de opressão, que está relacionada à perspectiva de reprodução ou de transformação social; a existência de relações de poder e a ação coletiva organizada em objetivos comuns. Assim, compreende-se que um movimento social, além da unidade de um grupo social em torno de um mesmo objetivo, a partir de uma determinada visão de mundo, tem uma perspectiva de ação que pode ser na direção da manutenção ou da conservação do *status quo* da sociedade. Movimento social não é, portanto, sinônimo de ação coletiva transformadora ou revolucionária. (ROMÃO, 2011, p. 63)

Entendemos que quando algum acontecimento ‘estoura’ fora da programação daquilo que se encontra estabelecido socialmente, gerando rupturas, quebra de paradigmas, descontentamentos, mobilizações, quando a sociedade racionalmente parte para o que aparentemente pode ser considerado irracional para algumas categorias, os movimentos sociais acontecem. Mesmo que para alguns, as práticas ou movimentos sociais possam ser configuradas como ações radicais, pelo fato de irem contra a poder e a elite dominante, às vezes com armas em punho, palavras de ordem, revelando parte das mazelas sociais, trata-se de uma luta em defesa de melhores condições de vida e trabalho. Segundo Paiva,

Quando, entretanto, a luta pelo poder político se trava, num nível relevante, entre grupos ideologicamente opostos e, portanto, quando a crise do sistema atingiu a um nível bastante significativo, podem surgir movimentos educativos destinados a promover a mudança das estruturas socioeconômicas na medida em que buscam difundir entre a população novas atitudes e ideais, novos pressupostos que contestam aqueles defendidos pela ordem vigente. (PAIVA, 1987, p. 22-23)

Nesse sentido, a própria sociedade passa a ser palco dos enfrentamentos dos problemas sociais locais (IANNI, 1988). Nesse viés, Gohn (2012, p. 238), acerca dos movimentos sociais, afirma que o “papel de expressar as reivindicações dos cidadãos; mobilizações e protestos tornaram-se formas rotineiras de participação política”, participação esta no sentido de mudanças no posicionamento em que se encontram no status social.

Ao tratar da questão política dentro desse contexto, faz-se necessária a compreensão de que os movimentos sociais são indissociáveis da política. Segundo Ianni (1988, p. 103), “não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social.” Daí resultam os muitos enfrentamentos configurando-se em um passado de embates na busca de uma pirâmide social menos desigual. Ressaltamos que, em se tratando dos trabalhadores rurais em Goiás, segundo Silva (1998, p. 22), “a partir de 1950, eles contam com a aproximação da Igreja Católica e do Partido Comunista, ambos com seus projetos políticos, nos quais buscavam incluir os trabalhadores já com potencial organizativo e consolidado”. Nesse sentido, reconhecemos o importante papel da Igreja Católica e a mediação pedagógica no processo de educação popular junto à comunidade itapuranguense, com o devido cuidado de não criar mitos em relação à própria Igreja, Sindicato ou Partido Político.

A partir dessas questões acima apresentadas, nos propomos a dar um pouco mais de visibilidade à trajetória dos trabalhadores rurais de Itapuranga, no período compreendido em nossa pesquisa, e registrar, mesmo que de forma sucinta, algumas experiências vividas por eles, no sentido de compreender a dimensão do que fora produzido por esses sujeitos em suas práticas sociais. Aqui, concordamos com a afirmação de Silva (1998, p. 27), em sua tese de doutorado intitulada Itapuranga (re)invenção da história, ao dizer que o “despertar da consciência dos

trabalhadores rurais foi suficiente para provocar uma série de formas de organizações e enfrentamentos”.

2.4.1 Resistência da Fazenda Maria Alves

O município de Itapuranga foi palco de uma grande batalha judicial pela disputa de 167 alqueires de terra. De um lado, solicitando a reintegração de posse, o fazendeiro e latifundiário Aureliano José Caiado, conhecido na região por Fiote Caiado. De outro, 32 famílias de trabalhadores rurais que há mais de 30 anos estavam instaladas e produzindo nas terras não muito férteis, na Fazenda Maria Alves, região conhecida como Córrego da Onça (SILVA, 2008).

A participação da população de Itapuranga na resistência da Fazenda Maria Alves, no Córrego da Onça, é uma experiência fantástica. Segundo Pessoa (1997), essa batalha travada nesta fazenda pode ser vista como o processo de aprendizagem para a ocupação de novas propriedades rurais. Com essa resistência, acredita-se que os trabalhadores rurais chegaram ao entendimento de que poderiam não apenas resistir às posses já existentes, como também terem a possibilidade de incorporar novas áreas às suas posses.

Rejeitando as indenizações propostas pelo advogado e autorizadas judicialmente, cujos valores não correspondiam às realidades das benfeitorias realizadas nas propriedades, e mesmo porque não era esse o interesse das famílias, mas sim lutar para permanecerem na terra, a demanda em processo judicial se estendeu desde o ano de 1973 até o ano de 1980. Depois das decepções com a conduta inesperada do advogado contratado pelas famílias, que, ao invés de solicitar a desapropriação das terras por usucapião, solicitou indenização, sem a devida autorização dos trabalhadores rurais para essa postura, o embate vai ficando ainda mais acirrado.

No desenrolar dessa história de luta, organização e resistência, fica explícita a intenção de construir a ideia de que os trabalhadores rurais eram invasores de terras. E uma das estratégias utilizadas foi a divulgação dos acontecimentos na imprensa local, a partir do que a imprensa estadual entendeu que se tratava de um embate social que geraria popularidade e que envolvia diversas questões políticas. Vale ressaltar que, segundo Silva (2008, p. 87), “outro

instrumento utilizado para sensibilizar a sociedade e motivar os posseiros nos enfrentamentos do dia-a-dia foi aproveitar as reuniões dos Grupos de Evangelho para algumas atividades”.

Recebendo apoio de alguns setores da população itapuranguense, uma mobilização que chamou a atenção de Itapuranga e da imprensa foi uma passeata pelas principais ruas da cidade. A manifestação se deu no dia 30/08/1980 e contou com “homens, mulheres, crianças, religiosos, professores, médicos, sindicalistas, deputado estadual” (op. cit. 90) e também com a presença do bispo da Diocese de Goiás, D. Tomás Balduino. Enquanto se mobilizavam pelas ruas da cidade, foi trazida a notícia da ordem de reintegração de posse por parte do Juiz da Comarca de Itapuranga e que, em menos de quatro dias a Polícia Militar local, com o apoio da Polícia Militar da Cidade de Goiás, cumpriria o mandato de retirada dos trabalhadores daquelas terras.

Segundo Valtuir Moreira da Silva, em sua tese de doutorado (2008, p. 93), o desfecho desse embate se deu da seguinte forma:

O então governador do Estado de Goiás, Ary Valadão, ao conhecer fatos mais recentes do processo de mobilização, decidiu comprar as terras de Fiote Caiado para serem repassadas aos posseiros. Tal decisão, além de evitar o confronto, evitaria também alguns prejuízos políticos, visto que a eleição para governador aproximava-se. No dia 3 de outubro de 1980, o governo do Estado compra os 167 alqueires da Fazenda Córrego da Onça e publica, no *Diário da Manhã*, a seguinte decisão: “aquelas terras não mais serão desapropriadas e sim compradas pelo Estado ao preço de Cr\$ 150 mil por alqueire” (out. 1980).

Este breve relato demonstra a forma como a população de Itapuranga se uniu em busca da defesa de uma vida mais justa e igual. Acreditamos que todo esse processo se configura como resultado da educação popular manifestada em diversos momentos, como nas apresentações musicais nas reuniões do Grupo de Evangelho, poesias, músicas, palavras de ordem, passeatas, elaboração de documentos, entre outros. Também, arriscamos afirmar que geraram frutos para a própria formação política e ideológica, resultante desses conflitos, que fez com que esses trabalhadores rurais se sentissem partícipes da construção de suas próprias histórias.

2.4.2 A Sociedade do Adubo

A Sociedade do Adubo foi um movimento de trabalhadores rurais que contou com a assessoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. Para quem vive do campo não é nenhuma novidade que, no processo de cultivo, alguns insumos são essenciais para propiciar uma boa colheita. No comércio local, comprando isoladamente tais fertilizantes, cada produtor rural pagaria valores que poderiam ser reduzidos significativamente se os produtos, nesse caso o adubo, fossem adquiridos em grande escala e direto da fábrica. Sendo assim, segundo Silva (2008, p. 172), “os trabalhadores da Fazenda Fundão e Laranjal II, Adão Queiroz, Bertolino João de Sousa, Olício Garcia Peixoto e Dorval Bento, diante da possibilidade de conseguir preços mais acessíveis para o fertilizante a ser utilizado na safra do ano, propõem a criação de compra conjunta de adubo, o que, posteriormente, concretizou-se na Sociedade do Adubo”.

Para a concretização da Sociedade do Adubo, bem como da compra em conjunto, esses produtores rurais convidaram alguns companheiros de divisa de terras e da região e fizeram o levantamento da quantidade de adubo que cada produtor gastaria para a safra daquele ano de 1986. De posse do quantitativo e apurado o dinheiro para o pagamento em espécie, num ato de cooperativismo, houve a possibilidade de fazer cotação conseguindo, assim, diminuir os valores dos sacos de adubo de forma considerável.

Vale ressaltar que, com essa atitude, os produtores rurais não visavam lucros sobre a compra dos demais companheiros que se manifestaram interessados em fazer parte da Associação do Adubo. Pelo fato de ter sido vantajoso para os produtores, a notícia se esparramou e logo outros produtores de localidades diferentes também aderiram a essa nova forma de aquisição dos insumos. Com o passar do tempo, mesmo contrariando os idealizadores da Sociedade e demais produtores, houve o jogo de interesse capitalista, e a Sociedade do Adubo acabou sendo gerida pelo senhor João Benfica como empresa particular, perdendo as características de cooperativismo (SILVA, 2008).

2.4.3 Associação da Vaca

Quase semelhantemente à estratégia utilizada pelos produtores rurais na Sociedade do Adubo, Itapuranga também foi o local onde se criou a Associação da Vaca. Como o próprio nome sugere, era literalmente para o compra de carne para consumo nas mesas dos participantes. Essa Associação também pode ser caracterizada como um movimento social surgido na década de 1980, precisamente de 1981 até meados de 1982, quando se percebeu possibilidades de melhor qualidade de vida, em se tratando de alimentação.

Entendemos mais essa ação cooperativa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Itapuranga como fruto do trabalho de educação popular, no sentido de conscientização, realizado pelos professores, assessores e religiosos da Diocese de Goiás. Segundo Silva, (2008, p. 144), “a fundação da Sociedade da Vaca é um exemplo dessa capacidade de reinvenção, através de conhecimentos adquiridos nos espaços sindicais, na Igreja e na interlocução com outros sujeitos sociais em muitas reuniões e assembleias”.

Nesse sentido, eles se organizavam em prol de suas lutas, independentemente de terem ou não o aval, de estarem ou não ligados a qualquer instituição, seja ela religiosa, educacional, sindical ou social, e apresentam formas diversas de resistir, contestar, se indignar e se posicionar diante das mais diversas situações de exploração do homem pelo homem, embora nessa Associação, segundo Pessoa (1999, p. 115), “[...] a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais; as experiências de roças comunitárias (como a de Itaberaí); a “Associação da Vaca” em Itapuranga – compra e corte comunitário de reses [...] sempre tiveram presença sistemática da Igreja”.

O consumo de carne faz parte dos hábitos e costumes alimentares de grande parte dos homens e mulheres de nossa sociedade. Porém, no sistema capitalista, o poder de compra não é igual para todos, privando uma parcela da população do acesso a determinados produtos. Nessa perspectiva, objetivou-se, com essa ação coletiva, a Sociedade da Vaca, diminuir o preço de venda da carne para consumo no município de Itapuranga.

Os trabalhadores rurais que migraram para a cidade nesse período mantiveram os seus traços rurais. Isso ocorreu também em decorrência de muitos trabalhadores rurais terem se mudado para a cidade em busca de condições de

trabalho diferentes das vivenciadas no campo, e com isso mesclando culturas, práticas e suscitando novas necessidades. Era costume em Itapuranga, quando um vizinho matava um capado (porco criado e preparado especialmente para o corte), passar pela cerca, tela ou por cima do muro um 'pratinho esmaltado' com alguns pedaços de carne, mantendo a política da boa vizinhança. Isso também acontecia com bolos, pamonha, sabão de bola e outros produtos. Entendemos essa prática como uma característica do meio rural e que ainda se conserva em alguns bairros da cidade. Assim, os traços e aspectos marcantes do meio rural permaneceram em meio a uma nova realidade na cidade e que, fazendo uma ponte com os dias de hoje, conta com cerca de 2.400 pequenos produtores rurais.

Assim, formada por produtores rurais que estavam residindo na cidade, segundo Silva (2008, p. 147), “após algumas reuniões e debates realizados na casa de Olício Garcia (Peixoto), ficou acertado, entre os presentes, que fariam a compra de uma rês e venderiam a carne a preço de custo. Com essa vontade e necessidade, os trabalhadores rurais colocavam em prática a Sociedade da Vaca”. A prática foi divulgada e outras localidades adotaram a mesma medida, diminuindo quase pela metade o preço da carne e possibilitando um maior consumo por parte da camada social que se encontra na base da pirâmide da divisão de classes no sistema capitalista.

É interessante observar que esse movimento não foi muito tranquilo, em decorrência da retaliação dos comerciantes de carne locais, ou açougueiros, como são chamados. Nesse sentido, a mediação pedagógica da Igreja se deu a partir das discussões que eram realizadas nas Comunidades de Base, bem como nas reuniões do Sindicato, onde a questão era discutida e eram traçadas estratégias. No trabalho de formação política dessa comunidade, também entraram na pauta diversos temas relacionados ao dia a dia desses trabalhadores rurais deslocados para a cidade.

2.4.4 Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga

A Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga (ASPA), diferentemente de algumas outras associações, sindicatos, grupos, comunidades, entre outros, já nasceu com um grande número de filiados, uma vez que estava

vinculada diretamente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. Sendo assim, todos os trabalhadores rurais, residindo ou não no campo, que fossem filiados ao STRI e estivessem com o pagamento de suas mensalidades em dia, automaticamente estavam também filiados a essa nova Associação que surgiu no cenário itapuranguense no ano de 1987.

Os trabalhadores rurais tinham necessidades que extrapolavam a intermediação do Sindicato e de suas capacidades para produzir dentro de suas glebas de terra ou quintais. Dentre elas, podemos citar a necessidade de algumas mercadorias que não eram produzidas no meio rural, como farinha de trigo, macarrão, sal, açúcar, entre outras. Outro fator que muito chamou a atenção dos produtores no período, é que as coisas que se produziam no campo, até chegar ao seu destino final, passavam pelas mãos de diversos atravessadores, aumentando o custo dos produtos significativamente, até chegar ao consumidor final. Porém, em todas essas negociações, em que muitas pessoas lucravam, o produtor rural era quem menos ganhava com toda essa dinâmica do sistema capitalista, mantendo o valor inicial de seus produtos.

Passando a ser mais uma entidade representativa dos trabalhadores rurais em Itapuranga, segundo Silva (2008, p. 185-186), no estatuto da ASPA, consta o registro de que a Associação era regida pelos seguintes propósitos:

- a) atuar permanentemente em defesa do desenvolvimento social dos trabalhadores rurais;
- b) promover a venda, em comum, da produção agrícola ou pecuária de seus associados;
- c) adquirir ou produzir, para o fornecimento ao quadro de associados, gêneros de primeira necessidade: alimentos, roupas, calçados, móveis e utensílios domésticos;
- d) adquirir sementes, mudas, inseticidas, fertilizantes, rações e sacarias;
- e) adquirir ou produzir animais de raça;
- f) armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar os produtos dos associados;
- g) promover cursos de orientação e aperfeiçoamento de técnicas agropecuárias
- h) obter recursos financeiros através de doações, empréstimos ou financiamentos com o objetivo de custear as atividades da associação;
- i) colaborar com entidades congêneres, seja públicas ou privadas.

Em uma linguagem bem clara, a ASPA acabou se consolidando como um modelo de supermercado, com produtos expostos em prateleiras, caixa para recebimento e as comuns anotações das compras em cadernetinhas, ou seja, compras a prazo, conservando-se o mesmo preço por se tratar de uma associação que não visava fins lucrativos em sua essência e origem. A diferença maior em relação aos outros supermercados da cidade era que quem tinha autorização para comprar eram somente os trabalhadores rurais cadastrados tanto no STRI quanto na ASPA.

Assim como nos demais movimentos sociais anteriores à ASPA, não demorou para que as investidas contrárias à sua prática aparecessem. Nesse sentido, alguns comerciantes locais alegaram que a concorrência não era leal, uma vez que a entidade, por ser considerada filantrópica, era isenta de alguns impostos. Em parte, as alegações dos empresários tinha algum fundamento, uma vez que, a Associação contava com um quantitativo reduzido de funcionários, porque os próprios compradores eram quem organizava suas mercadorias. Além disso, não possuía despesas com impostos e aluguel, entre outras, pois funcionava na sede do sindicato. Por essas razões, a ASPA conseguia comercializar a preços bem menores do que se poderia encontrar na praça (SILVA, 2008).

Mesmo depois de ter recebido visibilidade municipal por entidades diversas, como a Câmara dos Vereadores, maçonaria, entre outras, por se enquadrar no perfil de entidade de utilidade pública, com o passar de poucos anos, mais precisamente em 1990, a ASPA recebeu uma multa de alto valor por parte do Estado e da União, o que a levou a encerrar suas atividades. Atualmente, o que foi a ASPA é um supermercado de propriedade particular.

O que ficou dessa grande experiência organizacional dos trabalhadores rurais de Itapuranga foi a mobilização, a resistência ao sistema dominante, a conscientização política de que os sujeitos podem e devem ser partícipes do processo de busca por melhores condições de vida. Entendemos a ASPA como um movimento que ensina e aprende ao mesmo tempo, com seus idealizadores ligados à Igreja Católica, ao Partido dos Trabalhadores, integrando a soma de muitas experiências vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Itapuranga e região, nas décadas de 1970 e 1980.

2.4.5 Associação das Comunidades de Baixa Renda de Itapuranga

Com características bem próximas às da Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga, a Associação das Comunidades de Baixa Renda de Itapuranga (ACBR) também surgiu da necessidade de suprir algumas demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Itapuranga, no que se refere a produtos industrializados. Ressalte-se aqui que, quando falamos em suprir demandas, nos referimos a preços acessíveis de acordo com a realidade do mercado.

Embora muitas discussões que precederam a criação e o registro da ACBR tenham acontecido nas reuniões do Sindicato e também da Igreja Católica, tais entidades não tiveram muitas responsabilidades na materialização de mais esse movimento social ocorrido no período compreendido entre 1981 e 1992. Outra característica salutar da ACBR foi que não era necessário ser membro do Sindicato ou mesmo ser trabalhador rural para se filiar à referida Associação.

Diversos produtos foram postos na lista da ACBR para compra e distribuição, pelo preço de custo, aos associados, dentre eles, o tecido foi o que mais teve destaque e que perdurou do início ao fim da Associação. A estratégia utilizada pelos mentores, líderes e representantes, era a compra realizada diretamente nas distribuidoras da capital. Para que isso acontecesse, os sócios colaboravam com certa quantia em dinheiro para a compra e, depois, adquiriam os produtos bem mais baratos, por estarem isentos de atravessadores, impostos e outras questões que acabam por encarecer a valor das mercadorias comercializadas na cidade (SILVA, 2008).

Outra questão que muito nos chamou a atenção foi o fato de cada associado ter posse de uma cota-parte da Associação. E como 'proprietários', todos tinham o direito de indicar quais produtos eram mais necessários ser adquiridos para a comunidade dos associados. Para evitar problemas com a diversidade de ideias e mesmo com as formas diferentes de encarar as situações, algumas pessoas foram escolhidas para serem os representantes em suas respectivas comunidades. Assim, segundo o Boletim da ACBR (1983 apud Silva, 2008, p. 180), "toda essa estrutura, a partir dos Postinhos de Tecidos, ficou assim distribuída nas fazendas do município de Itapuranga: Pedro Rangel (Baú), Jeso Rodrigues (Campo Grande), Zé Pereira

(Coruja), Mauro Gonçalves (Fundão), Alceu (Guará), Divino (Guaraíta), Onofre (Córrego da Onça) e Nello (Cidade)”.

Os locais onde os tecidos eram distribuídos foram chamados de Postinhos de Tecidos e os líderes, escolhidos mediante a experiência de engajamento nas lutas e no Sindicato, chamados de líderes dos postinhos. Aqui, se faz necessário destacar a participação ativa do padre Nello Bononi, que auxiliou na orientação e primeiras compras. De início, ainda segundo Silva (2008), havia produtos que chegavam a ser comercializados até quatro vezes menos, em relação aos preços que eram vendidos nas lojas.

Então, já com onze anos de funcionamento, veio a plano real e, em 1992, segundo Silva (2008, p. 182), “os reajustes dos produtos inviabilizaram a compra de novos estoques, levando ao fechamento da ACBR”. Outro fator que contribuiu para que mais esse sonho fosse interrompido, foi o fato dos comerciantes locais terem acesso à compra dos mesmos tecidos em grande escala, o que propiciaria um maior giro e, conseqüentemente, uma queda nos preços dos tecidos, ficando, assim, a ACBR refém do próprio sistema capitalista, com a lei da oferta e da procura. Assim, mesmo com a disponibilidade de trabalhos voluntários por parte de alguns membros desse movimento, fica o exemplo de união, solidariedade e cooperativismo e a evidência de que situações de resistência ao sistema de exploração fizeram parte da história de Itapuranga.

Ao acreditar no caráter educativo dos movimentos sociais, segundo Gohn,

A educação se apresenta como forma de aprendizagem aos participantes dos movimentos e associações; como efeito pedagógico multiplicador das ações coletivas junto à sociedade civil e à sociedade política; e como demandas específicas na área educacional, dentro e fora da instituição escolar. Tudo isto podemos resumir com a frase: os movimentos sociais, das diferentes camadas sociais, com suas demandas, organizações, práticas e estruturas, possuem um caráter educativo, assimilável aos seus participantes e à sociedade mais ampla. Os resultados deste processo traduzem-se em modos e formas de construção da cidadania político-social brasileira. (GOHN, 2012, p. 123)

CAPÍTULO III – HISTÓRIAS E SEUS SUJEITOS

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados coletados empiricamente e por meio de análise documental, relatando o processo pelo qual se deu esse tratamento de dados. Inicialmente, procedemos à análise dos documentos, bem como das situações conflituosas neles registradas, relativas à cidade de Itapuranga. Em seguida, passamos à análise dos discursos dos sujeitos entrevistados, pessoas que vivenciaram parte desse processo, confrontando as informações abstraídas com o que se tem de fonte materializada.

3.1 Documentos da Diocese de Goiás – Boletins Diocesanos

O melhor sobre educação popular não existe em livros. Existe em uma infinidade dispersa de documentos mimeografados, escritos “da base”, relatórios de experiências e sínteses de pequenos encontros que se multiplicam por toda parte. (BRANDÃO, 2006, p. 104)

A partir dessas e de outras leituras, propomo-nos problematizar o processo de mediação pedagógica que aconteceu na Diocese de Goiás, em especial no período abordado em nossa pesquisa, por meio dos Grupos de Evangelho e de outras práticas sociais, configurando-se em uma dinâmica educacional, resultado da necessidade de permanência do homem do campo em sua ambiência natural e/ou mesmo por melhores condições para se viver na cidade, em relação a trabalho, saúde, política, fé, terra, educação, entre outros. Para justificar a necessidade desta discussão, partimos da premissa de uma dívida histórica que temos em nosso país em relação a algumas categorias, tendo destaque, em nossa proposta, o trabalhador rural. Nesse sentido, Molina, Nery e Koliing (1999, p. 21) compreendem que “há uma tendência dominante em nosso país, marcada por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como a parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade”.

Retomando, então, nossa análise documental, apresentamos, a seguir, exemplares das capas de dois boletins diocesanos, utilizados pela Igreja do Evangelho. Como se pode observar, a simplicidade da forma da escrita, das ilustrações e do emprego de metáforas são características marcantes para que o

público alvo, trabalhadores rurais, assimilem, compreendam e sejam motivados a colocarem em prática os ensinamentos contidos nesses documentos. Nesse sentido é que Pessoa (1999, p. 116) diz que “na Igreja do Evangelho, verifica-se o emprego da metáfora na fala dos adeptos, nos desenhos rústicos dos cadernos e boletins, nas crônicas das assembleias em forma de cordel, nas letras de músicas feitas por lavradores e ‘agentes’, para a animação dos encontros e das liturgias”.

Selecionamos 17 (dezesete) Boletins da Diocese de Goiás, que compreendem o período de 1976 a 1989, no espaço do nosso recorte temporal. Os boletins, segundo informações da Diocese de Goiás, eram produzidos mensalmente. Esse ‘jornalzinho’ Caminhada, durante um longo período foi o veículo de comunicação da Diocese de Goiás, que era distribuído aos líderes de Grupos de Evangelho e, assim, seus conteúdos eram socializados com as pessoas que frequentavam as reuniões, resultando em um processo de educação popular.

Figura 4: Boletim da Diocese de Goiás, N.º 110, 08/1980.
Fonte: Arquivo pessoal Dr. Valtuir M. Silva

BOLETIM

DIOCESE de GOIÁS - ANO - XIII
AGOSTO - 1980 - N.º 110
editorial

Durante o último encontro da Coordenação diocesana colocaram em pauta o pedido de um esclarecimento sobre o possível golpe de Estado em preparação no Brasil. Terão feito esta pergunta só porque estamos no mês de agosto?

Pode ser, mas há ainda o seguinte: Há nestes dias vários atentados terroristas contra pessoas engajadas a favor dos direitos humanos e também contra bancas que vendem jornais da imprensa alternativa. A crise econômica piorou. Aumentou a violência no campo atingindo índios e lavradores. Recomeçaram os casos de perseguição às Igrejas identificadas com as lutas do povo. O Governo conseguiu o novo Estatuto dos estrangeiros que é um verdadeiro AI 5 visando não só os refugiados políticos, mas os missionários da Igreja também. Ainda por cima as Ditaduras militares do Cone Sul se fortaleceram com o Golpe que derrubou o legítimo Governo da Bolívia. Fala-se também de Reagan como possível Presidente dos Estados Unidos. Ele prometeu apoiar os Governos "Fortes" da América Latina.

Por cause de tudo isto há uma inquietação muito grande no País e no mundo.

Por outro lado temos que reconhecer que a visita do Papa ao Brasil foi um tempo de grande respiro para nosso povo que tomou conta dele. É preciso dizer também que João Paulo II confirmou a caminhada de nossa Igreja ao clarear

o nosso compromisso de Fé em Jesus Cristo e, ligado a este mesmo compromisso, o nosso engajamento a serviço anbetudo dos pobres.

Mas acima de tudo vê-se que o povo vai levando a sua luta em todos os cantos com muita fé e esperança, apesar dos inúmeros sofrimentos. Os lavradores estão procurando se informar sobre os grandes projetos governamentais que vão atingi-los. E estão em busca dos meios de organização e ação.

Há um grande interesse nas bases pela nova ferramenta do Partido Político, suas possibilidades e suas dificuldades também. Foram dados muitos passos no caminho da libertação.

Nossa missão de Igreja tornou-se mais exigente na hora atual: dar um claro testemunho da Fé por uma presença junto ao povo dentro da disponibilidade ao serviço que nos pedem. É esta a forma de praticarmos a fidelidade ao Senhor que, desta forma, nos convoca nos dias da.



Figura 5: Documento da Diocese de Goiás: Boletim Caminhada, ano 1984.
Fonte: Arquivo pessoal Dr. Valtuir M. Silva



Nessas imagens, pode ser notada a simplicidade do formato desses boletins. As ilustrações são muito objetivas, desenhadas à mão livre e também utilizavam como recursos recortes de revistas ou de outros materiais impressos, porém, todas tinham ligação direta com o assunto em pauta, o que de certa forma auxiliava as pessoas mais simples na compreensão e memorização da mensagem que se pretendia repassar. Geralmente, na primeira capa vinha uma mensagem editorial e, na sequência, havia uma mensagem do Bispo da Diocese com uma breve avaliação dos acontecimentos mais recentes que envolviam as cidades atendidas pela Diocese.

Os boletins eram a forma de divulgar os eventos que aconteciam, bem como repassar os resultados dos eventos pretéritos em alguma paróquia. Era comum divulgar um texto escrito por qualquer pessoa que fazia parte das reuniões, uma poesia, letra de música, chegada, transferência ou óbito de um padre, mensagens de protesto e indignação em relação a alguma situação indesejada, entre outras. Em todas essas situações, podemos perceber a educação popular acontecendo a partir da leitura da bíblia trazida para a realidade da comunidade pela Igreja assistida. O boletim diocesano era um jornalzinho mimeografado, que chegava no máximo a ser composto por 20 páginas. Vale lembrar que os exemplares do boletim não eram distribuídos para os presentes nas reuniões dos Grupos de Evangelho, mas direcionados às lideranças. Assim, era comum chegar, em média, cinco exemplares em cada paróquia e os agentes pastorais é que repassavam as discussões neles contidas. Era o que se denomina efeito cascata ou dominó, em que os agentes eram municiados e socializavam tais informações nos Grupos.

Entendemos a riqueza em se explorar esses documentos, 'Boletins da diocese', por conter situações vivenciadas pelos atores de nossa pesquisa. Segundo Betto (1985, p. 53), "há no Brasil uma extensa rede de comunicação popular tecida pela multiplicidade de boletins diocesanos, folhetos litúrgicos, cordel, cadernos de formação, elaborados pelas comunidades eclesiais de base". E, para que nossas reflexões tenham fundamento e cientificidade, por meio da análise dessas fontes podemos perceber a diversidade de linguagem e momentos de conflitos vivenciados pelos trabalhadores rurais, externalizados em todo o decorrer da história de Itapuranga. Assim, Betto (1985, p. 54), acerca dos boletins da Diocese, assevera que "o texto recolhe, em forma de notícias, reflexões, orações, versos, contos,

narrações ou análises, aquilo que a comunidade vive e fornece espontaneamente”. Mesmo porque, a credibilidade que se dava aos Boletins da Diocese por parte dos religiosos, leigos e trabalhadores era tamanha que, para Betto (1985, p. 58), “um pequeno jornal feito por eles tem mais importância que qualquer outro trazido de fora”.

É importante salientar a abertura que a comunidade tinha em trazer seus apontamentos em relação à qualidade do material que estava sendo produzido, ou seja, o teor dos boletins. No Boletim n.º 90, de julho de 1976, da capa extraímos os seguintes dizeres: “a equipe do Boletim gostaria de saber a opinião dos leitores sobre o seu trabalho: se nosso Boletim está sendo um instrumento apropriado, em que é que pode melhorar, o que deve ser corrigido para prestar um melhor serviço. Todos sabem que o nosso objetivo é servir”. Assim, nota-se uma abertura, por parte da Igreja, em ouvir os membros dos Grupos de Evangelho e da Diocese no sentido de se aproximarem ainda mais da realidade dos mesmos.

Analisamos, também, as palavras do então bispo da Diocese de Goiás, Dom Tomás Balduino, em relação à atuação da Igreja Católica, no sentido de se trabalhar a Igreja que liberta. Para explorar de forma acadêmica esses documentos, partimos para a investigação da intencionalidade dos discursos e o estabelecimento de pontes com outros autores que comungam de discursos semelhantes. Vale lembrar que esses autores abordam fatos e relatos da regional da Diocese de Goiás, constituída por vários municípios, mas que, no entanto, nos atemos às práticas sociais acontecidas em Itapuranga-GO.

Foram selecionados, para levantamento de dados e análise, os seguintes documentos:

	DOCUMENTO DA DIOCESE DE GOIÁS	DATA
01	Boletim da Diocese de Goiás	07/1976
02	Avaliação Diocese de Goiás com a palavra de Dom Tomás e participação de Carlos Brandão.	1979
03	Boletim da Diocese de Goiás – Ano XII N.º 107	10/1979
04	Boletim da Diocese de Goiás – Ano XII N.º 108	12/1979
05	Carta de solidariedade aos irmãos da Diocese de Goiás e aos irmãos posseiros de Itapuranga e Fazenda Nova.	13/09/1980
06	Boletim da Diocese de Goiás – Ano XIII N.º 109	05/1980
07	Boletim da Diocese de Goiás – Ano XIII N.º 110	08/1980
08	Boletim da Diocese de Goiás – Ano XIII N.º 110	12/1980
09	Boletim da Diocese de Goiás CAMINHADA N.º 117 Ano XV	06/1982

10	Boletim da Diocese de Goiás CAMINHADA N.º 122 Ano XVII	04/1984
11	Boletim da Diocese de Goiás CAMINHADA N.º 127 Ano XIX	05/1985
12	Boletim da Diocese de Goiás CAMINHADA N.º 129 Ano XX	08/1985
13	Boletim da Diocese de Goiás CAMINHADA N.º 135 Ano XX	1987
14	Boletim da Diocese de Goiás CAMINHADA N.º 136 Ano XX	07,08/1987
15	Boletim da Diocese de Goiás CAMINHADA N.º 136 Ano XV	1987
16	Boletim da Diocese de Goiás CAMINHADA N.º 140 Ano XX	02,03,04/88
17	Boletim da Diocese de Goiás CAMINHADA N.º 144 Ano XX	01,02/1989
18	Boletim da Diocese de Goiás CAMINHADA N.º 145 Ano XXI	05/1989
19	Folia da caminhada	

Acreditamos que esses documentos são extremamente relevantes, uma vez que possibilitam visualizar um processo que nos leva a considerar a formação e solidificação da cultura de resistência, por retratarem diversos momentos em que Itapuranga sempre se faz presente nesse contexto.

3.2 Entrevistas e questionários com testemunhas da história

Como foi explicitado na metodologia de nosso estudo, alguns instrumentos de coleta de dados seriam imprescindíveis para a compreensão do processo que nos propomos a investigar, dentre os quais destacamos entrevista com áudio e vídeo e aplicação de questionários.

Tivemos o cuidado de seguir critérios pré-estabelecidos na seleção dos depoentes, assegurando que os mesmos fossem pessoas partícipes do processo da mediação pedagógica entre Igreja, educação e trabalhadores rurais, atores que não abandonaram as práticas religiosas e/ou os espaços rurais e que tiveram uma participação significativa na construção da história de Itapuranga. Vale ressaltar que todos responderam ao mesmo questionário, com o propósito de comparar as respostas no momento da triangulação dos dados feita a partir da relação dos resultados destes instrumentos com a análise de documentos e a fundamentação teórica que dá sustentação ao nosso estudo.

3.3 Identificação dos atores participantes de nossa pesquisa

Iniciamos nosso trabalho com a aplicação dos questionários. Primeiro, contamos com participação do padre Arcangelo Scolaro. No documento Boletim Diocesano “CAMINHADA – Festa de Pentecostes de 1987. N.º 136 – Ano XX”

acerca de sua atuação na Igreja Católica como pároco e nos Grupos de Evangelho da região, na cidade de Itapuranga.

Podemos observar que, além da atuação na Igreja, o envolvimento com a educação continua presente em sua vida. Pe. Arcângelo Scolaro nos informou, por meio das respostas ao questionário, que nasceu no município de Caçador-SC, viveu no Sul do país até os 35 anos e hoje vive em Itaberaí-GO. Era graduado em Filosofia e Teologia quando começou a atuar na Diocese de Goiás. Na época em que começou a participar das atividades da Diocese de Goiás, atuava como líder religioso como profissão e tinha a ocupação de presbítero, uma vez que morava na cidade de Itapuranga-GO. Era Pároco de Itapuranga e assessor da Pastoral de Juventude da Diocese de Goiás. Atualmente, com 63 anos, participa da Associação Creche São Francisco, é membro da direção da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Município de Itaberaí e faz parte do Grupo de Fé e Política e Direitos Humanos (UEG/Diocese de Goiás). Sobre o que lhe motivou a aderir ao trabalho educacional com pessoas do campo na região de Itapuranga, deu a seguinte resposta: “não fui eu que escolhi, mas tive a felicidade de ser escolhido para ali trabalhar”. Informando que veio para substituir o pároco que entraria de férias, ele ainda completa, dizendo que “trabalhar com pessoas do campo foi uma consequência da opção pelos pobres, assim, como agente, trabalhava na periferia, que também tinham sua origem no campo, e a nossa intenção era a de não deixá-los acabar na periferia”.

Outra colaboração que muito enriqueceu nossas discussões, foi a de uma educadora e religiosa, Perpétua Maria de Camargos Gontijo. Segundo seus informes, nasceu em Pouso Alegre, distrito de Rio Paranaíba-MG, em 27/01/1950. Veio para Goiás junto com a sua família em 1955, para a Fazenda Córrego da Onça (meio rural de Itapuranga), onde viveu até os 10 anos de idade. Depois, mudou-se com sua família para a cidade de Uruana-GO, a cerca de 37 km, onde morou até os 15 anos, quando veio para a cidade de Itapuranga-GO, local em que vive até os dias atuais.

Quando iniciou sua atuação na Diocese de Goiás, possuía formação em Magistério em nível de ensino médio. Quando começou a participar das atividades na Diocese de Goiás, era professora no ensino fundamental, além de assumir a condição de mãe, esposa e dona de casa. Participava dos Grupos de Evangelho (CEBs) e morava em Itapuranga. Atualmente, com 64 anos, é professora aposentada e ainda participa de movimentos sindical (SINTEGO) e social no

Conselho da Mulher (COMDIME), e conta com uma longa história de atuação nos movimentos sociais acontecidos em Itapuranga. Vale ressaltar que atuou como professora na Escola da Fazenda Laranjal e, juntamente com seu esposo, professor Sebastião Rafael Gontijo (Tião Lobó), participou de diversos movimentos sociais em Itapuranga, posicionando-se na linha de frente. Segundo ela, o que lhe motivou a aderir ao trabalho educacional com pessoas do campo na região de Itapuranga nas décadas de 1970/80, foram três aspectos que completam e respondem a muitas de nossas indagações: “primeiro, a minha fé em Jesus Cristo me colocava na condição de missão, ajudar o próximo. Segundo, eu já estava sendo professora na rede pública e contava com um certo preparo. Terceiro, os trabalhadores solicitavam este trabalho”.

A professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo, em suas respostas ao nosso questionário, deixa claro que havia um bom diálogo entre educadores e a Diocese de Goiás. Segundo ela, a Igreja “convidou, motivou, ofereceu treinamento aos educadores”, confirmando o que os demais entrevistados disseram ter realmente acontecido. Também, destacamos alguns nomes que compuseram a equipe de educadores em Itapuranga, os quais não podem deixar de ser lembrados. Ainda no depoimento da professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo, dentre tantos educadores que passaram pela Diocese de Goiás atuando em Itapuranga, estão: “Darci Accorsi, Lucid Accorsi, Daniel... e Assunta de Paris, entre outros”.

Atuando como leiga nesse contexto, também respondeu ao nosso questionário a professora Eliete Aparecida Lopes. Ela é natural de Sanclerlândia e quando começou a participar das atividades da Diocese de Goiás sua escolaridade era ensino médio, atuava como professora auxiliar e era membro da pastoral litúrgica e bíblica da Igreja Católica de Itapuranga. Depois, cursou graduação e especialização em História.

Hoje, com 48 anos, continua exercendo a função de catequista na Igreja Católica. Na Universidade, desenvolve um trabalho reconhecido por seus pares no que tange à consciência negra, respeito às diferenças, valorização do ser humano e constantemente ressalta a importância de dar voz aos grupos minoritários que são excluídos do processo histórico. Teve participação em diversas mobilizações juntamente com os trabalhadores rurais e religiosos da Igreja Católica de Itapuranga e habitualmente aparece citada em pesquisas sobre os movimentos sociais e atuação da Igreja Católica de Itapuranga. Segundo seu depoimento, o que a motivou

a aderir ao trabalho da Diocese de Goiás foi “ser sujeito partícipe de sua própria história”.

Fechando o quadro dos nossos entrevistados, contamos, também, com a participação da senhora Maria Pereira dos Santos, conhecida como Dona Augusta. Sua participação foi por meio de entrevista gravada em áudio e vídeo, por opção da depoente e pelo fato de que pela oralidade teria maior riqueza de detalhes para colaborar com a pesquisa. Sua participação é na qualidade de trabalhadora rural que vivenciou o trabalho de ‘evangelismo’ desenvolvido pela Diocese de Goiás, somado ao processo educacional em Itapuranga.

Ela nasceu na fazenda Córrego Grande, região também conhecida como Coruja, lá foi criada e ainda reside na mesma propriedade rural. Segundo a depoente, quando começou a participar das atividades das mobilizações sociais e Diocese de Goiás, tinha entre 15 e 16 anos. Foi nesse período que começaram as visitas nas propriedades rurais e a Igreja iniciou a implantação das Comunidades Eclesiais de Base ou Grupos de Evangelho. Quando começou a participar das atividades da Igreja Católica, já era agricultora e coordenou as atividades eclesiais da comunidade.

Atualmente, com 56 anos e ensino médio completo, continua a trabalhar como agricultora e entende que faz parte de uma categoria denominada ‘agricultora familiar’. Candidatou-se a prefeita de Itapuranga, assumiu a pasta de secretária de agricultura municipal, foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores, é membro fundadora da Feira do Produtor Rural e não abandonou suas origens, sua terra, sua base.

3.4 Estrutura dos questionários e da entrevista

No primeiro momento, buscamos a identificação dos sujeitos, de onde extraímos a identificação acima. Em seguida, dividimos o questionário em quatro blocos.

Para a identificação dos depoentes, perguntamos: nome e idade; local onde nasceu, foi criado(a) e onde vive atualmente; grau de escolaridade e área de formação; grau de escolaridade quando começou a participar das atividades da Diocese de Goiás; profissão e ocupação atuais; profissão e ocupação quando

começou a participar das atividades da Diocese; local onde morava quando começou a participar das atividades da Diocese; atividade eclesial e/ou social que participa atualmente; comunidade/pastoral quando começou a participar das atividades da Diocese.

No Bloco I - Quanto à Diocese de Goiás e seu trabalho com educação popular, foram feitos os seguintes questionamentos: 1) Que avaliação você faz da Diocese de Goiás no tempo de Dom Tomás Balduino? 2) Qual foi a intensidade da sua participação na educação das pessoas do campo em Itapuranga mediada pela Diocese de Goiás? 3) Por que o uso de parábolas nas comunidades rurais pelos agentes pastorais? 4) Qual a visão que você tem do termo 'libertação' utilizado pelos agentes pastorais da Diocese de Goiás em Itapuranga? 5) Como você vê o comprometimento do grupo de agentes (religiosos e educadores) com a fé cristã e a educação?

No Bloco II - Quanto à participação no trabalho de educação popular na Diocese de Goiás, propomos as seguintes indagações: 1) O que lhe motivou a aderir ao trabalho educacional com pessoas do campo na região de Itapuranga, nas décadas de 1970/80? 2) Como foi o diálogo da Diocese de Goiás com os educadores em Itapuranga nas décadas de 1970/80? 3) Que ligação havia entre o trabalho desenvolvido pelos educadores da Diocese de Goiás e o método de Paulo Freire? 4) Quais foram os pontos fortes e quais as fragilidades/dificuldades do trabalho educacional mediado pela Diocese de Goiás em Itapuranga? 5) Que mudanças aconteceram em relação à educação a partir da intervenção dos religiosos da Diocese de Goiás em Itapuranga?

Já no bloco III - Quanto aos movimentos sociais em Itapuranga, as perguntas foram: 1) Quais os movimentos sociais acontecidos em Itapuranga nas décadas de 1970/80 que você tem registrados na memória? Eles fazem parte do resultado do trabalho educacional da Diocese de Goiás? 2) Qual o resultado do trabalho realizado por vocês em relação à educação do(a) trabalhador(a) rural em Itapuranga, percebido a longo prazo? 3) Você acredita que os movimentos sociais educam? Se sim, de que forma isso acontece? 4) Você acredita que a intervenção da Diocese de Goiás na educação do(a) trabalhador(a) rural em Itapuranga fortaleceu uma cultura de resistência ao sistema dominante? Por quê? 5) O que é ensinado nas escolas da rede pública e/ou privada em Itapuranga, acerca da história de luta e resistência dos trabalhadores rurais?

Finalizando, no bloco IV, abrimos espaço para que os sujeitos de nossa pesquisa pudessem tecer seus comentários pessoais ou considerações finais.

3.5 Saúde em Itapuranga

Não poderíamos deixar de registrar uma longa história de luta da população itapuranguense junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais em defesa da ASPI – Associação Popular de Saúde de Itapuranga. Este hospital tem uma história um pouco diferente dos demais instituídos na cidade e na região, uma vez que tem uma trajetória de luta e conflitos entre populares e o poder público municipal, em decorrência da destinação da verba para o devido funcionamento.

O Boletim Diocese de Goiás (Ano XII, outubro de 1979, p. 07) traz o seguinte relato:

Em Itapuranga os companheiros estão se unindo e pensando o que fazer para exigir do Posto de Saúde um atendimento de acordo com suas necessidades. Este posto recebe 140.000,00 mensais e não dá atendimento ao povo, não tem remédio e o médico encarregado só vai lá nos dias que ele quer. Para onde vai esse dinheiro? Quem está fazendo uso dele e para quê. Nós sabemos que este dinheiro é tirado do povo para voltar em forma de benefícios para o povo, mas onde está o resultado?"

O problema da saúde em Itapuranga não é um problema restrito aos dias atuais. Ao analisarmos os documentos selecionados, encontramos no Boletim Diocese de Goiás (Ano XII, dezembro de 1979, p. 06), uma informação com o título grafado em maiúsculas:

EM ITAPURANGA NÃO TEM ATENDIMENTO PELO INPS – Todo o pessoal que quer tratar pelo INPS em Itapuranga, tem que ir a Goiânia, Ceres ou Goiás, porque nenhum dos 4 hospitais da cidade tem convênio com o INPS [...] O posto de saúde que poderia quebrar o galho, não funciona como deveria ser.

Segundo os Estatutos da ASPI, sua fundação se deu em 1987, de caráter filantrópico, com o objetivo de prestar assistência integral à saúde, independente de qualquer questão ideológica, política ou religiosa. A proposta era prestar assistência educacional na área da saúde e oferecer assistência gratuita às pessoas em

situação de vulnerabilidade social. Porém, devido à resistência em assinar um convênio para destinação de uma verba do INAMPS para a entidade, em outubro do ano de 1987, por parte do poder público municipal, na pessoa da primeira dama do município à época, senhora Edna Maria da Trindade, essa divergência de ideias culminou em uma grande mobilização organizada por médicos, professores, padres, leigos da Igreja Católica, entre outros representantes de segmentos da sociedade, tendo, em sua grande maioria, trabalhadores rurais do município. Em forma de protesto, fizeram uma passeata pela cidade que culminou com uma concentração na Praça Castelo Branco, em frente à Prefeitura. No final da tarde, ocuparam a sede da Prefeitura municipal, lá permanecendo por três dias, proferindo palavras de ordem e cantando músicas de protesto, entre outras manifestações e, somente com a chegada e intervenção da Polícia Militar, o prédio foi desocupado.

No início dos anos 1980, o problema da saúde continuava se arrastando com nada de novidade em relação ao atendimento da população pelo convênio do INPS. Segundo o Boletim Diocese de Goiás (Ano XIII, n.º 110, agosto de 1980, p. 06),

A história de conseguir convênio com o INAMPS para os hospitais de Itapuranga já é uma velha luta do povo desse município. Começou com uma pesquisa para levantamento dos associados e houve várias reclamações do povo exigindo esse direito. A pesquisa revelou que, dos 60 mil habitantes de Itapuranga, três mil são contribuintes do INAMPS, com uma arrecadação mensal de Cr\$ 700.000,00 e quando precisam de atendimento médico têm que sair do município para procurar recurso em outras cidades como Goiânia, Goiás, Ceres e na época das chuvas ficam ilhados por causa da má situação das estradas. Sabe-se também que essa ausência de convênios é por questões políticas. Agora o povo resolveu fazer um abaixo-assinado, escolheu uma comissão que foi a Brasília e entregou diretamente ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Já próximo ao final do ano de 1980, temos registros promissores referentes à questão do convênio do INAMPS. O Boletim Diocese de Goiás (Ano XIII, n.º 110, dezembro de 1980, p. 08), relata:

CONQUISTA DO POVO DE ITAPURANGA – Depois de quase um ano de luta, conforme vínhamos noticiando no Boletim, o povo de Itapuranga conseguiu trazer o convênio do INPS para esta cidade. Mas isso não foi de “mão beijada...” Foi feito um abaixo assinado de 1500 assinaturas, viagens a Brasília, telefonemas, gastos, etc... Mas

a vitória está aí. Quando o povo luta organizado consegue o que precisa. Uma cidade do porte de Itapuranga, não poderia ficar sem esse atendimento, que embora falho é o que nosso País oferece ao trabalhador que, por falta de uma boa alimentação, de melhores condições de vida, vive doente.

Essas e outras dezenas de passagens nos levam a acreditar que esse município traz em seu baú uma forte história de lutas e resistências por melhores condições de vida e em quase todos os registros analisados vemos a participação direta da Igreja do Evangelho e da Diocese de Goiás.

Quando o boletim traz as notícias da região, como, por exemplo: “Itapuranga: associação Popular de Saúde [...] 1.400 sócios [...] Esta associação conta com o apoio da comunidade e da Pastoral de saúde da Diocese, por ser um projeto de saúde assumido pelo povo do Município” (Boletim Caminhada Diocesana, festa de pentecostes, ano XX, n.º 136, de 1987, p. 12), aqui se confirma, mais uma vez, a preocupação, o apoio e o respaldo oferecido pela Diocese de Goiás aos que estão na luta por melhor qualidade de vida e saúde.

Com menos de uma década da assinatura do convênio, o sonho que parecia ter sido realizado torna-se pesadelo e o hospital é fechado por falta de repasse das verbas. Porém, mais uma vez a comunidade se organizou e, com ajuda de doações, filiações ao hospital, pagamento de mensalidades que cabiam no orçamento dos trabalhadores, o hospital voltou a funcionar com recursos próprios. Retomando algumas das ações de engajamento na luta pela saúde da comunidade itapuranguense, referente ao grave e longo problema da saúde pública municipal, o boletim acompanhou e noticiou: “O hospital ‘Santa Casa do Povo’ fechado desde novembro de 1988 por falta de recursos econômicos agora está ressurgindo com uma cara nova. Este Hospital tem sua longa história de luta em todo o município de Itapuranga” (Caminhada Diocese de Goiás, ano XX, n.º 144, janeiro e fevereiro de 1989, p. 06). A partir dessa matéria, percebemos o acompanhamento, por parte da Diocese de Goiás, de todas as etapas dos movimentos sociais acontecidos em Itapuranga, desde suas estruturações, até os resultados alcançados.

A atenção que a Diocese dedicava aos problemas sociais de Itapuranga era tamanha que, constantemente, os leitores acompanhavam o andamento da resolução dos problemas por meio dos boletins da Diocese. Nesse sentido, em relação ao problema da saúde municipal e à APSI, a matéria não permitia que a

comunidade se acomodasse e nem vivenciasse o estágio de 'memória curta'. Enquanto a situação não se resolve por completo, o Boletim Diocesano Caminhada Diocese de Goiás (Ano XXI, n.º 145, maio de 1989, p. 09) relembra que “a população de Itapuranga, cerca de 40 mil habitantes, é atendida hoje precariamente pelo Hospital municipal e Santa Casa do Povo (da Associação Popular de Saúde), mantida pela comunidade, enquanto aguarda repasse da verba do Estado”. Acreditamos ser nesse sentido que Betto (1985, p. 84) afirma que “é pela Igreja e na Igreja que a fé cristã reencontrará sua vitalidade evangélica, traduzida em práxis transformadora do homem e do mundo”.

3.6 Sindicato

Acerca do Sindicato de Goiás, o Boletim Diocese de Goiás (Ano XIII, n.º 110, dezembro de 1980, p. 07), registra que “A semente jogada, inicialmente por agentes de Pastoral, nasceu e foi aos poucos sendo cultivada pelos lavradores, até sua fundação em 30 de setembro de 1979”. É sabido que a fundação de sindicatos não agradava à classe burguesa, uma vez que se tratava de uma organização de iniciativa popular, com posicionamentos contrários aos impetrados pela elite dominante. Pelo menos em tese, é o que se institucionalizou para esse movimento.

Em Itapuranga, durante o recorte cronológico desta pesquisa, não foi diferente. O STRI – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga foi fundado em 1972, objetivando defender os interesses da classe que representava. Com base na ata de fundação, o STRI iniciou com 139 membros e traz em sua bagagem uma série de histórias de luta de movimentos sociais em busca de melhores condições de saúde e uma vida mais justa aos trabalhadores rurais.

Um pouco semelhante às práticas da Diocese de Goiás, de publicar os boletins regularmente, talvez fruto desse aprendizado, o STRI também tinha como prática a socialização de um boletim informativo que tinha por nome ‘O Libertador’. Segundo a edição de setembro de 1979, p. 01, o objetivo era que “os associados tomem conhecimento da realidade e sobretudo das dificuldades por que passa nossa organização [...]. Sindicato é a única organização representativa da classe trabalhadora, realmente legítima. Não existe outra e mais ninguém se interessa pelos nossos problemas”. Nessa perspectiva, para conseguir a adesão, credibilidade

e participação dos trabalhadores, um discurso de protecionismo por parte do STRI era veiculado por meio dos boletins. Na mesma edição acima citada, página 03, temos o seguinte esclarecimento acerca do que é o sindicato: “O sindicato pertence a todos os associados. O Sindicato é a união dos trabalhadores para defenderem seus direitos. Os sócios sendo bem esclarecidos, conhecedores da lei, cientes de seus direitos e de suas obrigações formam um Sindicato forte. Um Sindicato forte resolve os problemas dos trabalhadores (grifo no original)”. Pensamos ser interessante fazer menção a este exemplar e inseri-lo nos anexos, uma vez que conta toda a trajetória de uma das maiores mobilizações acontecidas em Itapuranga, que foi a questão da desapropriação da Fazenda Córrego da Onça.

É óbvio nos documentos do STRI pode ser percebido o tom exagerado do Sindicato, chegando ao ponto de afirmar, no boletim informativo O Libertador N.º 04, de outubro de 1980, p. 06, que “queremos esclarecer aos companheiros, que se não fossem as reivindicações dos trabalhadores, feitas através do seu Sindicato, não se teria conseguido a desapropriação em favor dos posseiros”. No momento em que o STRI alerta os trabalhadores com relação a pessoas e entidades que não tiveram participação na luta e queriam tirar proveito da situação politicamente, toma para si o papel de grande e talvez único agente de transformação e que sem o STRI, nada do que se fez teria sido possível.

3.7 Política

No Boletim n.º 90, de julho de 1976, acerca da intervenção da Diocese de Goiás na política, temos, logo na primeira página, o seguinte registro dos editores: “outro assunto que tem saído muito por toda parte são as eleições que se aproximam. Em alguns lugares, os Bispos estão dando algumas orientações para o povo”. Aqui, chama-nos a atenção, de certa forma, a intencionalidade das referidas orientações. Quando a temática se volta para religião e política, torna-se uma situação delicada, uma vez que, no processo histórico, temos os registros de votos de cabresto, apadrinhamentos, dependências, assistencialismo, entre outras modalidades que eram utilizadas para a conquista do poder, independentemente dos meios empregados para tal. Nesse sentido, quando a relação envolve a fé, o discurso se torna ainda mais impositivo para adesão, uma vez que, segundo Bakhtin

(1988, p. 42), “o discurso do pai, do padre, do professor é um discurso de autoridade, que espera e acolhe anuência, adesão acrítica e repetição”.

Em uma análise um pouco mais acurada, podemos inferir um jogo de interesses, por parte da Igreja, que vai além das intenções de uma Igreja do Evangelho ou de um discurso libertador. Aqui, chegamos ao entendimento, assim como assevera Lima (1987, p. 93), de ser “oportunista a transferência do prestígio da área religiosa para a política”. Mesmo cientes de que os padres não se envolveram na linha de frente, colocando seus nomes à disposição para concorrerem a cargos eletivos nesse período, suas orientações surtiam efeito significativo. Vale lembrar que não se pode generalizar, mesmo porque, segundo Catão (1986, p. 33), “ser cristão não quer dizer ter uma mesma mentalidade, uma mesma cultura, uma mesma posição política”.

Partindo da premissa de que a atuação da Igreja Católica no período compreendido nesta pesquisa está diretamente relacionada à educação, que, como já foi citado, acontece em todos os lugares, incluindo a Igreja, faz-se necessário nos atentarmos para a afirmação de Brandão (1981, p. 86), de que “toda educação tem, em si, uma intenção política”. Daí, a justificativa da orientação dos religiosos confirmada nos documentos em análise. Essa questão se torna ainda mais contundente quando estabelecemos um diálogo com Frei Betto, um dos teólogos de destaque nesse contexto. Ao fazer a sua leitura acerca do trabalhador rural em relação aos discursos religiosos, o teólogo compreende que “o homem do campo - pequeno agricultor, bóia-fria, assalariado rural – encontra na Igreja seu principal referencial (...) a palavra do padre ou do bispo é, para ele, a palavra de Deus”. (BETTO, 1985, p. 26).

Ao ser orientado politicamente “por Deus”, que devoto, em sua consciência, questionaria ou se manifestaria contra o posicionamento requerido? Assim, confirma-se a participação da Igreja, em relação às questões tanto religiosas quanto políticas, no sentido de enfrentamento junto aos trabalhadores rurais e demais grupos sociais que aderiram ao chamado eclesial para uma ‘Caminhada de libertação’.

No Boletim Diocese de Goiás (Ano XIII, n.º 109, maio de 1980, p. 03), após ser apresentada uma série de propostas a serem abraçadas pelos trabalhadores, mais uma vez percebemos a fé e a política caminhando juntas nos trabalhos da Igreja, quando analisamos a fala da reunião da coordenação

diocesana: “(...) mas preferimos trocar em miúdos e falar assim: como o trabalhador deve assumir a luta política a partir de sua fé?” Acreditamos que essa ‘troca em miúdos’ foi uma forma de trazer mais luz à consciência dos trabalhadores em relação às questões políticas.

Ainda relacionado às questões políticas, a Igreja se posiciona alertando os fiéis acerca da responsabilidade do voto consciente e sob a ‘direção’ de Deus. Isto se evidencia na transcrição de parte de um texto publicado no Boletim Caminhada Diocese de Goiás, ano XXI, n.º 145, de 23 de maio/89, p. 06, às vésperas da eleição para presidente da República:

ESTÁ CHEGANDO A HORA INADIÁVEL DE DEFINIR OS DESTINOS DA NAÇÃO BRASILEIRA. Convivendo com o povo em todas as suas camadas sociais, a Igreja está enxergando esta realidade. E é dever dela alertar a todos a respeito da seriedade da crise que aí está, e da importância do momento. [...] Através de um voto consciente, livre e renovador, também se acelera a chegada de dias melhores e se constrói o Reino de Deus. [...] E, quem não está comigo, está contra mim. Por isso precisamos nos posicionar do lado do senhor Jesus a favor de seu povo. E aqui estamos cumprindo nossa missão.

3.8 Perseguição, fé e trabalho da Igreja

O Boletim Diocese de Goiás traz registros de uma assembleia diocesana e, após ler a mensagem sobre a visita do Papa, Dom Tomás faz uma abordagem reforçando o compromisso da Diocese com o povo oprimido, estreitando os laços de fraternidade, confiabilidade e adesão dos trabalhadores rurais às propostas que seriam apresentadas. “Essa Assembleia será um momento importante na vida da Diocese que fará uma revisão e um planejamento de sua caminhada levando em conta sua opção pelo povo oprimido e sua vontade de cada vez mais, se solidarizar com a causa da libertação”. (Boletim Diocese de Goiás, ano XIII, maio/1980, n.º 109, p. 02).

As matérias iniciais do Boletim não fogem muito à regra dos jornais da atualidade, que trazem como maior atrativo páginas manchadas por sangue, violências, injustiças e perseguições às minorias e classes populares. Logo na primeira página de um exemplar, no editorial, encontramos registrada a manchete que diz: “aumentou a violência no campo atingindo índios e lavradores.

Recomeçaram os casos de perseguição às Igrejas identificadas com as lutas do povo” (Boletim Diocese de Goiás, ano XIII, nº 110, agosto de 1980, p. 01).

Numa linguagem adequada à população do meio rural e citando a passagem Marcos 4:21, encontramos uma tentativa de justificar a perseguição por parte da Igreja ao citar que “não se acende uma lamparina para ser colocada debaixo de um caixote” (Boletim Diocese de Goiás, ano XIII, nº 110, agosto de 1980, p. 04). Ou seja, pelo fato de estar em evidência e trazer luz à comunidade, no sentido aproximado do Mito da Caverna, de Platão, a Igreja se vê vidraça, uma vez que, segundo Catão (1986, p. 68), “nenhum cristão pode hoje dizer que a libertação dos oprimidos não tem relação alguma com a salvação de Deus. Afirmá-lo seria pura e simplesmente rejeitar o testemunho bíblico, negar a fé cristã”.

Ainda nesse bojo de violências, temos registros de moradores de Itapuranga, membros da Igreja do Evangelho, além das margens do rio Canastra, que abastece a cidade, manifestando solidariedade aos demais companheiros de outras regiões que também sofriam perseguições. Segundo o Boletim Diocese de Goiás (Ano XIII, nº 110, agosto de 1980, p. 12), “Padre Francisco Cavazzuti e Romário Pimentel da Conceição, lavrador de Itapuranga, estiveram em Propriá, dia 17, em nome da Diocese, para levar a nossa solidariedade diante das agressões sofridas por aquela Igreja da parte dos políticos apoiados pelo Governador do Estado”. Aqui, fica explicitado que, além de participar ativamente das ações impetradas pela Diocese de Goiás, Itapuranga também representava a Diocese em algumas situações delicadas devido à sua história de luta e resistência.

É sabido que o trabalho desenvolvido pela Diocese de Goiás junto aos pobres e oprimidos recebeu notoriedade e, de certa forma, incomodou parte da Igreja Católica que não comungava das mesmas ideias dos padres e bispos da Igreja do Evangelho. Segundo Pessoa (1999, p. 17), “a Diocese de Goiás é um bom exemplo dessa experiência religiosa, por ter assumido, a partir de 1968, a troca dos seus ritos e serviços religiosos tradicionais por ‘ações populares de libertação’ dos seus sujeitos, especialmente dos trabalhadores rurais” (grifo no original).

Com base nas discussões acima levantadas, questionamos os nossos entrevistados sobre o sentido do termo ‘libertação’ utilizado pelos agentes pastorais da Diocese de Goiás. Pe. Arcângelo entende que “libertação significa que o Evangelho está convidando os fiéis a assumirem uma luta pela transformação da realidade de nosso tempo”. Partindo da compreensão de que Jesus nos chama a

sermos livres por meio do Evangelho, para a professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo, o sentido do termo libertação para a Diocese era o de “libertar de toda opressão, escravidão, medo, omissão, injustiças, etc.”. Na mesma direção, Dona Augusta acredita que “a palavra libertação eu acho que ela é muito grande, porque ela tem uma abrangência enorme, é que libertação eu acho que é libertar de todas aquelas coisas que oprimia. Até mesmo a igreja sabe? A igreja era opressora”. A análise que fazemos desta última fala é que se refere à ala tradicional e conservadora da Igreja.

Em mais um momento, fica evidenciada a utilização das metáforas por parte da Igreja para levar o trabalhador e a trabalhadora rural à compreensão do processo em que está vivendo, posicionar-se e ir à luta como agente mobilizador de resistência ao sistema de dominação vigente, questão que pode ser verificada por meio da leitura e análise do enunciado retirado da carta enviada pelos conselheiros do CIMI, incentivando os companheiros a continuarem na luta: “demos graças a Deus que nos permite recolher, da obstinação dos opressores, o sal da coragem é o fermento da resistência” (Caminhada – Boletim das comunidades da Igreja de Goiás, ano XV, n.º 117, 2º semestre 1982, p. 09).

Além de alertar, difundir, reconhecer e apoiar os movimentos sociais, Dom Tomás, ainda voltado para a causa do povo oprimido, convida os leitores: “fiquemos, pois, atentos a estas mobilizações que nos convocam para aproveitar as brechas da Constituinte para a conquista dos direitos do povo, como por exemplo, uma maior participação popular no governo, as reformas agrária e urbana, a Educação, a Saúde, etc.” (Caminhada Diocese de Goiás, ano XX, n.º 135, abril-maio de 1987, p. 02). Vale ressaltar que as ideias de Dom Tomás caminhavam na mesma direção das defendidas por outros teólogos da Diocese de Goiás. Nesse contexto, Betto (1985, p. 12) assevera que “para que a Igreja participe efetivamente do processo de libertação do povo latino-americano, conforme sua missão específica e revelando em sua presença a comunhão de Deus com Seu povo, é necessário que ela esteja comprometida com as classes populares, o que implica em ruptura com os interesses e privilégios das classes dominantes”.

Em relação ao grave problema social da marginalização do menor, a Campanha da Fraternidade de 1987 trazia a reflexão de que “a raiz do problema da marginalização do menor está no campo e só se começará a resolver de verdade quando se devolver às famílias a terra em que elas possam viver” (Caminhada

Diocese de Goiás, ano XX, abril-maio de 1987, n.º 135, p. 04). E segue o discurso das mazelas com o argumento de que “menor, família sem terra, reforma agrária, educação, saúde, salário justo, distribuição da renda, são nomes diferentes de uma mesma realidade que exige justiça, justiça verdadeira” (Caminhada Diocese de Goiás, ano XX, abril-maio de 1987, n.º 135, p. 04). Nesse viés é que, segundo Catão (1986, p. 25), “os movimentos de juventude, estudantil, a JEC, universitária, a JUC, e operária, a JOC, se deram conta de que é impossível evangelizar a injustiça e a opressão. A ação evangelizadora requer a transformação do mundo, a revolução”.

Segundo Luismar Ribeiro, padre que atuava na Diocese à época, “Ser padre na Diocese de Goiás tem a mesma motivação do meu chamado inicial. A Diocese de Goiás dá condições pra gente exercer ou desenvolver um trabalho na linha da evangelização, da libertação” (Caminhada Diocese de Goiás, ano XXI, n.º 145, 23 de maio/89, p. 15). Essa fala vem ao encontro do que estamos problematizando em nossa pesquisa, por explicitar parte da intencionalidade do trabalho dos padres junto à comunidade que extrapola uma visão fundamentalista dos ensinamentos bíblicos, contextualizando para as realidades socioeconômica, política, cultural e teológica desses atores. Acreditamos ser nesse sentido que Catão (1986, p. 28) afirma que “toda teologia é feita na história, num determinado contexto cultural, e responde, à luz do Evangelho, às questões ligadas à significação da vida e do mundo, colocadas por esta cultura”.

No contexto dessa discussão acerca do trabalho da Igreja e da Diocese de Goiás, em nosso recorte temporal, todos os depoentes reconhecem que foi um tempo de mudanças significativas na vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Itapuranga. A professora Eliete acredita ter sido o melhor tempo de formação dos trabalhadores em diversos sentidos. Já o Pe. Arcângelo Scolaro vê esse tempo como a implantação do Reino de Deus não como uma ilusão, mas como um mundo possível e mais justo. A professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo defende que foi uma forma de se praticar uma fé viva entendendo o Evangelho associado diretamente com a realidade social da comunidade, sendo um tempo de resistência. Dona Augusta tem a percepção positiva desse período na conscientização política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Segundo ela, o trabalho trouxe a compreensão do exercício dos direitos no sentido de possibilidades de melhorias, incluindo a prática do voto consciente. Os respondentes comungam de ideia semelhante na leitura de que o trabalho da Igreja Católica, realizado pela Diocese de

Goiás, mudava a realidade social dos trabalhadores por meio da fé, conscientização e educação popular.

3.9 Comunicação da Igreja com o povo

Não esqueçamos que nossa língua é uma das centenas de línguas vivas do século XX. Lembremos que é uma língua com história, que não existiu desde sempre. Levemos em conta também que a história de nossa língua está intimamente ligada à história de uma religião particular: o catolicismo [...]. (MADURO, 2004, p. 27)

Para estreitar os laços de confiança entre os trabalhadores rurais e os religiosos, se fez necessário que a Diocese de Goiás fosse identificada com as causas dos excluídos, dando destaque aqui aos trabalhadores rurais, por somar a grande maioria dos fiéis no contexto em discussão. É na tentativa de empregar uma linguagem que promova ou facilite a aproximação que, no documento chamado Avaliação Diocese de Goiás (1979, p. 02), Dom Tomás Balduino, então bispo da Diocese de Goiás, usa a seguinte metáfora: “Levando tudo isso para a grande roça que é a Diocese, encima dessa terra tem gente trabalhando com um único objetivo: ver um povo alegre e liberto”. Assim, dentre alguns pontos levantados, o que nos chamou a atenção foi a preocupação de se adotar uma estratégia que levasse a descobrir “como trabalhar com aqueles que ainda não foram atingidos pelo trabalho de conscientização” (Avaliação Diocese de Goiás, 1979, p. 03). Aqui, mais uma vez, é perceptível a adequação da linguagem para as realidades do trabalhador rural nas expressões ‘roça’, ‘terra’, ‘trabalho’.

Um importante registro que não podemos deixar de mencionar no mesmo boletim é a matéria de edição do lançamento do jornal A voz dos Trabalhadores. Segundo o Boletim Diocese de Goiás (Ano XII, nº 108, dezembro de 1979, p. 09), “esse jornal está inteirinho nas mãos do Trabalhador, onde ele poderá contar suas lutas e vitórias com seu jeito e sua linguagem (...) agradou muito por tratar assuntos da vida do povo, com letra grande e linguagem simples”.

Merece destaque, também, a utilização de uma parábola na matéria do Boletim Caminhada, com o título COMUNIDADE REJEITA ‘CINZAS’ PARA PERSEGUIDORES: “As comunidades eclesiais precisam fazer uma limpa dos que semeiam o timbete e depois beijam as fitas dos santos” (Caminhada Diocese de

Goiás, ano XVII, nº 122, março-abril de 1984, p. 11). O timbete, nesse contexto, assume para o trabalhador rural uma representação de algo nocivo, não aproveitável e que permanece infiltrado no meio da plantação do arroz, devido a algumas semelhanças de seus cachos. O fato de a comunidade rejeitar as cinzas aos que semeiam timbete significa não dispensar sobre a vida de algumas pessoas a mesma bênção que os demais recebiam na santa missa.

Nesse contexto, nossos entrevistados, ao serem questionados sobre o porquê do uso de parábolas nas comunidades rurais pelos agentes pastorais, chegaram às seguintes análises: a senhora Eliete entende que era uma forma de contextualizar os ensinamentos do Evangelho para os dias atuais. O Pe. Arcângelo concorda e ainda acrescenta que “essas parábolas de Jesus, na Diocese de Goiás, eram traduzidas para a realidade de Goiás. Tomamos como exemplo a parábola do trigo e o joio, que para nós foi traduzida como a parábola do arroz e do timbete”. É bem provável que muitos trabalhadores rurais da região de Itapuranga nunca tinham visto uma plantação de trigo ou joio, mas plantação de arroz e a praga do timbete faziam parte do cotidiano de suas lavouras. Da mesma forma, a professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo acredita que “através das parábolas havia uma ligação entre a realidade vivida pelo povo e o agente”. Já a produtora rural, Dona Augusta, em seu relato, recorda-se da primeira parábola ouvida, que era acerca do sal: “Depois de apresentar as suas utilidades, tais virtudes eram associadas com o estilo de vida que os trabalhadores deveriam levar em comunhão”.

Em diversos momentos, nos boletins, a Igreja se comunica com os fiéis da Diocese socializando informações de interesse coletivo e também local. A título de exemplo, até as trocas provisórias de padres eram noticiadas nesses documentos. No boletim Caminhada Diocese de Goiás (abril/maio de 1987, n.º 135, ano XX, p. 07), temos a seguinte informação: “Itapuranga tem mais um Padre, o João. Ele vem do Rio Grande do Sul e fica para substituir o Pe. Isaac que vai à Itália em férias”.

Faz-se necessário ressaltar as entradas na Diocese, de novos padres e líderes adeptos ou simpatizantes da Teologia da Libertação, ligados à Diocese de Goiás. Assim, o texto do Boletim Caminhada Diocesana festa de pentecostes (Ano XX, n.º 136, 1987, p. 16) traz uma leitura alegre ao comunicar que “chegou o Padre Arcângelo Scolaro, para assumir como vigário de Itapuranga. Padre Arcângelo Scolaro nasceu em Caçador (SC), em 23/06/51. Ele estudou 2º grau no Instituto Menino Deus de Passo Fundo. Frequentou Filosofia na Faculdade de Viamão e

Teologia na PUCRS de Porto Alegre. Foi ordenado no dia 10/01/81. Ele é redentorista e como padre trabalhou em Rio Grande (numa Paróquia, 81-82) e em Passo Fundo no seminário (83-85). Em 86 trabalhou numa paróquia de Porto Alegre e foi assistente diocesano da pastoral da juventude”.

Uma das preocupações da Igreja na consolidação do trabalho de libertação da comunidade era voltada para questões ideológicas de conformismo. O caso de Jó, personagem bíblico que perdeu tudo o que tinha e, ainda assim, pronunciava “Deus quis assim, louvado seja Deus” é um discurso oposto ao que se esperava pelo trabalho desenvolvido pelos religiosos. Assim, o chamado dos padres e do bispo na Diocese de Goiás era, de acordo com os registros no Boletim Caminhada Diocese de Goiás (Ano XX, n.º 140, fev/mar/abr de 1988, p. 04): “mas é preciso que o povo se rebele contra toda lei que o escravize, que o oprima e tire sua liberdade”. Nessa perspectiva, Betto (1985, 74) afirma: “Portanto, não se pode admitir a manipulação ideológica que faz da religião uma válvula de escape da opressão vigente e fator de alienação da consciência popular, nem destituir a religião de seus elementos próprios a ponto de não saber distingui-la de uma reunião política”.

Em se tratando do controle da informação de que geralmente os veículos de comunicação são comprados ou manipulados, a Diocese desenvolveu um trabalho de alertar e conscientizar os seus fiéis para uma leitura crítica das fontes. Assim, na edição do boletim Caminhada Diocese de Goiás (Ano XX, nº 144, Jan / fev / 89, p. 05), temos o seguinte enunciado: “os instrumentos de comunicação e as agências de notícias se dirigem ao povo mas não pertencem ao povo. O povo pode ver e ouvir”. Em seguida, havia a orientação de saber filtrar as informações de forma a não se deixarem ser manipulados. Na mesma edição, o boletim continua a discussão trazendo a reflexão de que “os donos dos meios de comunicação controlam o povo em tudo: controlam o que o povo deve comprar, em quem o povo deve votar, o que o povo deve pensar e o que o povo deve querer” (Caminhada Diocese de Goiás, ano XX, n.º 144, Jan / fev / 1989, p. 05). Nesse sentido, Betto (1985, p. 52) acredita que “para a ideologia dominante, o que o povo tem a dizer não é importante. Graças a este consenso, fabricam-se partidos ‘populares’ distantes do povo, candidatos falam ao povo sem antes ouvi-lo, dirigentes sindicais tomam posições sem consulta às bases, coordenações pastorais formam-se sem a presença de representantes das comunidades”.

Retratando questões relativas à comunicação, temos o informe no Boletim Caminhada Diocese de Goiás (Ano XX, n.º 144, Jan / fev / 1989, p. 07) de que “dia 7 de abril é dia mundial de Saúde e nesta semana o programa de Rádio ‘Caminhando...’ ficará à cargo da equipe de saúde de Ceres e Itapuranga”. O processo de comunicação da Diocese com a população alarga-se ainda mais por meio de programa radiofônico. Nas cidades interioranas a utilização de rádio como veículo de comunicação ainda funciona, em pleno início do século XXI, como um dos meios para se alcançar o maior número de pessoas. No recorte temporal que estamos analisando – décadas de 1970 e 1980 – essa prática era ainda mais forte. Daí, percebemos a Igreja se apropriando desse meio para evangelizar, ensinar e conclamar os ouvintes para a união, seja em torno das práticas religiosas, seja para causas sociais. Como pode ser visto nesse boletim, de maneira sutil, a comunidade é conclamada a acompanhar os programas da Igreja, no caso específico de Itapuranga, transmitido pela Rádio Primavera AM, que no período era uma emissora da Fundação Cristã Educativa: “Nas emissoras locais: Ceres, Itapuranga, Itaberaí, Goiás e Jussara ouça os programas da Igreja. Procure saber os horários...” (Caminhada Diocese de Goiás, ano XXI, n.º 145, 23 de maio de 1989, p. 03).

Entendemos a riqueza de explorar e analisar esses documentos – Boletins da Diocese – por conterem situações vivenciadas pelos atores de nossa pesquisa de forma direta e real. Segundo Betto (1985, p. 53), “há no Brasil uma extensa rede de comunicação popular tecida pela multiplicidade de boletins diocesanos, folhetos litúrgicos, cordel, cadernos de formação, elaborados pelas comunidades eclesiais de base”. E, para que nossas reflexões tenham fundamento e cientificidade, por meio da análise dessas fontes podemos perceber a diversidade de linguagem e momentos de conflitos vivenciados pelos trabalhadores rurais, externalizados em todo o decorrer da história da Diocese de Goiás. Assim, Betto (1985, p. 54) assevera que “o texto recolhe, em forma de notícias, reflexões, orações, versos, contos, narrações ou análises, aquilo que a comunidade vive e fornece espontaneamente”. Devido a essa identificação com a realidade do povo, a credibilidade que se dava aos Boletins da Diocese por parte dos religiosos, leigos e trabalhadores era tamanha que, para Betto (1985, p. 58), “um pequeno jornal feito por eles tem mais importância que qualquer outro trazido de fora”.

Com uma comunicação efetiva linguagens claras e compreensíveis, adesão dos trabalhadores rurais às atividades da Diocese de Goiás, tivemos a

intenção de obter informações acerca de alguns possíveis resultados alcançados a partir da mediação pedagógica da Diocese em Itapuranga. Para isso, questionamos aos participantes de nossa pesquisa que mudanças aconteceram em relação à educação, a partir da intervenção dos religiosos da Diocese de Goiás em Itapuranga. As respostas dos depoentes foram bem próximas das hipóteses que havíamos estabelecido que configuram, de certa forma, a implementação e/ou fortalecimento de uma cultura de resistência por parte dos trabalhadores e trabalhadoras organizados.

Assim, para Eliete Lopes, dentre as mudanças percebidas, tem-se a “inserção dos trabalhadores em associações e sindicatos como processo de defesa e luta de classe”. Comungando das mesmas assertivas, para o Pe. Arcângelo, além de salto qualitativo na educação por meio de capacitação oferecida pela PUC/GO, “a grande mudança foi a motivação para o trabalho de educação e o engajamento de um grupo de professores em seu sindicato e a forte militância nele”. confirmando todas as afirmações até agora apontadas pelos demais entrevistados, a professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo faz uma leitura ampla acerca das mudanças acontecidas em relação à educação e faz menção a mobilizações nas “lutas pelos direitos a saúde, luta pela terra (para ficar no campo), ida de muitas famílias para os acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, organização em partido político, solidariedade com outros povos oprimidos do mundo, luta contra a Ditadura Militar e a conquista dos direitos humanos”.

Acreditamos que as respostas aos questionamentos constantes de nossos instrumentos são suficientes para depreendermos o quanto a atuação da Diocese de Goiás foi fundamental para o fortalecimento da cultura de resistência por trabalhadores no campo em Itapuranga.

3.10 Educação popular

No encontro acontecido em 1979 para avaliação diocesana, com participação de 54 membros de todos os cantos da Diocese, o então bispo Dom Tomás convidou os presentes para se colocarem na posição de quem julga e depois assumir as tarefas para o bom andamento do trabalho da Igreja. Nesse mesmo encontro, D. Tomás ressalta a presença do professor Carlos Rodrigues Brandão,

que foi um dos mais importantes assessores da Diocese de Goiás e, no momento de sua orientação aos presentes, externalizou que “existe uma história de compromisso entre o povo oprimido e a Diocese de Goiás [...] e que às vezes temos que trocar a enxada velha por uma nova ou por um trator” (Boletim Avaliação Diocese de Goiás, 1979, p. 04). Brandão continuou sua ‘aula’ esclarecendo que nessa relação entre Igreja e trabalhador rural “o que houve foi uma aceitação de parte a parte, entre povo e Igreja. Ora, é este compromisso o que determina, a partir de então, tudo o que é feito aqui em Goiás, na nossa caminhada” (Boletim Avaliação Diocese de Goiás, 1979, p. 05). Nessa fala de Brandão, o que mais recebeu ênfase foi uma das principais ferramentas da lida dos trabalhadores rurais, a enxada, no sentido de se rever as estratégias de luta daquela comunidade. É importante lembrar que essa palavra é carregada de significados para o trabalhador rural.

Nesse sentido, estabelecemos uma ponte, em alguns aspectos, do trabalho desenvolvido pelos agentes pastorais e educadores da Diocese de Goiás com o método de educação popular criado por Paulo Freire. É visível, tanto nos documentos analisados quanto nos depoimentos colhidos, a relação direta do trabalho dos educadores com o método Paulo Freire, que se embasava em palavras geradoras, discussão essa já problematizada anteriormente neste estudo. Nesse sentido, Eliete Lopes confirma que o método Paulo Freire “foi o método adotado para o processo de formação dos trabalhadores e comunidades rurais”. O Pe. Arcângelo Scolaro, demonstrando uma intimidade ainda maior com essa questão, afirma que “Paulo Freire era o nosso mestre, era o nosso mestre em questão de educação, pedagogia do oprimido era nosso manual. O nosso trabalho de educação popular de formação bíblica era baseado em seu método de educação”. Aqui, ressaltamos a participação intensa do professor Carlos Rodrigues Brandão, que também faz parte do nosso referencial teórico com sua obra intitulada *O que é o Método de Paulo Freire*. A professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo afirma categoricamente que “a Diocese buscava a ‘libertação’ e Paulo Freire nos mostrou o caminho”.

Por estarmos problematizando o comprometimento dos agentes pastorais com a fé cristã, somada ao processo de educação popular, algumas falas dos entrevistados confirmam tal envolvimento e seriedade do trabalho desses agentes. No momento em que a professora Eliete externa que visualiza o comprometimento do grupo de agentes “com a responsabilidade de conscientização de uma fé

engajada com os problemas da vida”, ela corrobora as muitas discussões já problematizadas neste estudo. É também nesse sentido que a professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo afirma que “para nós, a fé não acontece separada da vida”, no sentido de que é por meio do exercício da fé que as pessoas terão possibilidade de ter uma vida menos desigual e mais humana. Para Dona Augusta, a credibilidade que tinha o padre era em decorrência do seu grande comprometimento com a causa dos trabalhadores. Assim, a fé era indissociada das obras, o que resultava em reciprocidade mútua, pois, segundo a depoente, falando do compromisso dos religiosos com o povo, “eu acho que havia sim, e a fé, ela deixou de ser uma fé... só na reza, mas passou a ser também um compromisso de companheiros”.

Partimos dessas afirmações para a compreensão de que esse trabalho em conjunto visava a diminuir as injustiças sociais nas comunidades assistidas pela Diocese de Goiás, na visão de que, por meio do processo de educação e conscientização dos trabalhadores rurais, um futuro diferente poderia ser alcançado. Nessa perspectiva, chamou-nos a atenção o depoimento da Dona Augusta ao entender que, por meio de uma educação informal, “eu falo assim que eu aprendi coisas que eu acho que na sala de aula eu jamais aprenderia”. Sua fala refere-se à formação política que adquiriu. Assim, uma das observações de Brandão, levantadas e registradas nesse mesmo boletim, foi: “tem coisas que o grupo de Evangelho poderia fazer, como lutar contra as injustiças; melhorar as escolas”. (Boletim Avaliação Diocese de Goiás, 1979, p. 10). Nesse sentido, já podemos ter a percepção de que, por meio da escola (educação), a Igreja se posicionaria na luta contra as injustiças sociais. Para efetivar a comunicação, Brandão, ao conscientizar os 54 membros que participaram do encontro, ao falar acerca da necessidade de se planejar as ações, que deveriam ser diferentes de uma região para outra, traz a seguinte narrativa:

Se vou correr pra atravessar uma mata durante o dia, tenho que planejar para chegar a atravessá-la durante o dia. Não posso deixar a noite me pegar dentro da mata. Isso é planejar. Uma vez iniciada a caminhada pela mata, depois podem surgir outros imprevistos que vão me obrigar a repensar sobre os meus passos, se tenho que andar mais rápido ou mais devagar. Isso é avaliar. (BOLETIM AVALIAÇÃO DIOCESE DE GOIÁS, 1979, p. 14, grifos no original)

Um dos discursos que a Igreja veiculava era a afirmação de estar ligada às questões dos produtores rurais e o compromisso de lutar por todo o povo oprimido. Nesse sentido, a Igreja se associava e era partícipe dos movimentos sociais desses grupos marginalizados, com a premissa de que, nas palavras de Carlos Rodrigues Brandão, “a evangelização tem uma tarefa de conscientização” (Boletim Avaliação Diocese de Goiás, 1979, p. 08).

Nesse trabalho de evangelização e libertação, os padres e professores religiosos se preocupavam com as fragilidades dos lavradores no tocante à linguagem, ao dizerem que “tem algumas palavras difíceis que ficam sem ser entendidas e o trabalho fica embananado (...) é muita palavra pra gravar na ideia”. (Boletim Avaliação Diocese de Goiás, 1979, p. 09). Por isso, nos chamou a atenção a preocupação da Igreja em “fazer uma avaliação só com os agentes e outra só com a base. Depois, unir os dois por causa da linguagem” (Boletim Avaliação Diocese de Goiás, 1979, p. 13). Aqui, também, fica explicitada a intencionalidade do discurso defendida por Bakhtin (2000) quando, no rodapé do documento, temos o seguinte enunciado: “Os grupos de Evangelho têm sentido porque ele é uma escola para criar as coisas que mais na frente conduzirão o povo à sua libertação” (Boletim Avaliação Diocese de Goiás, 1979, p. 10).

Uma estratégia utilizada no processo de educação popular e que merece grande destaque encontra-se registrada no Boletim Diocese de Goiás (Ano XII, dezembro de 1979), que retrata as ações do Grupo de Teatro:

No sábado, 17 de novembro, no Teatro Goiânia, foi apresentada por um grupo de jovens de Ceres a peça “LAVRADOR SEM TERRA”, No quadro do Festival de Teatro Amador. É a história, verdadeira, de uma família de pequenos proprietários que vai perdendo a terra, pelo jogo sujo combinado do intermediário, do banco e da grande empresa agrícola. Resultado de quase dois anos de pesquisa, composição e preparação realizadas pelos atores, todos filhos de lavradores, “LAVRADOR SEM TERRA” faz reviver acontecimentos verdadeiros, com as palavras colhidas dos lavradores que sofreram na pele esta espoliação, o que transmite à plateia toda a carga de emoções vividas. (BOLETIM DIOCESE DE GOIÁS, ANO XII, DEZEMBRO DE 1979, p. 03)

Em 1980, a Igreja reforça a visão de se apropriar da estratégia de evangelização para se inserir no processo educacional. No documento Boletim Diocese de Goiás, as discussões são separadas por subtítulos, e nos registros que

abordam a Catequese Boletim Diocese de Goiás (Ano XIII, n.º 109, maio de 1980, p. 04), temos o seguinte discurso dos editores: “em toda a Diocese está havendo um esforço de encaminhar a catequese numa linha de libertação”. Outro exemplo de catequese na linha de libertação registrada no mesmo boletim (p. 04) é o seguinte texto: “a base das aulas é a História da Salvação, sem esquecer a realidade vivida pelo povo de hoje”, como aconteceu em Itaberaí, cidade próxima, a 60 km de Itapuranga.

Quando o assunto é educação, Itapuranga fica em evidência nos documentos e depoimentos analisados. No Boletim Diocese de Goiás (Ano XIII, n.º 109, maio de 1980, p. 09) temos o seguinte registro: “EM ITAPURANGA – a prefeitura desconta INPS, mas os professores não são segurados”. Aqui podemos notificar uma denúncia feita pela Igreja por meio do boletim, que era lido e discutido nos Grupos de Evangelho.

É importante ressaltar que esses boletins trazem informes de diversos municípios que compõem a Diocese de Goiás e em quase todos Itapuranga está presente pela quantidade de movimentos sociais, protestos, mobilizações, enfrentamentos e conflitos vivenciados por questões que envolviam trabalhadores rurais, educação e a Diocese de Goiás. Nesse sentido, a leitura que fazemos é que para minar o trabalho educacional no meio rural por parte do poder público municipal, segundo os registros do boletim, “em Itapuranga os professores rurais devem pagar as passagens de ônibus até as escolas. [...] Ainda nas escolas rurais o prefeito proibiu o ensino religioso e não aceita reuniões do povo nas escolas, falando que os padres são comunistas e subversivos” (Boletim Diocese de Goiás, ano XIII, nº 109, maio de 1980, p. 09). Com essa ação, podemos inferir, a partir da leitura e análise documental, que o trabalho desenvolvido pela Diocese de Goiás em Itapuranga não abandonou a essência de sua formação, contrariando veementemente o poder hegemônico que não aceitava contestação, ainda no período da ditadura militar. Observa-se ainda, que mesmo a educação não sendo a prioridade de investimentos da Diocese, ela esteve presente em muitas ações.

Quando continuamos a leitura dos documentos, aos poucos vamos desvelando a trama da preocupação das estruturas dominantes em manter a população analfabeta. Quando se trata da divisão das terras no norte de Goiás, os desabafos dos trabalhadores rurais analfabetos nos ajudam a compreender a máxima de como os opressores se aproveitam da fragilidade desses trabalhadores

por não saberem ler e escrever. Exemplo disso é a fala de um trabalhador rural (posseiro) não identificado, a qual foi transcrita no Boletim Diocese de Goiás (Ano XIII, nº 109, maio de 1980, p. 12): “a terra é um patrimônio de todos, precisamos de um pedaço. Porque nós não tem leitura e dinheiro tiram aquilo que é nosso, mas nós vai defender nosso chão”. Daí, reconhecemos a importância e relevância do trabalho desempenhado pela Diocese de Goiás na educação, conscientização e libertação dos trabalhadores rurais em Itapuranga.

Como já foi dito, a participação do professor Carlos Rodrigues Brandão, na posição de assessor da Diocese de Goiás durante muitos anos, pode ser considerada um fator decisivo para o sucesso de muitas empreitadas no que tange à organização do processo de educação popular. No Boletim Diocese de Goiás (Ano XIII, nº 110, agosto de 1980, p. 02), no texto inicial ou editorial diz que “além dos representantes de todos os municípios estarão conosco, como convidados especiais, Carlos Brandão, muito amigo da Diocese e que, desde o início da caminhada está ajudando a gente”.

Cientes de que uma das grandes estratégias utilizadas pela Igreja do Evangelho era o ensino das escrituras sagradas, somado ao processo educacional, encontramos uma matéria que faz a cobertura do 1º encontro sobre Educação Popular com a ajuda de Carlos Brandão em que, ao se dirigir aos trabalhadores rurais, por meio de uma estratégia metodológica faz-se a adequação da linguagem.

No seguimento das análises dos boletins da Diocese, não podemos deixar de ressaltar os registros ali contidos em relação à Educação Popular. Mais uma vez, Itapuranga entra no cenário da Diocese de Goiás como destaque, em decorrência das experiências educacionais do homem do campo. Os dizeres selecionados no Boletim Caminhada relatam que

Há três anos que começou uma experiência de EP, primeiro foi nas comunidades do Laranjal e Guaraíta. Este ano começou na cidade (Itapuranga) e está funcionando no salão do Sindicato dos Trabalhadores rurais e conta com 33 alunos (adultos). O objetivo dessa Escola é ler e escrever conscientizando, com o jeito a partir do povo (ou seja, com as palavras do povo) e não com o método oficial de ensino. A Escolinha é uma Ferramenta que se ajunta às outras para a Caminhada da Libertação. (Caminhada Diocese de Goiás, ano XVII, nº 122, março-abril de 1984, p. 12, grifo no original)

Nesse momento, a Igreja faz um desabafo e, ao mesmo tempo, um chamado para que as pessoas entendam a importância de serem alfabetizadas, atrelando a pobreza e o analfabetismo à escravidão. Assim, a bandeira que se levantou em comemoração ao dia 13 de Maio foi de uma leitura da realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O enunciado “13 de Maio de 1989, não tem muito o que se comemorar. [...] Hoje basta ser pobre e ‘analfabeto’ para acabar discriminado e escravizado” (Caminhada Diocese de Goiás, ano XXI, nº 145, 23 de maio/89, p. 11) vem confirmar a provocação dos religiosos no sentido de que a comunidade acorde para suas realidades precárias de modo de vida.

Nesse contexto, a Igreja acredita na indissociabilidade entre cristianismo e práticas sociais. Com isto, tornam-se claras as formas contextualizadas, no sentido literal de libertação das pessoas, ao analisarmos o registro no boletim que diz: “não podemos, como cristãos, desligar Fé da Realidade” (Caminhada Diocese de Goiás, ano XXI, n.º 145, 23 de maio de 1989, p. 05). É por isso que, segundo Brandão (1981, p. 97), “ninguém acredita que saber ler-e-escrever faz o militante, porque todos sabem que, desde o passado, muitos dos melhores foram analfabetos. Mas ninguém mais discute que ser alfabetizado equivale a estar bem melhor preparado para o trabalho de libertação popular, ainda mais agora, quando os movimentos de comunidades e de trabalhadores usam com tanta frequência a palavra escrita”.

Conversando com nossos depoentes, a professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo explicou que no trabalho de educação realizado em Itapuranga, com o apoio da Diocese de Goiás, pontos fortes e pontos fracos devem ser destacados para melhor compreensão de todo o processo histórico. Na posição de educadora, faz a leitura das fragilidades no sentido de que “faltava quase tudo: estrutura, segurança, material didático, transporte”. Embora ainda nos dias atuais certas dificuldades abordadas pela professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo ainda estejam presentes na rede de ensino, reconhecemos que, com o passar do tempo, outras questões foram surgindo e se tornando novas demandas. Como pontos fortes, Perpétua Maria de Camargos Gontijo destaca que a “boa vontade, esforço, muita dedicação e apoio da Diocese” foi o que fortaleceu e deu vida ao trabalho exercido pelos agentes. E culminando em práticas sociais, a professora também entende que os pontos fortes aconteceram em dois momentos, sendo o primeiro motivando os trabalhadores rurais “a se organizarem em Sindicatos em busca de seus direitos trabalhistas, acesso à terra, à saúde, etc. E o segundo, foram

as escolas de alfabetização popular dos sindicalistas e suas famílias que aconteceram nos distritos de Guaraíta e Fazenda Laranjal e na cidade, na sede do Sindicato”.

Aqui, por meio das testemunhas vivas dessa história, mais uma vez podemos visualizar alguns resultados do processo de mediação pedagógica da Diocese de Goiás na educação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em Itapuranga, como forma de libertação, organização e fortalecimento de uma cultura de resistência.

3.11 Mobilizações e enfrentamentos (práticas sociais)

No Boletim Diocese de Goiás (Ano XII, outubro de 1979, p. 08), acerca da venda do leite para o laticínio GOGO, na cidade de Itapuranga, temos o seguinte relato: “Já que os grandes só pensam no seu bolso e estão vendendo todo o leite para o caminhão da Gogo, condenando as crianças a morrer de fome, o povo está pensando em organizar pequenas cooperativas onde os pequenos proprietários vão se unir para vender o leite para as famílias e lutar para que as crianças não fiquem sem esse alimento necessário para sua saúde e sobrevivência”. Podemos observar que em diversas situações em que a população se sente prejudicada de alguma forma, há a iniciativa de se organizar e propor estratégia para que o problema seja solucionado. É interessante observar que, quase sempre, a iniciativa parte da própria categoria que se vê excluída socialmente.

A palavra do bispo Dom Tomás, na carta de abertura da edição Caminhada de 04 e 05/1987, faz um apanhado geral acerca da diversidade de movimentos e mobilizações realizados pela comunidade com o apoio da Diocese. Nesse sentido, ele diz que “por causa do sofrimento generalizado está havendo uma movimentação de todo tipo: debates, jornadas, atos públicos, greves, campanhas nacionais. Está diferente. Algo está acontecendo e que leva muitos entendidos a acreditarem que voltou a ser possível o povo topar um tipo de mobilização como aquela das ‘Diretas Já’” (Caminhada Diocese de Goiás, abril-maio de 1987, nº 135, ano XX, p. 02).

Em um período de mudanças para a nação brasileira, em decorrência da Constituinte, o discurso dos agentes pastorais em relação aos movimentos sociais

se reafirmou positivo no sentido de que, segundo os registros do Boletim Caminhada Diocesana – Festa de Pentecostes (1987, n.º 136, ano XX, p. 04), “na primeira etapa os movimentos populares surpreenderam a direita e foram atuantes ganhando espaços sobretudo a respeito dos direitos individuais, direitos do trabalhador, reforma agrária, mulher e minorias”. Nessa conjuntura, os movimentos sociais podem ter importância ainda mais relevante da já atribuída a eles, podendo chegar ao ponto de serem considerados os motores da história. Segundo Gutiérrez (1987, p. 203), “como espaço coletivo de construção de uma nova cultura e de novas práticas sociais, os movimentos sociais têm um papel fundamental na transgressão da ordem instituída e na instituição de uma nova ordem social, podendo ser considerados como os ‘motores da história’”.

É interessante observar o apoio incondicional manifestado pela Diocese de Goiás aos diversos tipos de mobilização, como a luta dos sem-terra: “As comunidades vizinhas e a Diocese de Goiás, juntamente com a CPT – Comissão Pastoral da Terra – e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, prestaram todo apoio e continuarão lutando até que seus direitos estejam garantidos”. (Caminhada Diocesana – Festa de Pentecostes de 1987, n.º 136, ano XX, p. 08). Ainda sobre questões relacionadas à reforma agrária, percebemos a sensibilidade e o compromisso da Igreja do Evangelho, ou Teologia da Libertação, em assistir os menos favorecidos. Essa ideia vem confirmada pela leitura do boletim, ao ter registrado que “no dia 23 de julho os acampados serão visitadas por uma caravana de solidariedade: é o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Itapuranga, junto com a Igreja Católica, que estão arrumando dois caminhões para passar um dia com os acampados” (Caminhada Diocesana – Festa de Pentecostes de 1987, n.º 136, ano XX, p. 11).

Uma matéria que nos leva a perceber Itapuranga como ponto de referência para encontros e organização de mobilizações se encontra no Boletim Caminhada Diocese de Goiás (Ano XX, n.º 140 – fev/mar/abr de 88, p. 09), onde há a informação de que

em Itapuranga foi realizado mais um ato pela Reforma Agrária. Dia 20 de março, com a participação da CUT vale São Patrício e dos Sindicatos da região, foi realizada na sede do STR, uma assembleia reunindo mais de 200 trabalhadores rurais, lideranças dos sem terra e discutiram a questão agrária. Esteve presente o nicaraguense José

Alberto Blanco Melenez que falou sobre a experiência de Reforma Agrária na Nicarágua com a Revolução Sandinista.

Outra matéria no Boletim Caminhada Diocese de Goiás (Ano XX, n.º 140, fev/mar/abr de 1988, p. 07), vem confirmar a força e influência que Itapuranga exerceu em todo esse contexto de lutas e manifestações, seguindo as orientações pastorais da Diocese de Goiás. Ao procedermos à leitura do documento, encontramos relatos de Itapuranga sediando eventos de grande porte, recebendo municípios vizinhos para a comemoração ao dia da mulher. Segundo o texto, “8 de março é o dia internacional da Mulher. Aqui em nossa região a comemoração foi feita em Itapuranga com a participação das companheiras vindas de Ceres, Itaguaru, Uruana, Itaberaí e Carmo do Rio Verde”.

3.11.1 Destilaria PITE/SA

Os registros nos boletins nos levam a crer que as relações conflituosas se acentuaram em Itapuranga em decorrência da instalação da Destilaria PITE. Selecionamos a matéria do Boletim Diocesano n. 108, que traz o seguinte título: “USINA DE ALCOOL EM ITAPURANGA: POLÍTICOS APOIAM, POVO REJEITA”. Mesmo contra a vontade da população, a Prefeitura ofereceu cinco alqueires para a construção da Usina de Álcool, além da isenção de impostos por alguns anos, água e energia sem ônus. É justamente nesse momento que vemos a história da luta entre opressores e oprimidos se repetir, quando “os grupos políticos vendo as reclamações do povo, ficaram com raiva e estão ameaçando sequestrar e expulsar pessoas ligadas à Igreja” (Boletim Diocese de Goiás, ano XII, nº 108, dezembro de 1979, p. 08). Isso porque os trabalhos de conscientização e politização por parte dos membros da Igreja do Evangelho acabam por formar cabeças pensantes que se posicionam de maneira crítica frente às questões sociais na região.

Também pela análise documental fica claro que, para o funcionamento da usina, grande parcela das propriedades rurais deveria deixar suas culturas e passar à produção de cana-de-açúcar. Isso é perceptível na paisagem da região na atualidade. Confirmando essa afirmação, no Boletim Diocese de Goiás (Ano XIII, nº 109, maio de 1980, p. 11), lê-se: “aqui em Itapuranga, em nome do progresso do município, a promessa do Governo já falhou porque as melhores terras de cultura

estão sendo compradas ou arrendadas para o plantio de cana, mesmo depois que o povo se pronunciou contra”. Assim, vemos que os interesses financeiros, políticos, econômicos se sobrepõem aos interesses da população em qualidade de vida e direitos sobre suas propriedades.

Novamente o município de Itapuranga ganha destaque no boletim da Diocese. Aqui fica clara a intervenção da Diocese em relação ao grave conflito social causado pela instalação da Usina PITE em Itapuranga. A seguir, transcrevemos literalmente parte do Boletim, para a compreensão de todo o processo relacionado à destilaria PITE.

A PITE é uma mina de álcool localizada em Itapuranga. Ela está atrapalhando demais a vida dos trabalhadores da região. Primeiro porque a cana está tomando o lugar dos mantimentos, e mais: os cortadores de cana ganham salário baixo, não têm segurança nenhuma, por exemplo, não têm carteira de trabalho assinada, não ganham férias nem 13º salário, e têm menores também sendo explorados no trabalho. Já aconteceram vários acidentes e duas mortes de trabalhadores. Existe o problema da poluição. O lixo, restos do álcool, chamado vinhoto, cheira mal e está contaminando o ar e as águas da região. A tática da usina é essa mesmo: engolir as pequenas propriedades daquela área. Além da divulgação feita em jornal, o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Itapuranga divulgou um boletim esclarecendo a população e apoiando os trabalhadores. A Diocese também se interessou pelo problema e apoiou uma reunião em que participaram membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, CPT diocesana, Assessoria diocesana, STR de Itapuranga, Equipe Pastoral, Agentes das Regiões Uru e São Patrício e várias pessoas da Base. A Equipe de Pastoral de Itapuranga assumiu a realização de um novo folheto contendo novos fatos e encaminhamento de um abaixo-assinado como protesto pelos problemas que a PITE vem provocando. (Caminhada – Boletim das Comunidades da Igreja de Goiás, Ano XV, n.º 117, 2º semestre de 1982, p. 05)

Acreditamos ser a partir de intervenções como essas que, segundo Catão (1986, p. 84), “no momento em que a teologia discerne a significação cristã das lutas pela libertação, os cristãos se veem obrigados a arregaçar as mangas e a se empenhar nessas lutas”.

3.11.2 Fazenda Córrego da Onça

Em relação aos enfrentamentos, como foi discutido no capítulo II deste estudo, o caso da Fazenda Córrego da Onça, o Boletim Diocese de Goiás (Ano XIII, agosto de 1980, nº 110, p. 06) traz parte da história:

Na fazenda Córrego da Onça, 32 famílias perderam suas terras. Todas moravam nessa posse há mais de 10 e até 30 anos, e já haviam feito muitas benfeitorias.

Em 1975 “Fiote V. Caiado”, apresentou documentos de herança dessa terra.

Os posseiros, sabendo de seus direitos, ajustaram o advogado Warner Carlos Prestes para defendê-las. Depositando toda a confiança no Advogado os posseiros passaram para suas mãos a procuração dando-lhe todos os direitos de agir em nome das 32 famílias.

O Advogado abusou da simplicidade e confiança dos posseiros e advogou a favor de “Fiote Caiado”. Em vez de fazer o processo requerendo o direito a terra por usucapião, requereu indenização pelas benfeitorias, avaliando-as num total de Cr\$ 250.000,00 para as 32 famílias, sendo que havia benfeitorias de uma só posse no valor de Cr\$ 40.000,00.

Acompanhando de perto todo o processo de desapropriação da Fazenda Córrego da Onça, foi enviada uma carta às famílias com os seguintes dizeres: “repudiamos o modo como o advogado contratado por vocês, posseiros de Itapuranga, assumiu a causa, levando-os à perda total dos seus direitos. E agora fazemos votos que vocês fiquem unidos até conseguirem a desapropriação da terra e a garantia de suas posses” (Boletim Diocese de Goiás, ano XIII, dezembro de 1980, nº 110, p. 05).

Ainda no ano de 1980, a Igreja manifesta novamente o seu apoio aos posseiros da Fazenda Córrego da Onça, conforme pode se observar no trecho abaixo, transcrito do Boletim Diocesano:

NOTA DA IGREJA DE GOIÁS – em 08 de novembro de 1980, diante das violências dos policiais lançados ontem pelo Secretário de segurança do Estado, contra moradores indefesos da Vila João Vaz, a Diocese de Goiás expressa sua solidariedade com as famílias vítimas da arbitrariedade, e com os membros da Pastoral da Igreja de Goiânia que a elas vem dando apoio mediante sua presença missionária. A estes fatos ligam-se as inúmeras pressões contra posseiros que perderam seu antigo socego (sic.) nas terras em que sempre trabalharam, em Itapuranga [...]”. (BOLETIM DIOCESE DE GOIÁS, ano XIII, dezembro de 1980, nº 110, p. 09).

Aos sujeitos de nossa pesquisa, algumas questões foram formuladas com o objetivo de fazer um levantamento, via entrevista e questionários, de alguns movimentos sociais acontecidos em Itapuranga nas décadas de 1970/80. Acreditando que o resultado do trabalho educacional promovido pela Diocese de Goiás junto aos trabalhadores rurais se materializou, além do processo de evangelismo, em uma série de organizações populares que se posicionavam contra a hegemonia dominante em busca de melhores condições de vida, perguntamos: Quais os movimentos sociais acontecidos em Itapuranga nas décadas de 1970/80 que você tem registrados na memória? Eles fazem parte do resultado do trabalho educacional da Diocese de Goiás?

Analisando as respostas, percebemos que uma complementa a outra e a questão da resistência dos trabalhadores vai se solidificando em diversas ações, como pontua Eliete Lopes acerca da “criação do hospital: Associação Santa Casa do Povo. Essa criação é parte do processo de participação e conscientização das comunidades”.

O depoimento do Pe. Arcângelo Scolaro faz menção a diversos movimentos sociais acontecidos em Itapuranga no período em que ele foi pároco na cidade. Dentre as ações lembradas por ele que marcaram uma geração, talvez pela luta de interesses travada entre a comunidade e o poder público e pelo resultado positivo para questões referentes à saúde da comunidade itapuranguense, Pe. Arcângelo recorda que “houve uma luta muito aguerrida para que aquele hospital fosse mantido e oferecesse uma boa assistência médico-hospitalar”. Ele chega a generalizar, dizendo que “tudo o que aconteceu de movimentos sociais em Itapuranga está ligado com o trabalho educativo que ali foi feito. Vamos citar alguns que considero os mais importantes: Sindicato Rural [...], Partido político, [...], Associações – havia uma rede de associações e coisas muito simples como as associações da vaca”. Essa associação foi uma das muitas associações criadas em Itapuranga.

A professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo, com seu histórico de participação nos movimentos sociais, religiosos e educacionais, fala com muita propriedade que “a década de 70 foi muito rica em termos de reflexão e organização, tanto no trabalho específico da religiosidade popular como na organização dos trabalhadores do campo e da cidade”. Nesse sentido, vale ressaltar que, ao falar em organização, referindo-se tanto à Diocese quanto às pessoas

envolvidas no processo, a professora Perpétua entende que essa organização se pautava “em busca de melhores condições de vida, tendo como base a luta pela terra”. É interessante observar, em sua fala, que as organizações, lutas e reivindicações não se davam apenas no campo em Itapuranga, mas “em toda a Diocese, criava-se a oposição sindical para combater os pelegos e ficar de fato do lado dos trabalhadores”.

Além de reafirmar, assim como os demais, a questão do hospital Santa Casa do Povo, a professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo confirma que foram formados diversos “grupos de Educação e alfabetização popular, Movimento do Custo de vida local, estadual e nacional. Muitos trabalhos feitos em mutirão, como farinha, roças de milho, arroz, feijão e outros. No final da década de 70 e início de 80 participamos juntos das lutas nacionais por anistia internacional, fim da ditadura, abertura política, formação de partidos de oposição (PT – Partido dos Trabalhadores)”.

Dona Augusta, trabalhadora rural entrevistada, concorda com as falas dos demais e entende que “o sindicato dos trabalhadores foi uma das conquistas alcançadas deste trabalho da Diocese. A Associação Popular de Saúde também foi uma conquista deste trabalho da Diocese”. É interessante notar que essa trabalhadora rural realmente enxerga a Diocese num processo educativo, comparando-a como uma professora, no sentido de educação informal: “a Diocese foi uma grande professora nossa, seja no banco da educação, seja dentro da comunidade a gente aprendeu muito”.

Nesse sentido, os resultados do aprendizado das décadas de 1970/80 podem ser vistos no início do século XXI, quando Itapuranga conta com uma rádio comunitária (Alternativa 87 FM) e também, segundo Dona Augusta, “criou a feira do produtor e eu estava lá, né, porque era uma discípula da Diocese de Goiás, porque acreditava e ainda acredita no processo”. A título de informação, a referida feira acontece todas as quintas-feiras, na praça central da cidade, em que pequenos produtores rurais levam seus produtos *in natura* para serem comercializadas a preços bastante acessíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu acredito que os movimentos sociais educam sim. Eles educam a partir das assembleias quando você reúne, porque todo mundo coloca a sua proposta de trabalho, a sua inquietação, a sua insatisfação, sabe?... Tudo isso faz educar, porque aquilo que eu acho que você tá errado, Claudio, você pode me convencer que quem tá errada sou eu de não entender o que que você tava falando, qual a discussão e onde você queria chegar. E isso nos educa sim. Eu acho que os movimentos sociais educam bastante, embora que eu acho que hoje precisamos reviver isso. (Dona Augusta)

A construção e elaboração deste trabalho, a partir de um processo de reflexão, análise crítica e opções teórico-metodológicas que nos levaram ao resultado final da discussão sobre 'O processo de educação popular: A Diocese de Goiás e as práticas sociais dos trabalhadores rurais de Itapuranga nas décadas de 1970 e 1980', trouxe respostas a diversos questionamentos que nos provocaram durante muito tempo. Por outro lado, no decorrer do desenvolvimento de nossa investigação, outras inquietações foram surgindo e, para respondê-las, faz-se necessária a continuidade do estudo desta temática, talvez em um programa de doutorado ou em produções acadêmicas futuras.

Quando Dona Augusta, em seu depoimento transcrito acima, diz que "eu acho que hoje precisamos reviver isso", falando das mobilizações e práticas sociais, visualizamos a concretização do processo de educação popular em seu discurso. Também, inferimos que ainda existem muitas questões pendentes que envolvem os trabalhadores, as quais precisam ser trabalhadas, quem sabe de uma maneira um pouco diferente de como aconteceu no período recortado para esta pesquisa. Nada melhor do que os próprios sujeitos para apontar os caminhos a serem trilhados na nova realidade e em consonância com as novas demandas do século XXI.

Para a compreensão do processo como um todo, tivemos que buscar informações em diversas instâncias, lugares, instituições e tempos diferentes e em contato com diferentes sujeitos que fizeram e ainda fazem parte desse processo histórico. Em diversos momentos, nos apropriamos da experiência de pesquisadores e pesquisadoras que se empenharam em investigações próximas desse objeto, como foi o caso do professor Carlos Rodrigues Brandão que, com toda a sua trajetória de vida assessorando a Diocese de Goiás, nos deu suporte para

compreendermos os meandros das relações Igreja-educação popular-trabalhador rural.

Na busca de entender como se estruturou uma cultura de resistência ao sistema vigente, na relação Igreja-trabalhadores rurais em Itapuranga, partimos da leitura das mudanças ocorridas na Igreja Católica, em específico na Diocese de Goiás, deixando de priorizar a visão de fazendeiros e latifundiários no período de nosso recorte temporal elegendo como ponto de vista a ser considerado, as práticas sociais e as ações política das categorias oprimidas e marginalizadas. Alguns movimentos sociais foram elencados e explorados, embora estejamos ciente de que na reconstrução de parte dessa história, não tivemos a ‘escuta sensível’ para muitos silêncios que continuam aguardando para serem desvelados. Mas, é importante ressaltar que as práticas sociais dos trabalhadores rurais de Itapuranga é que nos possibilitaram identificar resistências e formas de organização nos mais diferentes segmentos sociais.

Confirmamos, com os resultados da investigação, que houve mudanças significativas na postura dos trabalhadores rurais, como parte do resultado da mediação pedagógica da Diocese de Goiás. A título de exemplificação, citamos a elevação da autoestima dos trabalhadores, a valorização da cultura local e, conseqüentemente, a permanência de muitos em suas pequenas propriedades rurais, avanços estes mencionados pelos próprios sujeitos dessa história. Com as mobilizações e os enfrentamentos, os filhos desses trabalhadores se sentiram partícipes de todo o processo e passaram a ver o campo não como ‘lugar de atraso’, mas como parte de sua identidade. Dona Augusta expressa sua crença de que “parece que o agricultor aprendeu a amar mais, sabe, aquela terra dele, aprendeu que lá com toda dificuldade dele, ele ainda ia ter mais autonomia e ainda ia viver melhor do que na periferia da cidade”. É preciso reconhecer que a educação popular proporciona o despertar da consciência crítica dos que dela participam para o exercício dos seus direitos.

É interessante observar a fala de Dona Augusta ao registrar a diferença que Itapuranga tem em relação a outras cidades, no sentido de que “em outros municípios você não vê essa resistência. Aqui o pessoal é muito mais resistente [...]”, citando exemplos da realidade dos trabalhadores do campo que migraram para o meio urbano e perceberam que a vida ‘na terra’ era mais digna, segura e melhor para se viver. Na região, houve uma distribuição de terras, de forma natural, de

grandes proprietários para seus filhos que, dividindo grandes fazendas em glebas, tornaram seus herdeiros pequenos produtores rurais. Segundo Dona Augusta, nesse sentido, lutar e resistir ao poder dominante para permanecer na terra e dela se manter foi o que “fez com que os trabalhadores, orientados pela Diocese, ficasse mais fortalecido”.

Embora a Igreja Católica tenha uma parcela de contribuição considerável, não podemos atribuir apenas a ela todos os méritos dessa conquista. Na nossa compreensão, os grandes protagonistas foram os trabalhadores e as trabalhadoras que, com o saldo da educação popular que vivenciaram e do conhecimento do qual se apropriaram, arregaçaram as mangas, pegaram seus chapéus e lenços, suas ferramentas e foram à luta em busca de melhores condições de vida. Em muitos momentos, a Igreja apenas os ajudou a pensar e a planejar ações de cunho transformador de suas realidades fragilizadas.

Por outro lado, é natural que a Igreja tenha sofrido retaliações e perseguições, como aconteceu com Pe. Ivo Poletto e Frei Marciano, já mencionados anteriormente em nosso texto, em decorrência de se posicionarem contra a exploração do ser humano pelo seu semelhante. Faz-se necessário lembrar que é compreensível que o poder dominante à época não tivesse simpatia pela Diocese, uma vez que os dados estatísticos mostram que a Diocese de Goiás era campeã em números de assentamentos, ou seja, tinha como meta e ação auxiliar a descentralizar terras das mãos de poucos para socializar com muitos.

O processo de educação popular que se deu por meio das práticas sociais dos trabalhadores rurais de Itapuranga é inquestionável. A experiência da Fazenda Córrego da Onça, por exemplo, tornou-se um marco de resistência por parte das 32 famílias que, mesmo tendo sido enganadas, não desistiram e lutaram até conseguir reaver as posses de suas terras. Entendemos que as próprias situações de vida educam, quando acompanhadas de um processo de reflexão que leve à organização e à constante avaliação das conquistas e dos recuos, dos acertos e desacertos, enfim, das lutas cotidianas. Outro exemplo de educação popular pode ser reconhecido nas próprias reuniões dos Grupos de Evangelho, promovidas pela Igreja, nas quais todos tinham direito a voz, ainda que com as suas limitações, e os trabalhadores se sentiam à vontade para externalizar suas opiniões, anseios, realidades e sonhos. Não nos restam dúvidas de que realmente as práticas sociais educam por meio do processo de educação não-formal, e assim, pessoas

foram politizadas e participaram de mobilizações, assumiram carreira política, cargos públicos, secretarias do governo municipal, direção de instituições como sindicatos e associações, entre outros.

A professora Perpétua Maria de Camargos Gontijo acredita que a resistência das classes populares acontece não apenas pela influência positiva da Diocese de Goiás, mas “a cultura da resistência ao sistema dominante veio de várias formas, de várias frentes, mas teve o apoio e incentivo irrestrito da Diocese na pessoa do grande Mestre D. Tomás Balduino, toda sua equipe que caminhou incansavelmente junto ao povo”. Tal afirmação é cimentada em diversos documentos da Diocese por nós analisados, quando compreendemos a intencionalidade dos discursos neles veiculados.

Pensando na necessidade de os educandos conhecerem a história regional e local, tivemos a curiosidade de questionar acerca do que tem sido ensinado nas escolas de Itapuranga. Nossa indagação foi: o que é ensinado nas escolas da rede pública e/ou privada em Itapuranga, acerca da história de luta e resistência dos trabalhadores rurais? Em sua resposta, Pe. Arcângelo afirmou que “a educação até hoje nunca valorizou a história dos pequenos, a história de resistência dos considerados subalternos, a história que não seja a história da classe dominante”. Essa afirmação pôde ser por nós comprovada em análise dos livros didáticos de história utilizados nas escolas locais.

Nesse contexto, indagamos qual seria o resultado dessa trajetória histórica resultante da educação popular quando ensinada na educação formal do município, estado e país. Essa é uma questão que se torna complexa e para a qual imaginamos ser necessária uma pesquisa específica com investigação dos currículos das escolas de Itapuranga, a partir da análise do que se tem ensinado na vertente da história regional e local, apresentando a relevância dessa história. Assim, acreditamos que o que definimos como objetivo, no primeiro momento, que era a produção de material didático, se materializou no resultado do nosso estudo, e poderá servir de suporte para fonte de pesquisas das escolas das redes municipal e estadual de Itapuranga.

A Igreja do Evangelho, de certa forma, alcançou seus objetivos, que se resumiam em tornar os trabalhadores rurais mais conscientes de suas realidades de vida e se posicionarem diante das situações de conflito, atuando para mudar essa realidade. No percurso, podemos considerar que a Igreja também errou em diversos

momentos, com a radicalidade nas liturgias, excluindo os ricos e, muitas vezes, desrespeitando a fé (em relação aos rituais) em muitas comunidades. Porém, os ganhos foram bem maiores que as perdas e é preciso reconhecer que a Igreja contribuiu na estruturação da cultura de resistência dos trabalhadores rurais de Itapuranga com vários elementos: entre eles, a educação popular e a nova forma de ser Igreja.

A Universidade Estadual de Goiás, com esta e outras pesquisas, possibilita que se reconheça a importância de todo o contexto histórico vivido pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais em Itapuranga, nas décadas de 1970 e 1980. Nesse sentido, esperamos e acreditamos ter dado a nossa contribuição para a compreensão do processo histórico educativo que ocorreu no período estudado, embora tenhamos consciência de que a nossa é apenas ‘uma’ abordagem, uma maneira de ver a realidade a partir do nosso ponto de vista, que é de pesquisador, mas também de agente envolvido no processo e, obviamente, com toda uma gama de crenças e posicionamentos dos quais não é possível se despir para analisar objetivamente a realidade. Entretanto, acreditamos que, mesmo que haja outras abordagens que cheguem a diferentes conclusões, nossa pesquisa tem sua relevância, principalmente por evidenciar que a educação não se dá apenas em ambientes formais e a partir de metodologias ‘consagradas’, mas é um processo que também ocorre em contextos reais de vida e a partir da reflexão de situações dessa realidade.

É nesse sentido que reafirmamos nossa convicção de que os movimentos sociais educam, numa perspectiva dialética, uma vez que todos os sujeitos envolvidos – educadores, educandos e instituições comprometidas nesse processo – são decisivos para a construção do conhecimento, não um conhecimento vazio e sem sentido no mundo real, mas um conhecimento que surge da vida e leva a ações que atuem efetivamente na mudança da realidade e a construção de um mundo melhor e mais ‘habitável’ pelos seres humanos, sujeitos e agentes de sua própria história.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *Marxismo e Filosofia da linguagem – problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2009. Alínea, 1999.

BETTO, Frei. *Movimento estudantil e igrejas na resistência à ditadura*. Palestra proferida na cidade de Goiás, em 23 de setembro de 2014.

_____. *O fermento na massa*. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda. 1981

_____. *O que é comunidade eclesial de base*. Ed., Brasiliense, São Paulo: 1985.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: SBB, 2010.

BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. Educação do Campo: aplicabilidade das diretrizes operacionais da Educação Básica do Campo nas escolas pólos do município de Goiás. In.: *Universidade, pesquisa e produção do conhecimento / Organizador, Marcelo de Mello. – Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2012. p.87 a 98.*

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 39^a. ed, São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *O que é educação popular*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

_____. *Ouvir, acolher, dizer, partilhar*. (IN) Solidário Mestre da Vida: celebrando 90 anos de Dom Tomás Balduino. Ivo Poletto (org.). – São Paulo: Paulinas, 2012.

BRASIL. MEC. *Lei nº 9.9394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929 – 1989: a Revolução Francesa na historiografia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

CAFIERO, Delaine. Letramentos e leitura: formando leitores críticos (cap. 4) In: RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues. (coord.) *Língua Portuguesa: ensino fundamental*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 200.: II. (Coleção Explorando o Ensino; v.19)

CALDART, R. S. *A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo*. Porto Alegre: 2000.

CALDART, Roseli Salete et al. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 246-257.

CANUTO, A. *Dom Tomás: doutor da terra e do povo*. In: *Solidário Mestre da Vida: celebrando 90 anos de Dom Tomás Balduino*. Ivo Poletto (org.). – São Paulo: Paulinas, 2012.

CARNEIRO, Moacir Alves. *Educação Comunitária: faces e formas*. Petrópolis: Vozes, 1987.

CARR, Edward H. *O que é história*. s/e, s/d.

CARVALHO, S. D. *A caminhada da Igreja do Evangelho*. In: *Solidário Mestre da Vida: celebrando 90 anos de Dom Tomás Balduino*. Ivo Poletto (org.). – São Paulo: Paulinas, 2012.

CATÃO, F. A. *O que é Teologia da Libertação*. 3ª ed., São Paulo: ed. Brasiliense, 1986.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. Estratégias de pesquisa: etnografia/pesquisas ativas. In: CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

COSTA, Ismar da Silva. *Guerra simbólica na fronteira: religião e política em Itapuranga-GO 1950/2000*, Tese (Doutorado em História), UFG, Goiânia: 2012.

DALTOÉ, Claudir José. Sistema produtivo camponês: uma perspectiva de desenvolvimento integral pela educação. In: MIRANDA, Sônia Guariza; SCHWENDLER, Sônia Fátima. (orgs.) *Educação do campo em movimento: teoria e prática cotidiana*: volume 1 / – Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p.81 a 110.

DEL PRIORE, M. D. Criança e crianças: história e memória em quinhentos anos de Brasil. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: Brasil: 500 anos de uma civilização tropical, 1999, Recife. Anais... Recife. Disponível em: <HTTP://www.tropicologia.org>. *Dicionário da Educação do Campo*. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DICK, Hilário. *O caminho se faz: história da Pastoral da Juventude no Brasil*. Porto Alegre: IPJ, 1999.

DOMINGUES, Eliane. Representações da Infância: História, Psicologia, Educação e luta pela terra. In. MIRANDA, Sônia Guariza; SCHWENDLER, Sônia Fátima. (orgs.) *Educação do campo em movimento: teoria e prática cotidiana: volume 1 /* – Curitiba: Ed. UFPR, 2010, 2010, p.111.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo*. As ideias lingüísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Criar Edições, 2003.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 4 ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. da G. *Movimentos e Protestos Sociais: uma abordagem sob a ótica da teoria da mobilização política*. Apud. Johnston, Hank. States & Social Movements. Cambridge: Polity Press, 2011, p. 230. Política & Sociedade - Florianópolis - Volume 11 - Nº 21 - julho de 2012.

_____. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Mídia, Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, v. 16 n. 47, maio-ago., 2011.

_____. *Mídia, terceiro setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOSS, K. P; PRUDÊNCIO, K. *O Conceito de Movimentos Sociais Revisitado*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004.

HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

IANNI, O. *Dialética e Capitalismo*. 3ª ed., Vozes, Petrópolis: 1988.

KHOURY, Yara Maria Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário da cunha; VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *A pesquisa em história*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010.

KOCH, I. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). *Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. v. 4. (Coleção por uma Educação do Campo).

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. *Por uma educação básica do campo (memória)*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II*. Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.

LIMA, D. M. de. *Os demônios descem do Norte*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1987.

MADURO, Otto. *Religião e luta de classe*. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAINGUENEAU, D. Discurso e análise do discurso. Trad. Maria Augusta Bastos de Mattos. In: SIGNORINI, I. (Org.). *(Re) Discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística*. 3 fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Analfabetismo na mídia: conceito e imagens sobre letramento. In: KLEIMAN, Angela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

MENDONÇA, R. F. *Movimentos Sociais Como Acontecimentos: Linguagem e Espaço Público*. Lua Nova, São Paulo, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. Brasília: 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivo>.

MONDIN, B. *Os teólogos da libertação*. São Paulo: Paulinas, 1980.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. 5 ed., São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PAULUS, 2002. Documento do Concílio Ecumênico do Vaticano II Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.regiaolapa.org.br%2Fsite%2F%3Fsecao%3Dsender%26sub%3DdownloadArquivo%26cod%3D10&ei=wnJJVLnSJumRsQTbiYL>

YDQ&usg=AFQjCNGXJMPEYPKiqHdZvDvJZQdwBen3oA&bvm=bv.77880786,d.eX
Y. Acesso em 23/10/2014.

PESSOA, J. M; FÉLIX, M. *As Viagens dos Reis Magos*. Goiânia: Ed. UCG, 2007.

PESSOA. *A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel*. Campinas: Alínea, 1999.

_____. *Meu Senhor Dono da Casas: os 50 anos da Folia de Reis de Lages*. Goiânia: O Popular, 1993.

_____. *A Revanche Camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, lingüística. In: FIORINI, J. L. (Org). *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2003.

POLETO, Ivo. *Solidário Mestre da Vida: celebrando 90 anos de Dom Tomás Balduino*. Ivo Poletto (org.). – São Paulo: Paulinas, 2012.

PONCE, A. *Educação e luta de classes*. 20 ed., São Paulo: Cortez, 2003.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

RIBEIRO, V.M. Alfabetitismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n. 60, dez. 1997. Disponível em: <[HTTP://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2009. RODRIGUES, C. M. L. *Movimentos Sociais (no Brasil), Conceitos e práticas*. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011.

ROJO, Roxane. Rumo aos novos letramentos. *Revista Educação*. Guia da Alfabetização. São Paulo: Segmento, s.d. s/pdf/ CEB012002.pdf. Acesso em: 01 jul. 2013.

_____. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROMÃO, J. E. *Movimentos sociais, ongs e terceiro setor*. (IN) *Movimentos sociais e educação de adultos na ibero-américa lutas e desafios*. Organizadores: António Teodoro & Edineide Jezine. Brasília: Liber Livro, 2011.

SCARPA, Ester. *Aquisição da Linguagem*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

SCOLARO, A. *Profecia e Diálogo análise sócio-cultural da Diocese de Goiás 1967-1998*. Defesa em 22 nov. 2001. p. 256. Dissertação de Mestrado – UCG, Goiânia: 2011.

SEVERINO, A. J. *Filosofia da educação: construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 1994.

SILVA, Kalina Vanderlei, MACIEL, Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Valtuir Moreira da. *Itapuranga e a (re) invenção da História*. Goiânia: Ed. Vieira, 2008.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Ney de. *Contexto do desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II*. Revista de Teologia e Cultura. Ed. 02/2005.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 2006.

TEODORO, Antônio; JEZINE, Edineide (Ed.). Movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. In: ROMÃO, José Eustáqui (Org.). *Movimentos sociais, ONGs e terceiro setor*. 02. ed. Brasília: Liber Livro, 2011. Cap. 01.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

www.diocesedegoias.com.br. Sítio oficial da Diocese de Goiás. Acesso em: 05/01/2014.

Biblioteca UnU-Itapuranga
Rita de Cássia Coelho Proença CRB1/02269

P654 Pinheiro, Claudio Tavares

O Processo de educação popular: a Diocese de Goiás e as práticas sociais dos trabalhadores rurais de Itapuranga nas décadas de 1970 e 1980. [manuscrito] / Claudio Tavares Pinheiro. - 2012. 147 f.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Lopes Pereira
Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás, 2014.
Bibliografia.

1. Educação – Prática social. 2. Educação - Trabalhadores rurais. 3. Fundamentos educacionais. 4. Diocese de Goiás - Educação. I. Título.

CDU 37.013.42